



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 01|janeiro 2012



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEAR I
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação_
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: janeiro de 2012

Elaborado com informação disponível até ao dia 25 de janeiro.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
<hr/>	
Destaques	33
Análise às Previsões do BdP para o Crescimento do PIB de Portugal	35
<hr/>	
Artigos	37
Em Análise	39
A Fileira Florestal: Parte II Investigação, Desenvolvimento, Inovação e Políticas Públicas	39
Competitividade Regional	61
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	75
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	87

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Em 2011, assistiu-se a nível internacional a uma desaceleração da economia mundial, tendo sido mais acentuada para as economias avançadas, com destaque para um abrandamento do crescimento dos EUA, uma quebra do PIB do Japão (associado aos efeitos do terramoto de março) e um crescimento mais moderado da União Europeia, com evoluções muito distintas entre os estados membros. As economias emergentes também desaceleraram, apesar dos países asiáticos terem continuado a registar um elevado dinamismo, tendo o PIB da China desacelerado para 9,2% (10,4% no ano de 2010). Refletindo o menor crescimento da economia mundial, as trocas comerciais de bens e serviços abrandaram para cerca de 6,9%, em volume (12,7% em 2010), mantendo-se, no entanto, acima do valor médio registado na década de 2000.
- * O nível de incerteza do enquadramento internacional tornou-se particularmente elevado na segunda metade do ano, tendo aumentado os riscos no sentido descendente do ritmo de crescimento económico mundial, associado, no caso dos EUA, à persistência de elevados desequilíbrios macroeconómicos (défices público e externo) e à fragilidade do mercado de habitação. Adicionalmente, assistiu-se a um recrudescimento intenso da crise das dívidas soberanas em alguns países periféricos da área do euro, tendo aumentado no período mais recente os riscos de contágio para os restantes países da área do euro que se repercutiram na forte instabilidade dos mercados financeiros internacionais e na diminuição da confiança dos agentes económicos. Por este facto, assistiu-se a um aumento do diferencial entre as taxas de juro de longo prazo desses países e as da Alemanha.
- * No ano de 2011, a taxa de desemprego diminuiu para 9% nos EUA (9,6% no ano de 2010); enquanto se manteve em 10,1% na área do euro para o conjunto dos 11 primeiros meses.
- * Associado à aceleração dos preços das matérias-primas, sobretudo do petróleo, o qual o *Brent* aumentou para 110,8 USD/bbl (79,6€/bbl), em 2011 (80,2 USD/bbl e 60,5€/bbl, em 2010) e dos produtos alimentares, impulsionada pela forte procura dos países emergentes e das perturbações ao nível da oferta provocadas pela instabilidade político-social em alguns países do Magreb e do Médio Oriente, a taxa de inflação aumentou na generalidade dos países, em 2011, situando-se mais elevada nos países emergentes, em torno de 7,2%, e permaneceu menos forte nas economias avançadas, tendo-se situado em cerca de 2,7%. De facto, a taxa de inflação na área do euro subiu para 2,7% em 2011 (1,6% em 2010), tendência que também foi influenciada pelo aumento dos impostos indiretos e pela aceleração dos preços administrados relacionados com o esforço orçamental exigido por alguns países. Nos EUA, a taxa de inflação aumentou 3,2% no ano de 2011 (1,6% em 2010).
- * O aumento dos riscos associados à qualidade da dívida soberana nas economias da área do euro favoreceu a depreciação de 3,2% do euro face ao dólar em 2011, tendo-se situado em 1,29 no final do ano (1,34 no final de 2010).
- * Refletindo a subida das taxas de juro diretas no primeiro semestre de 2011, as taxas de juro de curto prazo na área do euro aumentaram, situando-se a Euribor a 3 meses em 1,39% em média anual em 2011 (0,81% em 2010); enquanto nos EUA estabilizaram, mantendo-se a Libor em 0,34%.

Conjuntura Nacional

- * O indicador da atividade económica do INE manteve em novembro a tendência negativa, com o indicador do consumo privado e o indicador da FBCF a apresentarem quebras significativas.
- * O indicador de clima económico do INE apresentou uma quebra significativa em dezembro, apresentando um novo mínimo histórico.

- * Em novembro, no que se refere aos fluxos de comércio internacional, registou-se uma ligeira desaceleração das exportações portuguesas e abrandamento da redução das importações, tendo, no entanto, verificando-se uma melhoria do saldo.
- * Em dezembro voltou-se a verificar um abrandamento do crescimento dos preços, com uma taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) de 3,6%, 0,3 p.p. inferior à do mês anterior. A inflação anual situou-se assim nos 3,7%, mais 2,3 p.p. que em 2010.
- * Em 2011, o défice global provisório da Administração Central e Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 5862,7 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 5631,8 milhões de euros face a 2010. Salienta-se o registo de um excedente primário de 209,3 milhões de euros, que compara com um défice primário de 6506,0 milhões de euros, em 2010. Este resultado reflete, no essencial, o comportamento do défice global do Estado, o qual se reduziu em 7083,8 milhões de euros face ao período homólogo, situando-se nos 7194,5 milhões de euros. Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) registaram um excedente de 902,5 milhões de euros, menos 1192,1 milhões de euros do que face a 2010. O excedente de execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 429,3 milhões de euros, menos 259,9 milhões de euros do que no ano anterior.
- * A execução financeira consolidada provisória do Serviço Nacional de Saúde (SNS), em 2011, resultou num défice de 275,2 milhões de euros, que compara com um défice de 359,8 milhões de euros no ano precedente.
- * De janeiro a novembro, a Administração Regional apresentou um défice orçamental de 6,5 milhões de euros, o que compara com um excedente de 39,8 milhões de euros no mês anterior, em resultado do agravamento verificada nos saldos de ambas as regiões autónomas.

Comércio Internacional

- * De acordo com os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados¹, entre janeiro e novembro de 2011 as exportações de mercadorias registaram um crescimento de 16,1%, relativamente a igual período em 2010. As importações de mercadorias cresceram 2,7%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 22%. As exportações passaram a representar 73,3% das importações, mais 8,5 p.p. face ao período homólogo.
- * O crescimento homólogo das exportações de mercadorias, *excluindo os produtos energéticos*, esteve relativamente próximo do crescimento total das exportações nos primeiros onze meses de 2011 (15,7%). Em sentido oposto, as importações decresceram 0,9%. Este comportamento justificou a melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial (41,5%).
- * Na sequência do que tem vindo a verificar-se, todos os grupos de produtos continuaram a contribuir positivamente para o crescimento homólogo das exportações de mercadorias. Destaca-se, no período de janeiro a novembro, o contributo dos grupos “Material de Transporte” (+3,3 p.p.), “Químicos” e “Minérios e Metais” (ambos com contributos de 2,6 p.p.).
- * Nos primeiros onze meses do ano, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 14,9% e contribuíram em 11,2 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE – 15 registaram igual variação homóloga positiva (14,9%). As exportações para os países do Alargamento cresceram 16,5% em termos homólogos, sendo o seu contributo para o crescimento do total das exportações significativamente inferior (0,5 p.p.). Espanha permanece como principal mercado de destino das exportações de mercadorias, representando 25% do total. As exportações para a Alemanha (+3 p.p.) e para Espanha (+2,3 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das

¹ Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de novembro de 2011 correspondem a uma primeira versão preliminar.

exportações. As exportações para França cresceram, relativamente ao período homólogo, 18,4%, e as exportações para o Reino Unido 6,7%.

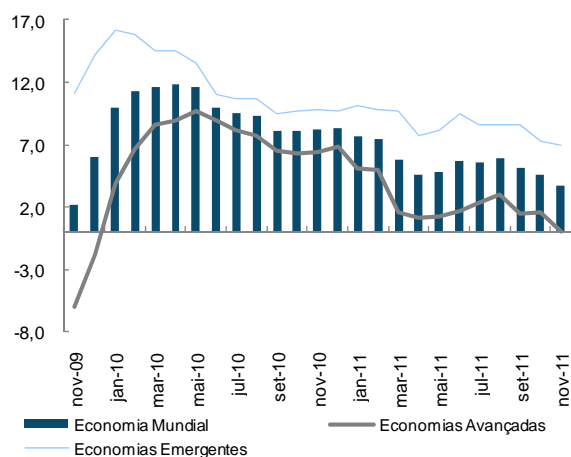
- * Entre janeiro e novembro de 2011, as **exportações para os Países Terceiros** continuaram a registar uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE (19,7%). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Argélia (+78,5%), China (+56,8%) e Brasil (+37,4%).
- * No mesmo período, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 16,5%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuam a ser as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (11,4 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de **outubro** de 2011, as **Exportações de Bens e Serviços** registaram um crescimento homólogo positivo de 14% nos primeiros dez meses de 2011. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior ao dos Serviços (16% e 9,7%, respetivamente). A componente de Bens continua a ser a que mais contribui para o crescimento do total das Exportações (+10,8 p.p.). As Importações de Bens e Serviços mantêm uma taxa de variação homóloga positiva inferior (4,1%), sendo que a componente de Bens (+3,2 p.p.) continuou a ser a que mais contribuiu para este comportamento.

1. Enquadramento Internacional

Atividade económica mundial

No mês de novembro de 2011, a produção industrial mundial abrandou para 3,7% em termos homólogos (4,7% em outubro), tendência que abrangeu tanto as economias avançadas como as economias emergentes, embora tenha sido mais significativa para o primeiro caso devido sobretudo a uma desaceleração acentuada da indústria japonesa, cuja produção voltou a apresentar uma quebra.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



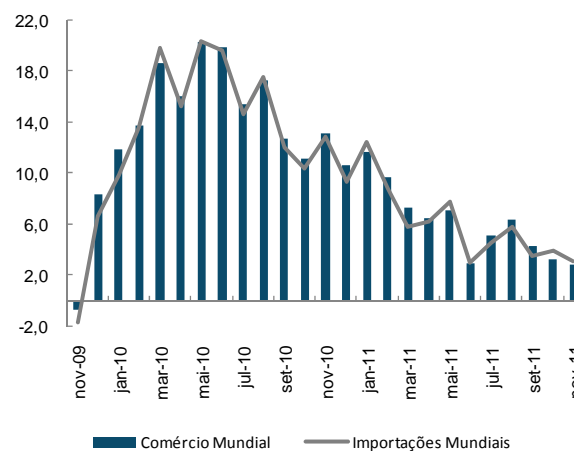
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também apresentou um crescimento menos forte, causado tanto pela desaceleração das exportações como das importações mundiais.

De facto, em novembro e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial desacelerou para 2,8% (3,3% em outubro);
- as importações e as exportações mundiais também desaceleraram para 3% (3,9% em outubro) e para 2,5% (2,7% em outubro), respetivamente.

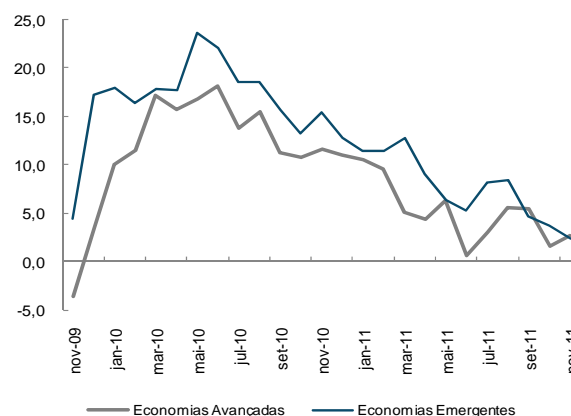
Figura 1.2. Comércio Mundial e Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

As exportações mundiais desaceleraram devido ao agravamento deste indicador para as economias emergentes, especialmente asiáticas; enquanto as exportações das economias avançadas aceleraram devido à melhoria deste indicador para a área do euro. Já em relação ao abrandamento das importações mundiais, foram as economias avançadas (nomeadamente da área do euro e do japão) que mais contribuíram para esta evolução.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

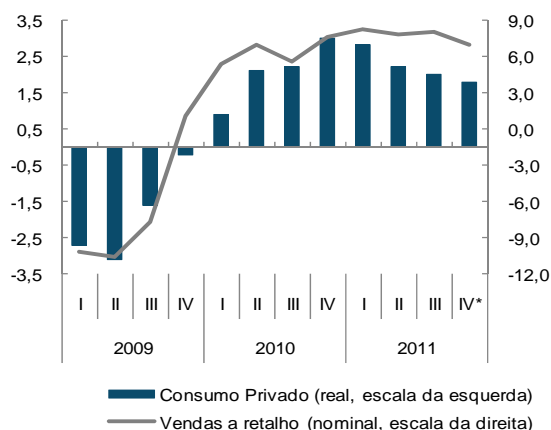
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	9,8	8,9	8,2	7,0	5,0	5,6	5,9	5,2	4,6	3,7
Economias Avançadas	VH	CPB	7,4	7,5	6,5	3,9	1,3	2,2	2,9	1,4	1,5	0,1
Economias Emergentes	VH	CPB	12,1	10,3	9,8	9,9	8,4	8,6	8,6	8,6	7,3	6,9
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	14,9	15,1	11,6	9,5	5,5	5,2	6,4	4,3	3,3	2,8
Importações Mundiais	VH	CPB	14,5	14,7	10,8	8,9	5,6	4,6	5,7	3,5	3,9	3,0
Economias Avançadas	VH	CPB	11,3	12,7	9,3	7,5	2,6	2,1	2,4	1,7	1,4	0,4
Economias Emergentes	VH	CPB	18,2	16,9	12,5	10,4	9,0	7,4	9,5	5,5	6,6	5,9
Exportações Mundiais	VH	CPB	15,4	15,5	12,4	10,1	5,3	5,9	7,0	5,1	2,7	2,5
Economias Avançadas	VH	CPB	13,5	13,5	11,1	8,3	3,8	4,7	5,6	5,5	1,6	2,7
Economias Emergentes	VH	CPB	17,3	17,6	13,8	11,9	6,9	7,1	8,4	4,7	3,7	2,4

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores referentes ao 4.º trimestre de 2011 sugerem um crescimento mais moderado da economia dos EUA, a continuação de um crescimento robusto da economia chinesa e uma deterioração significativa das exportações do Japão. Neste período, assistiu-se a uma desaceleração dos preços das matérias-primas com repercussão na diminuição da taxa de inflação nos EUA e nas economias emergentes, nomeadamente da China.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



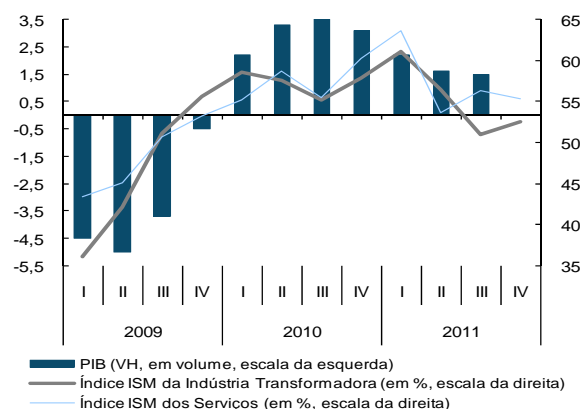
Fonte: Bureau of Economic Analysis. * P/ o Consumo Privado, média dos meses de outubro e novembro.

Nos **EUA**, os dados disponíveis para o 4.º trimestre de 2011 indicam uma melhoria dos indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários da indústria e uma ligeira deterioração dos serviços. Com efeito, neste trimestre e, em termos homólogos:

- as vendas a retalho abrandaram para 7% em termos nominais (8% no 3.º trimestre);
- a produção industrial manteve o crescimento de 3,7%;
- a taxa de desemprego desceu para 8,7% e a taxa de inflação diminuiu para 3,3% (3,7% no 3.º trimestre).

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2011 e em comparação homóloga, o consumo privado abrandou para 1,8% em termos reais (2% no 3.º trimestre) e as exportações desaceleraram para 11,4% em termos nominais (15,4% no 3.º trimestre).

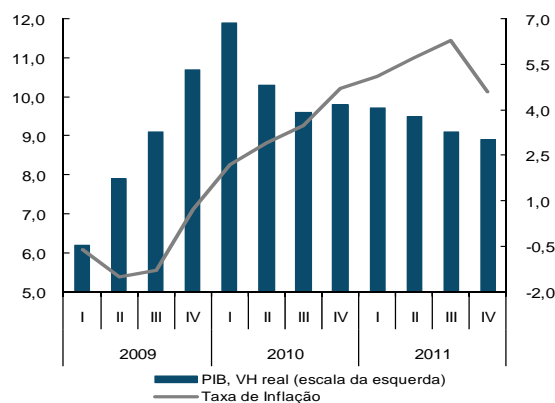
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade.

No 4.º trimestre de 2011, o PIB da **China** cresceu 8,9% (9,1% no 3.º trimestre), demonstrando uma forte resistência face à deterioração das perspetivas económicas mundiais. Para esta evolução contribuiu um forte crescimento da procura interna (vendas a retalho e investimento industrial) e um abrandamento acentuado das exportações, as quais aumentaram 20% no conjunto do ano de 2011 (31% em 2010). A taxa de inflação homóloga diminuiu para 4,6% no 4.º trimestre (6,3% no 3.º trimestre) devido sobretudo ao menor crescimento dos preços de produtos não alimentares.

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

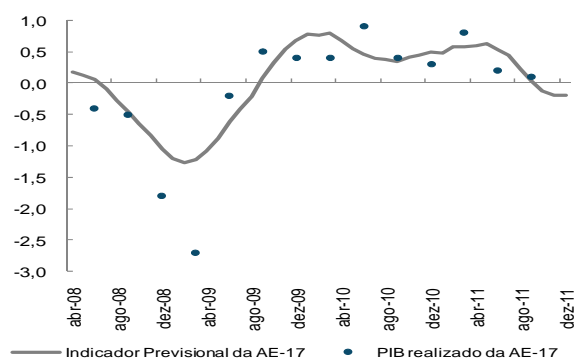
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011					2011			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
EUA – PIB real	VH	BEA	:	3,1	2,2	1,6	1,5	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,1	6,2	5,4	3,8	3,7	3,7	3,7	4,3	3,8	3,0
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	55,3	57,9	61,1	56,4	51,0	52,5	51,6	50,8	52,7	53,9
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,2	60,3	63,7	53,6	56,3	55,4	57,1	53,8	56,2	56,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	67,4	71,3	73,1	71,9	59,6	65,0	59,4	60,9	64,1	69,9
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,0	9,6	9,0	9,0	9,1	8,7	9,0	8,9	8,7	8,5
China – PIB real	VH	NBSC	9,2	9,8	9,7	9,5	9,1	8,9	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	20,3	25,2	25,3	22,4	20,7	14,4	17,1	15,9	13,8	13,4
Japão – PIB real	VH	COGJ	:	3,3	0,0	-1,7	-0,8	:	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 4.º trimestre de 2011, o indicador de sentimento económico continuou a diminuir tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado da deterioração da generalidade dos indicadores de confiança. Consoante o indicador previsional do Banco de Itália, o PIB da AE deve desacelerar no 4.º trimestre de 2011 em relação ao período precedente, podendo atingir uma variação negativa, invertendo a evolução positiva registada desde o 3.º trimestre de 2009.

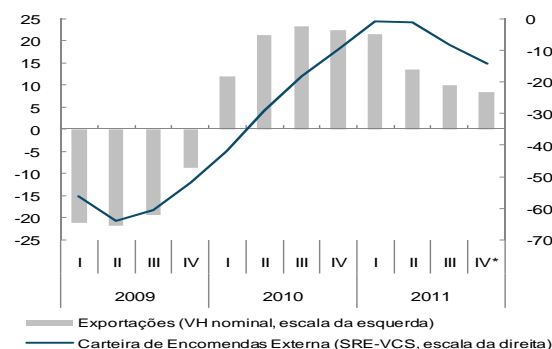
Figura 1.7. Indicador Mensal da Área do Euro (€Coin) e PIB Trimestral da AE-17 (VC real, em %)



Fontes: Banco de Itália; Eurostat.

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2011, os indicadores quantitativos para área do euro indicam um abrandamento acentuado da produção industrial, um crescimento menos forte das exportações e o prosseguimento da diminuição das vendas a retalho.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/ Exportações, média dos meses de outubro e novembro.

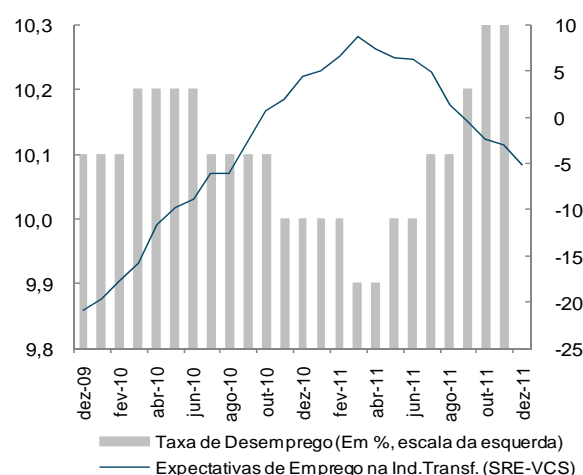
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2010	2011				2011			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	:	2,2	2,4	1,7	1,4	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,7	105,3	106,9	105,0	97,9	92,9	93,9	93,8	92,8	92,0
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	:	2,0	2,4	1,6	1,3	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,5	105,7	107,4	105,7	98,8	94,0	95,0	94,8	93,8	93,3
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	:	8,2	6,6	4,2	4,0	:	2,5	1,2	-0,2	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	:	0,8	0,1	-0,4	-0,7	:	-1,1	-0,8	-2,1	:
Taxa de Desemprego	%	"	:	10,0	10,0	10,0	10,1	:	10,2	10,3	10,3	:
IHPC	VH	"	2,7	2,0	2,5	2,8	2,7	2,9	3,0	3,0	3,0	2,7

Em novembro de 2011, a taxa de desemprego estabilizou tanto na AE como na UE, tendo-se mantido em 10,3% e 9,8%, respetivamente.

Em dezembro de 2011, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para a generalidade dos sectores, com exceção da construção.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

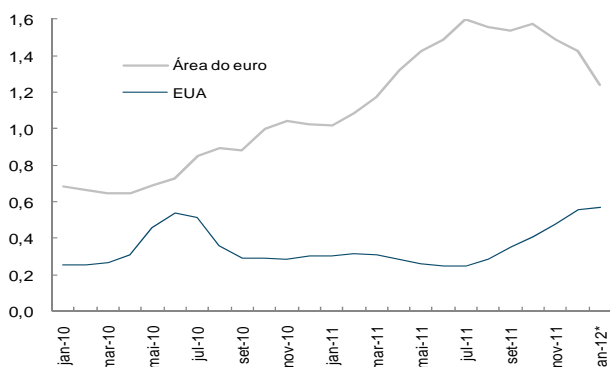
Em dezembro de 2011, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 2,7% (3% entre setembro e novembro) em resultado sobretudo da desaceleração dos preços de energia. A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados estabilizou em 2%.

Em 2011, a taxa de inflação média da área do euro aumentou para 2,7% (1,6% em 2010), para a qual contribuiu a subida dos preços de energia e a aceleração em menor amplitude, dos produtos alimentares transformados. Excluindo os preços de energia e dos produtos alimentares não transformados, a taxa de inflação média anual foi de 1,7% (1% em 2010).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em janeiro de 2012 e até ao dia 25, as taxas de juro de curto diminuíram de forma acentuada na área do euro, situando-se a Euribor a 3 meses em 1,24% (1,39%, em média, no ano de 2011); enquanto nos EUA prosseguiram a tendência ascendente, para se situarem em 0,57% (0,34%, em média, em 2011).

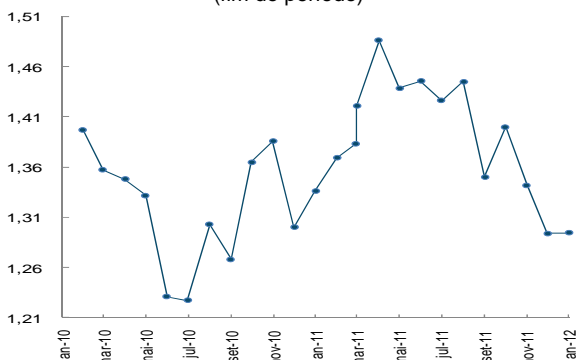
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 25.

Em dezembro de 2011, as taxas de juro de longo prazo diminuíram tanto nos EUA como na área do euro, tendo esta descida sido mais pronunciada para o último caso. Esta evolução refletiu a existência de sinais de alguma deterioração da economia da área do euro e a continuação de preocupações associadas à crise da dívida soberana.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



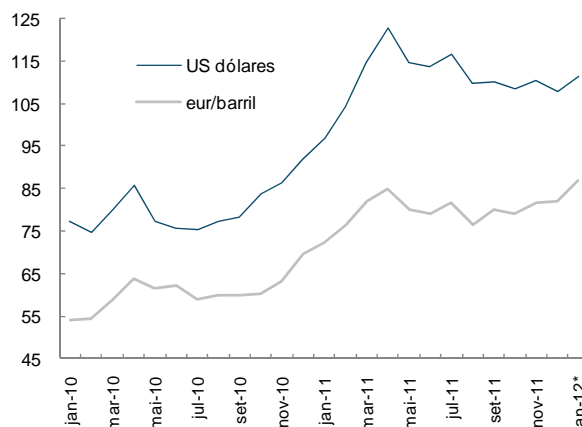
Fonte: Banco de Portugal. Para janeiro, o valor é do dia 25.

Em janeiro de 2012, e, até ao dia 25, a taxa de câmbio do euro face ao dólar depreciou-se, tendo atingido, no dia 16 (1,27) o valor mais baixo desde finais de agosto de 2010. Porém, a expectativa de um acordo no seio da UE no sentido de resolver a questão da renegociação da dívida grega levou a uma recente apreciação do euro face ao dólar, para se situar em 1,29 no dia 25, valor semelhante ao alcançado no final do ano de 2011.

Em dezembro de 2011, o índice de preços relativo do petróleo importado manteve-se em 82,2 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1079).

Em janeiro de 2012, e até dia 25, o preço do petróleo *Brent* aumentou para se situar, em média, em 111 USD/bbl (87 €/bbl), tendo este movimento ascendente estado associado, em parte, aos receios de perturbações do lado da oferta provocadas pelo aumento das tensões geopolíticas em torno do Irão.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 25.

Refletindo as perspetivas de abrandamento da economia mundial, o preço das matérias-primas não energéticas apresentou uma desaceleração significativa no 4.º trimestre de 2011. De facto, este diminuiu 6,4% em termos homólogos (+20% no 3.º trimestre) devido sobretudo à forte quebra dos preços dos metais, dos produtos industriais e agrícolas.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2010					2011			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,36	1,01	1,23	1,55	1,55	1,36	1,55	1,59	1,47	1,36
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,79	2,86	3,46	3,21	2,43	2,05	1,98	2,15	2,01	1,98
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,41	3,74	4,32	4,51	4,30	4,53	4,08	4,28	4,69	4,63
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,294	1,336	1,421	1,445	1,350	1,294	1,350	1,400	1,342	1,294
Dow Jones*	VC	Yahoo	5,5	7,3	6,4	0,8	-12,1	12,0	-6,0	9,5	0,8	1,4
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-17,1	1,6	4,2	-2,1	-23,5	6,3	-5,3	9,4	-2,3	-0,6
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	110,82	87,23	105,15	117,04	112,18	108,94	110,19	108,49	110,46	107,86
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	38,2	15,5	36,2	47,2	45,9	24,9	40,9	29,8	28,2	17,4
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	31,7	25,8	37,7	30,2	33,4	25,8	33,7	31,60	29,15	17,78
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	79,0	62,1	74,0	82,8	78,1	80,9	80,1	78,2	82,2	82,2

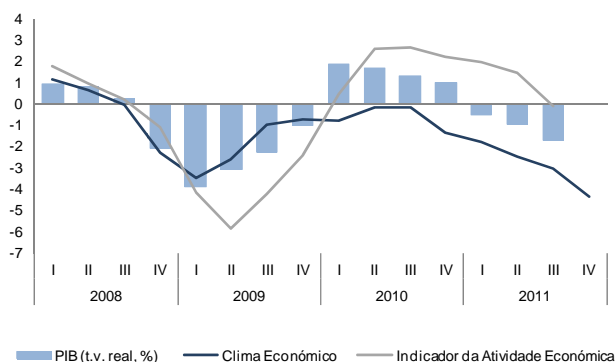
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflatores, utiliza-se o último deflatores conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010 e 2011 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

No 4.º trimestre de 2011, verificou-se um agravamento do indicador de clima económico que atingiu, no mês de dezembro, o valor mais baixo desde janeiro de 2005. O indicador de atividade económica desacelerou em novembro pelo quinto mês consecutivo.

Figura 2.1. Contributo para a Variação Real do PIB

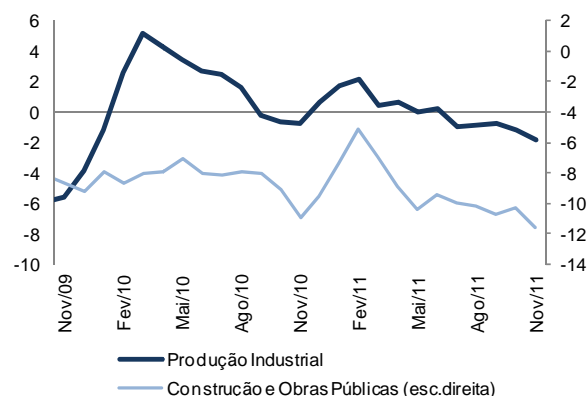


Fonte: INE.

Nos meses de outubro e novembro os dados quantitativos mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma queda de 10,3%, o que constitui uma desaceleração de 4,3 p.p. em relação ao 3.º trimestre
- na indústria transformadora, o índice de volume de negócios abrandou para 2,2% enquanto o índice de produção industrial apresentou uma quebra de 2,2% (que compara com +4,7% e -0,8% no trimestre anterior, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra de 12,6% o que se traduz num agravamento de 1,9 p.p. em relação ao 3.º trimestre.

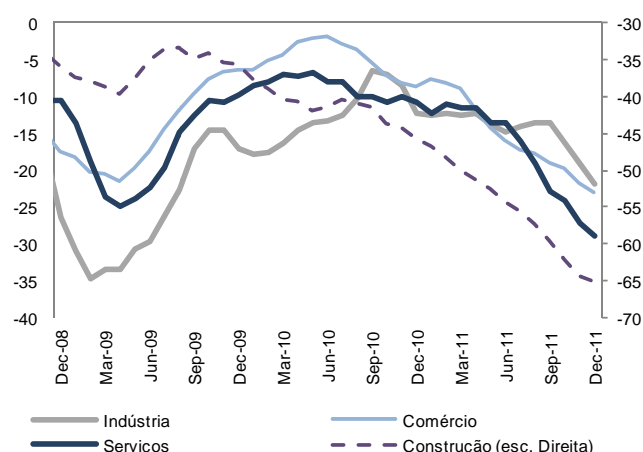
Figura 2.2. Índices de Produção
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No 4.º trimestre de 2011 registou-se um agravamento nos indicadores de confiança em todos os sectores de atividade económica. Em termos anuais, verificou-se em 2011 uma forte quebra da confiança dos empresários na generalidade dos sectores de atividade, com particular destaque para os serviços e construção.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

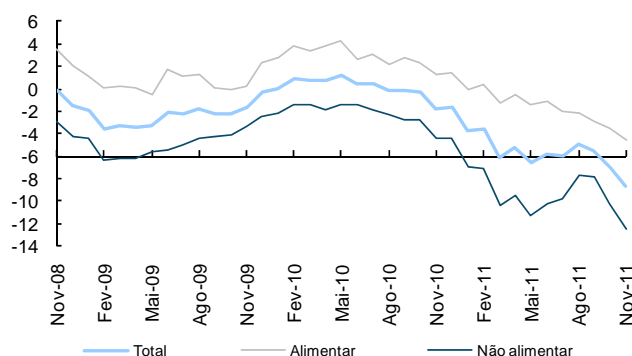
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2010	2011				2011			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	10	-0.5	-10	-17	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE -VE	"	-2.7	-13	-18	-2.5	-3.1	-3.3	-3.1	-3.3	-3.9	-4.4
Indicador de Confiança da Indústria	SRE -VCS	"	-14.3	-12.2	-12.4	-14.8	-13.5	-16.4	-17.4	-18.5	-21.6	-25.9
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-15.8	-8.5	-8.8	-15.9	-19.0	-19.7	-19.4	-22.1	-23.7	-23.1
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-18.1	-10.7	-11.6	-13.5	-23.0	-24.2	-24.6	-24.6	-32.2	-29.8
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-56.5	-45.6	-49.9	-54.4	-59.6	-62.0	-62.7	-63.0	-67.0	-65.3
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	:	0.7	0.5	0.2	-0.8	:	-1.2	-2.6	-1.8	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	:	8.5	10.1	8.1	4.7	:	3.3	2.2	2.2	:
Índice de Volume de Negócios – Serviços	"	"	:	2.5	-3.4	-6.3	-6.0	:	-6.7	-8.8	-11.8	:

Consumo Privado

No final do mês de novembro, considerando a média dos últimos 3 meses, o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) apresentou um decréscimo de 8,6% em termos homólogos, um agravamento de 1,6 p.p. face ao valor registado em outubro.

Para esta evolução concorreu a diminuição de 12,4% na categoria dos bens não alimentares e de 4,6% na categoria dos bens alimentares, traduzindo um agravar de 2,2 p.p. e de 1 p.p. face ao trimestre terminado em outubro, respetivamente.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



Fonte: INE.

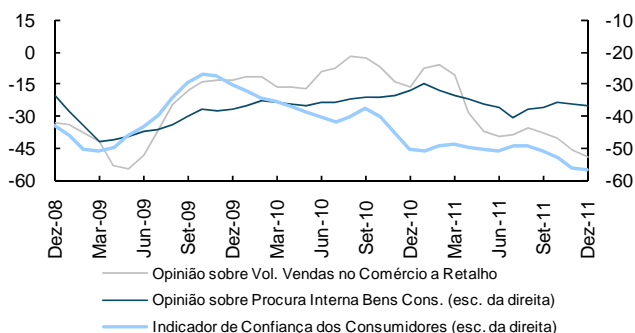
No mês de dezembro, pelo 5.º mês consecutivo, registou-se uma quebra da confiança dos empresários do comércio a retalho, contribuindo para uma evolução negativa no 4.º trimestre com um agravamento substancial face ao 3.º trimestre.

No sentimento dos empresários relativos à procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria, que havia apresentado uma estabilização em meses anteriores, observou-se uma degradação, que não foi, no entanto, suficiente para alterar o valor da média móvel a 3 meses, melhorando em relação ao valor do 3.º trimestre.

No que concerne o índice de confiança dos consumidores em dezembro verificou-se uma inflexão com uma melhoria no sentimento de confiança, mas não suficiente para inver-

ter a trajetória descendente considerando a média móvel a 3 meses, com uma degradação significativa face ao 3.º trimestre.

Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)

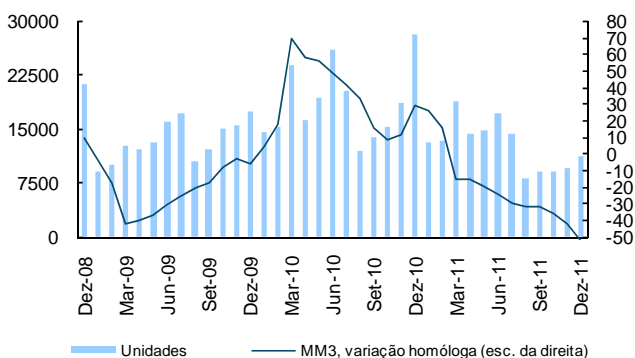


Fonte: INE.

As vendas de veículos ligeiros em dezembro ascenderam aos 11,2 mil, uma quebra de 60,1% em termos homólogos, sendo um novo mínimo histórico. Para esta evolução concorre não só a evolução marcadamente negativa de 2011, mas também um forte efeito base que a alteração do IVA provocou em dezembro de 2010.

No 4.º trimestre verificou-se assim uma redução de 51,9% das vendas, terminado o ano com uma quebra de 31,3%, face a 2010.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

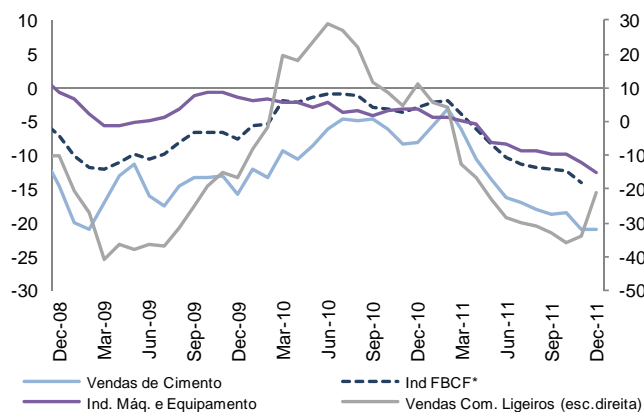
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010					2011			
				4T	1T	2T	3T	4T	Sep	Out	Nov	Dez
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,1	12	-2,3	-3,3	-3,3	:	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-41	-50	-48	-51	-51	-57	-54	-56	-58	-56
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-11	-16	-11	-39	-38	-49	-43	-45	-49	-52
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-0,2	-1,7	-6,1	-5,9	-5,5	:	-7,1	-9,7	-9,2	-
Bens alimentares	VH	"	2,5	1,4	-1,2	-1,1	-2,9	:	-3,3	-4,8	-5,7	-
Bens não alimentares	VH	"	-2,5	-4,5	-10,4	-10,2	-7,9	:	-10,5	-14,3	-12,5	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	38,8	28,9	-15,2	-24,7	-31,5	-51,9	-33,8	-40,5	-48,8	-60,1
Importações de bens de consumo***	VH	INE	2,3	3,0	2,6	-2,7	-0,9	:	-0,8	-8,6	-7,1	-

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o 4.º trimestre de 2011, mostram a continuação da contração do investimento, designadamente no investimento em construção e em outras máquinas e equipamentos.

Figura 2.7. Indicadores de Investimento
(VH, MM3)



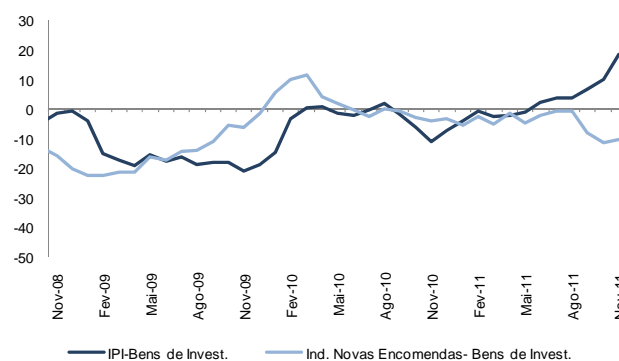
* disponível até Novembro.

Fonte: INE.

Assim, os dados disponíveis para o 4.º trimestre mostram que, em termos homólogos:

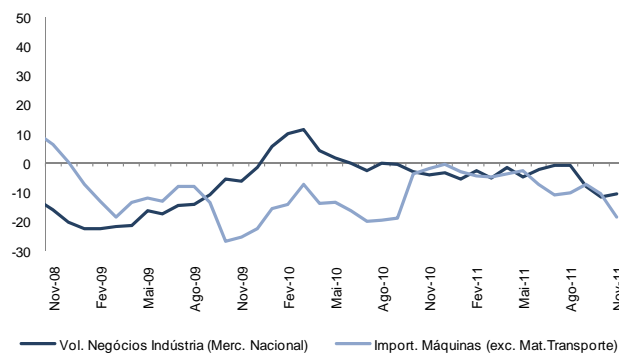
- as vendas de cimento caíram 21,1% (-18,6%, no 3.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso, deterioraram-se neste trimestre, face ao trimestre anterior;
- enquanto, as vendas de veículos comerciais ligeiros recuperaram ligeiramente das fortes quebras anteriores (apresentaram uma variação homóloga trimestral de -21% face -32,8% no 3.º trimestre).

Figura 2.8. Produção de Bens de Investimento para o Mercado Nacional
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE

No trimestre terminado em Novembro as importações de bens de capital exceto material de transporte, registaram uma quebra de 18,2% (-10,3% em Outubro). As licenças de construção de fogos apresentam uma quebra de 41,4% face ao período homólogo (que compara com -30,6% do 3.º trimestre), enquanto o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional se deteriorou (-10,4% contra -8,1% no 3.º trimestre), mesmo apresentando uma melhoria de 1 p.p. face ao mês anterior.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

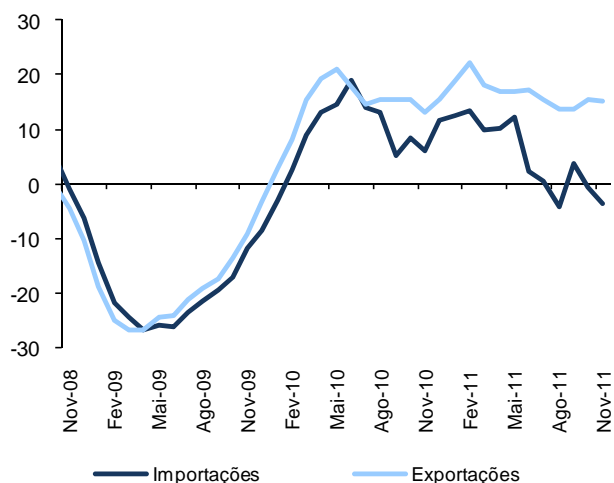
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2010	2011				2011			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-4.3	-6.0	-12.8	-13.7	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	:	-3.7	-7.0	-10.5	-12.0	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	:	-2.8	-3.9	-10.4	-12.2	:	-12.2	-12.2	-13.9	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-14.9	-8.0	-6.1	-16.3	-18.6	-18.5	-19.7	-20.0	-23.6	-19.1
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-27.4	11.4	-12.6	-28.2	-32.8	-36.0	-35.1	-40.5	-26.0	-4.1
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-8.8	38.9	34.1	-1.4	-41.8	-26.2	-48.9	5.1	-58.2	-68.2
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-39.9	-20.0	-21.9	-43.6	-45.9	-48.1	-51.1	-50.7	-68.3	-50.9
Licenças de Construção de fogos	VH	"	:	-16.0	-24.7	-38.6	-30.6	:	-25.8	-21.8	-41.4	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	:	-0.4	-4.5	-7.1	-7.3	:	-10.2	-19.9	-23.2	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	:	-3.2	-5.2	-2.2	-8.1	:	-18.0	-10.1	-2.2	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em termos de variações homólogas, no mês de novembro os dados relativos ao comércio internacional de bens divulgados pelo INE apontam para um aumento das saídas de 15,4%, resultante de um acréscimo de expedição de bens tanto para países comunitários como para fora da zona comunitária, e um decréscimo de 7,3% nas entradas, sendo que neste caso esta quebra se deve essencialmente ao comércio intracomunitário.

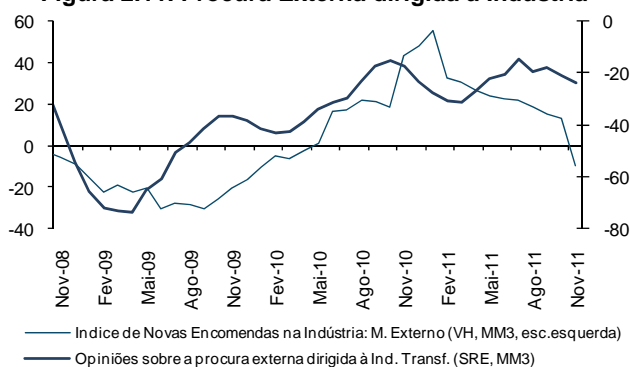
Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional de Bens
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

O índice de novas encomendas à indústria do mercado externo registou uma forte quebra no trimestre terminado em novembro, tendo descido 9,8%, menos 22,7 p.p. face ao mês anterior, e as opiniões sobre a procura externa na indústria voltaram a degradar-se.

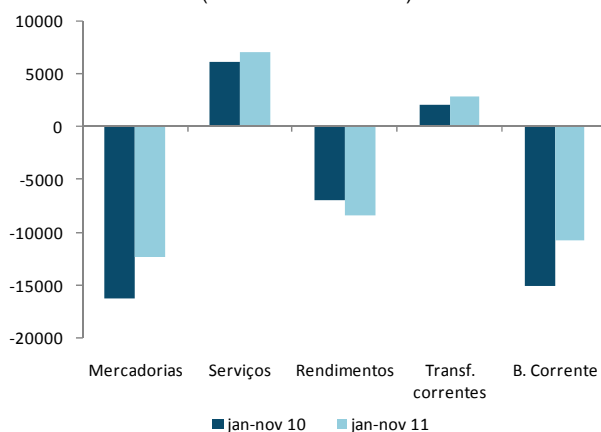
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até ao mês de novembro de 2011, o défice acumulado da balança corrente foi de 10 791 milhões de euros, o que representa uma redução de 4 324 milhões de euros face a igual período de 2010. Este resultado traduz uma melhoria em quase todos os saldos - a exceção é o saldo da balança de rendimentos que se agrava em 1 395 milhões de euros, sendo de destacar o aumento do excedente da balança de mercadorias em 3 997 milhões de euros.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Também o défice da balança corrente e de capital apresentou uma redução de 4 751 milhões de euros face a igual período do ano anterior, o que se traduz numa menor necessidade de financiamento externo da economia.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011			2011		
				2T	3T	4T	1T	2T	3T	set	out	nov
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8,8	9,6	8,4	7,6	8,3	8,7	6,5	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	9,8	1,3	4,1	-1,1	-4,6	-2,8	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	8,3	6,0	7,5	5,6	4,8	3,7	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,3	-9,2	-8,6	-6,1	-7,1	-8,5	-5,8	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,0	17,7	15,5	15,3	17,9	17,3	13,6	14,2	15,8	15,4
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11,0	18,9	5,1	11,5	9,7	2,4	3,9	4,3	-7,5	-7,3

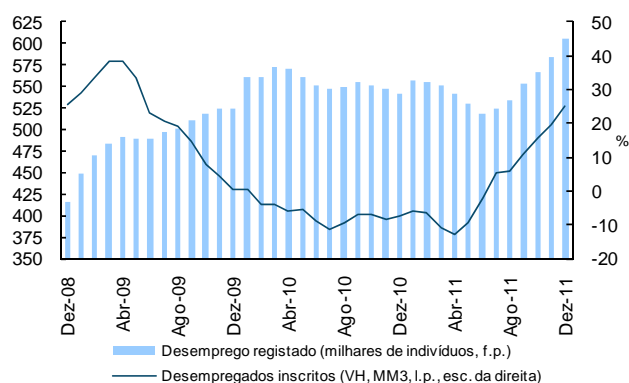
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011		Var. Acumulada
				nov	jan-nov	nov	jan-nov	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-17 009	-1200	-14 018	-176	-9 268	4 751
Saldo Balança de Bens	"	"	-17 794	-1632	-16 311	-760	-12 314	3 997
Saldo Balança de Serviços	"	"	5 985	598	6 130	730	7 079	949
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-8 728	-415	-6 982	-585	-8 377	-1395
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 135	220	2 048	240	2 821	772

Mercado de Trabalho

No final do ano, de acordo com os dados do IEFP, os desempregados registados ascendiam a 605 mil, um novo máximo, representando um crescimento homólogo de 11,7%, 5 p.p. acima do valor de novembro.

Considerando a média dos 12 meses o número de desempregados registados seria de 552 mil, 0,7% inferior ao valor de 2010.

Figura 2.13. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

Em valores absolutos observou-se um acréscimo de cerca de 63 mil desempregados face a dezembro de 2010 e de mais de 22 mil em relação a novembro de 2011.

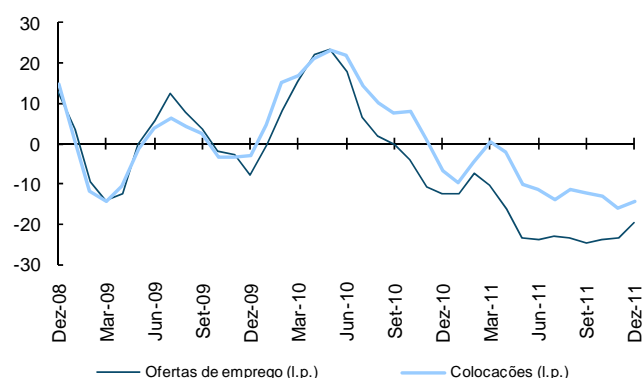
O número de desempregados inscritos mensalmente apresentou, em dezembro, uma subida de 35,2%, 15,2 p.p. superior à verificada no mês anterior.

Inscreveram-se em dezembro mais 16,7 mil desempregados nos centros de emprego que em igual período do ano anterior, mas menos 4,5 mil que em novembro.

As ofertas de emprego registaram uma diminuição de 8,8% em dezembro, uma melhoria de 14,4 p.p. face a novembro, enquanto as colocações aumentaram 1,1%, mais 18,3 p.p. que no mês anterior.

Não obstante a melhor evolução das colocações relativamente às ofertas, o rácio das colocações sobre as ofertas baixou para os 55%.

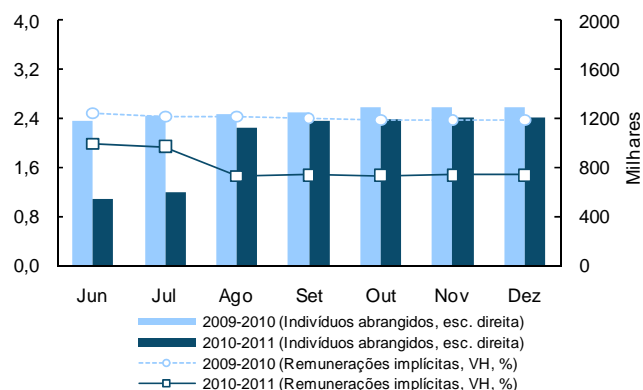
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Em termos anuais as ofertas de emprego registaram uma quebra de 20,1% e as colocações de 9,8%, obtendo-se um rácio de colocações sobre ofertas de 60,5%.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MTSS.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) até ao final de 2011 foi de 1.203 mil, uma queda de 7,1% face a 2010, representado menos 91,7 mil trabalhadores. O crescimento das remunerações implícitas nos IRCT foi de 1,5% em 2011, exibindo assim uma desaceleração de 0,9 p.p face ao valor registado em 2010.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011					2011			
				4T	1T	2T	3T	4T	Sep	Out	Nov	Dez
Taxa de Desemprego	%	INE	10,8	11,1	12,4	12,1	12,4	:	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-1,5	-1,5	-2,8	-2,0	-2,2	:	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	3,3	3,3	-3,5	-6,0	-0,3	11,7	-0,3	3,0	6,7	11,7
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-6,7	-7,5	-11,0	-2,2	10,7	25,3	17,2	22,4	20,0	35,2
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	4,9	-12,4	-10,3	-23,8	-24,5	-19,6	-23,7	-23,8	-23,2	-8,8
Contratação Coletiva	VHA	MTSS	2,4	2,4	2,4	2,0	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	1,4	4,2	0,8	-0,8	0,8	:	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	1,6	1,7	2,5	3,3	2,7	:	-	-	-	-

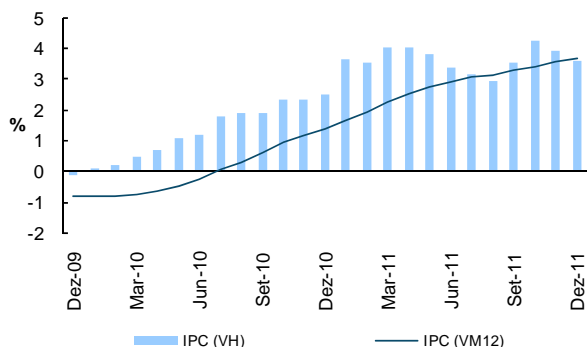
* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em dezembro assistiu-se a uma nova desaceleração do crescimento do Índice de Preços no Consumidor (IPC), com uma taxa de variação homóloga de 3,6%, 0,3 p.p. inferior à do mês anterior.

A taxa de inflação em 2011 foi de 3,7%, 2,3 p.p. superior à ocorrida em 2010.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

Os transportes e a habitação, água e eletricidade, com subidas de 6,1% e 9,9%, respetivamente, foram as categorias que mais contribuíram para o crescimento mensal. São ambas categorias onde se observa um forte impacto dos produtos energéticos que apresentaram um crescimento de 12,5%.

Outras categorias que apresentaram um contributo relevante foram os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e a saúde, com aumentos de preços de 2,2 e 7,5%, respetivamente.

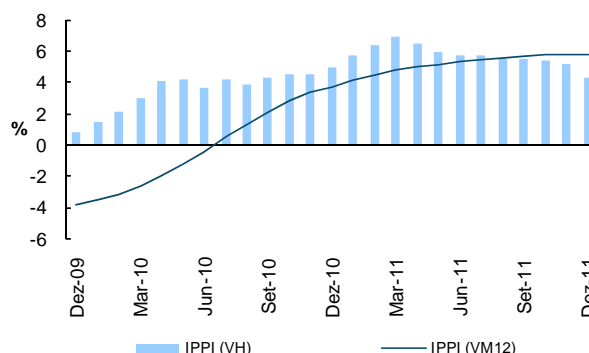
O vestuário e calçado foi a única categoria a apresentar um contributo negativo com uma diminuição de 3,8% em termos homólogos.

Enquanto os preços dos bens acompanharam a desaceleração no nível de preços, com um crescimento de 4,4%, 0,6 p.p. inferior ao do mês passado, já nos serviços observou-se uma aceleração com um crescimento de 2,5%, 0,2 p.p. superior ao de novembro. O diferencial entre ambos reduziu-se 1 p.p. para os 1,8 p.p..

A inflação subjacente em dezembro (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) foi de 2,3%, 0,2 p.p. superior à do mês anterior, diminuindo em 0,5 p.p. o diferencial face ao IPC total para 1,4 p.p.. O valor anual situou-se nos 2,3%, com um diferencial de 1,3 p.p. face à taxa de inflação anual.

O Índice de Preços na Produção Industrial manteve em dezembro a tendência de desaceleração, com um aumento de 4,4%, 0,8 p.p. inferior ao do mês passado. A variação anual foi, no entanto, de 5,8%.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fontes: INE.

Por agrupamentos industriais verifica-se que são bens de consumo não duradouros e a energia, com crescimentos de 2,6% e 10,2%, respetivamente, os que apresentam aumentos mais elevados. Já nas secções os maiores aumentos são de 6,1% na Captação, Tratamento e Distribuição de Água; Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição e de 6,5% na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio.

Em dezembro a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor foi de 3,5%, 0,7 p.p. superior ao crescimento de 2,7% observado na zona euro. Em termos anuais a inflação medida pelo IHCP situou-se nos 3,6% em Portugal (2,2 p.p. acima da de 2010) e nos 2,7% na área do euro (1,1 p.p. superior à de 2010).

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

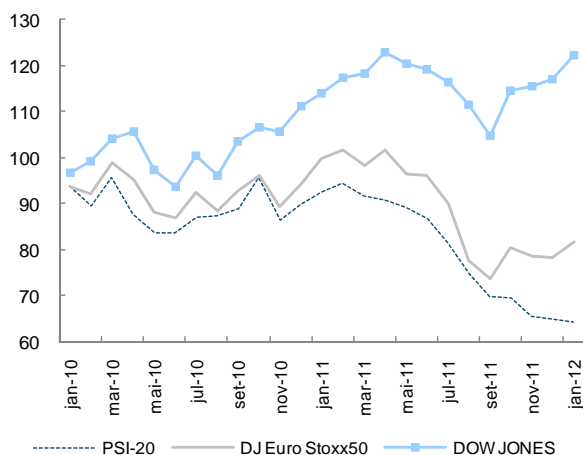
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011											
				Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez			
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,4	-0,1	-0,2	-0,1	-0,4	0,8	1,1	-0,1	0,0			
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	4,1	3,8	3,4	3,2	2,9	3,6	4,2	3,9	3,6			
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,7	2,5	2,8	2,9	3,1	3,1	3,3	3,4	3,6	3,7			
IPC – Bens	VH	"	4,4	4,8	4,6	3,9	3,6	3,1	4,2	5,4	5,0	4,4			
IPC – Serviços	"	"	2,5	2,9	2,7	2,7	2,5	2,6	2,5	2,4	2,3	2,5			
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	2,3	2,6	2,5	2,3	2,1	1,8	2,5	3,0	2,1	2,3			
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	5,8	6,6	6,0	5,8	5,7	5,5	5,5	5,5	5,2	4,4			
IHPC	"	"	3,6	4,0	3,7	3,3	3,0	2,8	3,5	4,0	3,8	3,5			
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,8	1,2	1,0	0,6	0,5	0,2	0,5	1,0	0,8	0,7			

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em janeiro de 2012, os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente, traduzindo, para o caso dos EUA, a divulgação de indicadores económicos positivos nos domínios do mercado do trabalho e no sector imobiliário e perspectivas de lucros das empresas mais elevados do que anteriormente previstos.

Assim, em janeiro e, até dia 25, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* subiram 2,5% e 2,4%, respetivamente, face ao final de dezembro de 2011.

Figura 2.18. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)

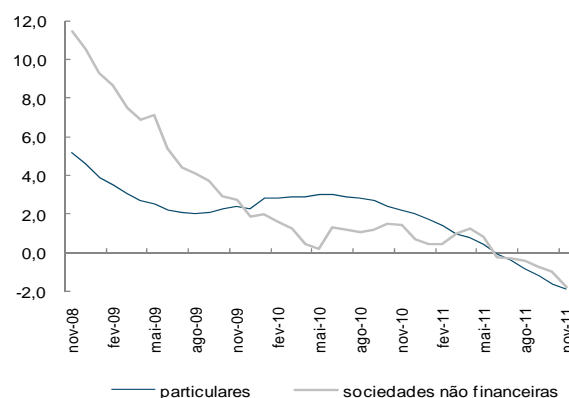


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para janeiro, o valor é do dia 25.

Já em relação ao índice PSI-20, este apresentou uma ligeira desvalorização, contrariando assim a trajetória do índice relativo à área do euro. Com efeito, em janeiro e, no dia 25, o índice PSI-20 diminuiu 1,2% face ao final do ano de 2011.

Em novembro de 2011, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao setor privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -1,9% (-1,3% em outubro). Para esta evolução contribuiu uma diminuição tanto do crédito dirigido às empresas como aos particulares.

Figura 2.19. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

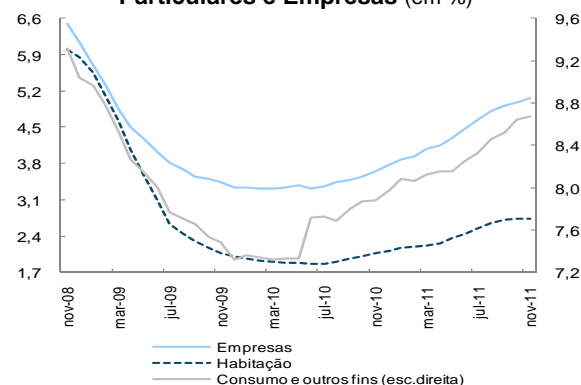


Fonte: Banco de Portugal.

Assim, dentro do segmento dos particulares, os empréstimos para a aquisição de habitação prosseguiram a tendência de desaceleração, tendo continuado a apresentar, em novembro, uma taxa de variação negativa (-1,3%). Igualmente, o crédito destinado ao consumo e para outros fins manteve uma variação negativa para -5,3% e para -4,0% (-4,5% e -3,3%, respetivamente, em outubro).

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram tanto para os particulares como para as empresas, tendo a subida sido mais significativa para o crédito às empresas, a qual se situou em 5,06% em novembro (4,97% em outubro).

Figura 2.20. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

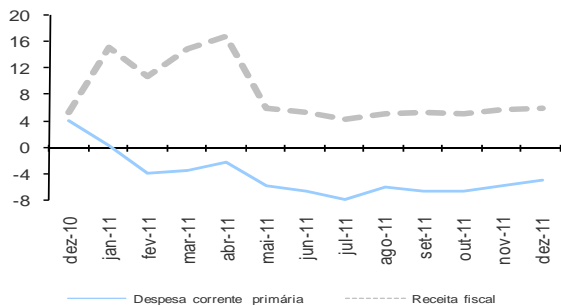
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011											
				abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez			
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	12,9	9,5	9,7	9,6	10,6	10,2	10,9	11,6	13,5	12,9			
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	1111	624	672	665	803	795	895	952	1120	1111			
PSI 20*	VC	CMVM	-27,6	-1,0	-1,6	-3,1	-5,9	-8,3	-6,8	-0,4	-5,7	-0,8			
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	:	1,3	0,9	0,4	0,0	-0,3	-0,7	-1,0	-1,3	:			
- para consumo	va**	"	:	-1,5	-2,4	-2,5	-3,1	-3,7	-4,2	-4,5	-5,3	:			
Empréstimos a empresas	va**	"	:	1,3	0,8	-0,3	-0,3	-0,4	-0,7	-1,0	-1,8	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	:	2,26	2,36	2,44	2,54	2,66	2,71	2,74	2,74	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	:	4,15	4,30	4,49	4,64	4,82	4,92	4,97	5,06	:			

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Em 2011, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 7194,5 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 7083,8 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 1155,3 milhões de euros, menos 8151,3 milhões de euros do que o registado no ano anterior.

Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face a 2010, caracterizou-se por:

- um aumento da receita não fiscal em 82,5%, justificado pela transferência das verbas correspondentes à passagem para o Estado das responsabilidades dos fundos de pensões do sector bancário, no valor de 3263,1 milhões de euros. A evolução da receita não fiscal reflete ainda o comportamento positivo das transferências correntes (20,8%), das participações para a ADSE (106,5%) e das outras receitas correntes (84,9%), devido à nova contribuição sobre o setor bancário, e negativo dos rendimentos de propriedade (-31,5%) e da venda de bens de investimento (-89,8%). A receita fiscal apresentou um crescimento de 6,0%, justificado pelo aumento dos impostos diretos em 10,4% e dos indiretos em 2,9%. Nos impostos diretos, o contributo é dado quer pela receita do IRS, que cresce 9,6%, em resultado, principalmente, do impacto favorável decorrente da cobrança de parte da sobretaxa extraordinária, quer pelo IRC, que cresce 11,9%. Nos impostos indiretos, esta variação é o resultado do crescimento da receita do IVA em 7,0%, sendo que, excluindo o imposto único de circulação e o imposto sobre o tabaco, os restantes impostos apresentam variações negativas; e
- um decréscimo da despesa total em 3,6% e da despesa primária em 6,4%. Para este resultado contribuíram todas as rubricas da despesa com exceção dos juros e outros encargos da dívida, outras transferências de capital (em resultado da regularização de responsabilidades do Estado a concessionárias de infraestruturas rodoviárias), aquisição de bens e serviços (que expurgando o efeito da reclassificação da despesa da ADSE¹ seria de -4,3%) e

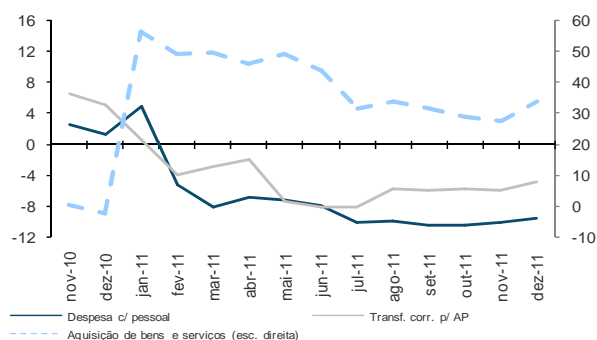
Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2010		2011		2011			
	jan a dez		jan a dez		set out nov dez			
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	36287	41537	99,6	104,2	5,1	5,2	5,9	14,5
Receita corrente	35462	37916	102,4	98,3	6,0	6,1	6,6	6,9
Impostos diretos	13569	14981	101,9	102,5	6,7	6,0	8,5	10,4
Impostos indiretos	18721	19261	105,7	97,4	4,5	4,7	3,9	2,9
Despesa Total	50565	48732	96,7	97,1	-3,8	-3,6	-2,5	-3,6
Despesa corrente primária	41602	39539	98,4	98,1	-6,8	-6,7	-5,9	-5,0
Despesa corrente	46574	45578	97,5	97,6	-4,6	-4,2	-2,7	-2,1
Despesa com pessoal	11383	10296	98,3	98,7	-10,5	-10,5	-10,2	-9,6
Aquisição bens e serviços	1357	1818	85,2	87,3	31,3	28,9	27,5	33,9
Subsídios	699	602	96,5	97,2	-49,5	-51,5	-53,0	-13,9
Juros	4972	6039	90,4	94,8	12,7	11,7	21,2	21,5
Transferências corr. p/ AP	24716	23489	99,6	99,7	-6,0	-5,8	-6,0	-5,0
Saldo Global	-14278	-7195	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-9307	-1155	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

outras despesas correntes (refletindo o maior número de projetos dos estabelecimentos de ensino não superior financiado pelo POPH). O maior decréscimo registou-se nas transferências para as administrações públicas (-6,2%) nas despesas com pessoal (-9,6% ou -5,0% expurgando a contribuição patronal para a ADSE) e no investimento (-71,3%, em consequência do efeito de base, em 2010, relativo à entrega de material militar no valor de 1001 milhões de euros).

Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

No final de dezembro, a dívida direta do Estado situava-se em 174,9 mil milhões de euros, aumentando 0,1% face ao mês anterior e 15,2% face ao final de 2010. A variação mensal da dívida refletiu essencialmente as emissões no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (3852 milhões de euros, dos quais 2866,6 milhões de euros referentes ao financiamento do FMI e o restante ao FEEF), a emissão líquida de ECP (67,2 milhões de euros) e de Certificados do Tesouro (15,6 milhões de euros).

Em sentido contrário registou-se a amortização líquida de BT (1255,8 milhões de euros), de outra dívida não transacionável (1652,5 milhões de euros), de CEDIC (909,7 milhões de euros) e, em menor grau, de Certificados de Aforo (266,5 milhões de euros).

As variações cambiais no mês contribuíram para um acréscimo do saldo da dívida em 352,8 milhões.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida
(milhões de euros)

	30-nov-11		dez-11		31-dez-11	
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	Saldo
Transacionável	122 793	1 758	2 949	68	121 670	121 670
Bilhetes do Tesouro	13 717	986	2 242	0	12 461	12 461
Obrigações do Tesouro	103 940	0	0	0	103 940	103 940
Não Transacionável	20 170	7 644	6 603	0	17 358	17 358
Cert. de Aforo e do Tesouro	12 943	69	321	0	12 692	12 692
CEDIC e CEDIM	4 981	3 698	4 606	0	4 074	4 074
Prog. de Assist. Financeira	31 725	3 852	0	285	35 862	35 862
Total	174 687	9 402	9 552	353	174 891	174 891

Fonte: IGCP.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Em 2011, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 902,5 milhões de euros, o que representa uma redução de 1192,1 milhões de euros face a 2010. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas¹, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades.

A execução orçamental, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita de 7,9%, explicada principalmente pelas outras transferência de capital para a CGA, refletindo o menor valor da compensação pela transmissão da responsabilidade dos Fundos de Pensões da PT em 2011, pelas transferências do OE, nomeadamente para o SNS, e pelas contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE explicado pela diminuição da compensação por pagamento de pensões de entidades fora das administrações públicas (devido à integração na CGA dos fundos de pensões respetivos) e de quotas e contribuições para a CGA. Em sentido contrário, aumentaram as outras receitas correntes, devido aos rendimentos auferidos em aplicações financeiras, e as transferências da UE no âmbito do FEAGA; e
- um decréscimo da despesa em 3,7%, devido à diminuição da aquisição de bens e serviços, nomeadamente no SNS, das despesas com pessoal e dos subsídios, esta última fundamentada pelas alterações legislativas e de procedimentos introduzidas aos Programa de Estágios Profissionais e de Estímulo à Oferta de Emprego com implicações no orçamento do IEFPP, I.P., bem como pelo facto de este ter deixado de ser intermediário do POPH. Com impacto no aumento da despesa, salienta-se as outras transferências, nomeadamente pelo aumento dos encargos com pensões e abonos da responsabilidade da CGA e outras entidades e por operações relacionadas com a transferência do Fundo de Pensões da PT.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos					
	2010		2011		2011	
	jan a dez		jan a dez		nov	dez
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	
Receita Total	26 526	24 430	93,8	92,8	12	-7,9
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	4 181	3 934	97,4	94,8	-5,8	-5,9
Transferências correntes das Adm. Públicas	15 809	15 523	97,9	97,6	-1,7	-1,8
Despesa Total	24 431	23 527	91,3	92,1	-1,5	-3,7
Despesa com pessoal	3 097	2 796	90,2	87,1	5,9	-9,7
Aquisição de bens e serviços	9 043	8 255	99,7	97,1	-1,1	-8,7
Transferências correntes	10 369	10 609	94,8	96,3	2,1	2,3
Saldo Global	2 095	903	-	-	-	-

Fonte: DGO.

Serviço Nacional de Saúde

Execução financeira consolidada do SNS

Em 2011, a execução financeira consolidada² provisória do SNS aponta para um défice de 275,2 milhões de euros, o que constitui uma redução de 84,6 milhões de euros face ao registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2010, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 6,4%, justificado pela redução da transferência do Orçamento do Estado (6,7%) no âmbito do financiamento do sistema de saúde; e
- uma diminuição da despesa em 7,0%, devido essencialmente à diminuição da despesa com subcontratos (-6,6%, onde se destacam as reduções observadas na comparticipação de medicamentos e nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E.) e das despesas com pessoal (-9,3%, que conjuga o efeito da redução da massa salarial, da gestão mais rigorosa das horas extraordinárias e dos suplementos remuneratórios e número de aposentações). Em sentido inverso, salienta-se a evolução da despesa no âmbito das parcerias público-privadas (+44,7%).

Quadro 2.11. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2010		2011	
	jan a dez		nov-11	dez-11
	10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Cobrada	9 168	8 584	-6,3	-6,4
Transferências do Orçamento do Estado	8849	8252	-6,8	-6,7
Prestação de serviços	129	107	19,0	-16,6
Outras receitas	191	225	8,1	18,0
Despesa Total	9 528	8 859	-7,7	-7,0
Despesa com pessoal	1 083	982	-6,8	-9,3
Subcontratos	7 762	7 247	-8,2	-6,6
Outras despesas	683	630	-13,8	-7,8
Saldo Global	- 360	- 275	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 2 do Relatório do Orçamento do Estado para 2012.

²Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

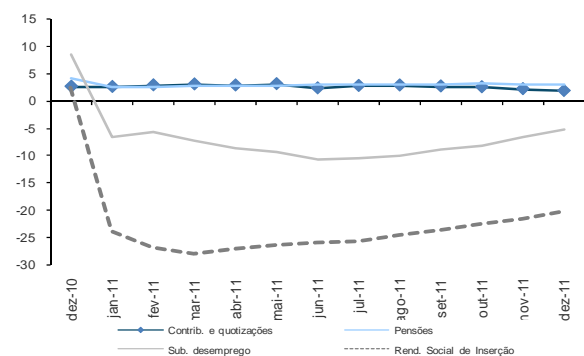
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Em 2011, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 429,3 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 259,9 milhões de euros face a 2010.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

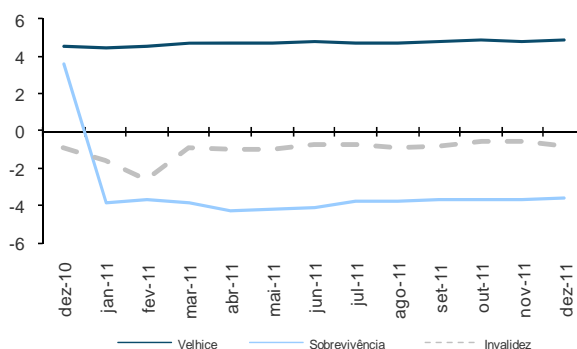
- uma diminuição da receita em 1,3% em resultado essencialmente da redução das transferências correntes da Administração Central (-11,8%), compensada parcialmente pelo aumento das contribuições e quotizações (1,9%), das transferências do Fundo Social Europeu (26,4%) e das outras receitas correntes (14,1%); e
- uma ligeira redução da despesa (-0,3%), refletindo fundamentalmente a diminuição dos encargos com o subsídio familiar a crianças e jovens (-30,3%), com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-5,3%), com o Rendimento Social de Inserção (-20,2%) e com as outras despesas correntes (-14,7%). Em sentido contrário, a despesa com pensões aumentou 3,1% e as despesas com ações de formação profissional cresceram 14,9%, em particular as com suporte no Fundo Social Europeu (18,0%). No que respeita ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 2,5% nas pensões de velhice da Segurança Social e de 7,4% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, registando-se uma diminuição de 2,8% no subsídio de doença e de 2,4% na pensão de invalidez.

Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



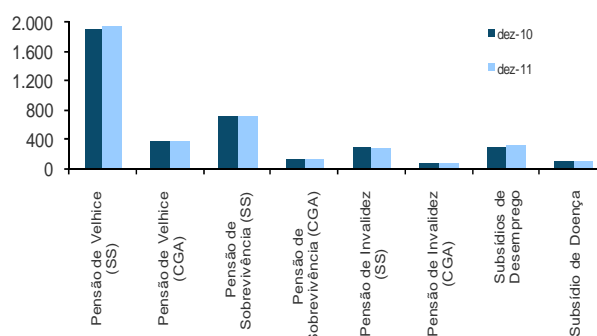
Fonte: DGO.

Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.25. Número de Pensões Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em 2011, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 185,8 milhões de euros, que compara com 1677,5 milhões de euros no período homólogo. A receita total diminuiu 10,1%, refletindo, fundamentalmente, a diminuição da receita de capital, e, em menor grau, da compensação por pagamento de pensões de entidades fora das administrações públicas (devido à integração na CGA dos fundos de pensões respetivos) e de quotas e contribuições para a CGA, parcialmente compensada pela transferência do OE, e outras receitas correntes. A despesa total aumentou 5,5%, como resultado essencialmente do aumento da despesa em pensões (3,6%) e da anulação do crédito sobre a PT Comunicações, S.A.

Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 3,5% nas pensões de velhice e de 1,1% nas pensões de sobrevivência.

Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2010		2011		2010		2011			
	jan a dez		jan a dez		jan a dez		jan a dez			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	23857	23538	-1,3	99,9	97,9	10171	9148	-10,1	98,1	97,2
Contribuições e quotizações	13483	13740	1,9	99,9	97,5	4175	3928	-5,9	97,4	94,8
Transferências correntes da Adm. Central	7904	6974	-11,8	100,0	100,4	4013	4453	11,0	99,8	100,0
Despesa Total	23168	23108	-0,3	100,1	97,6	8494	8962	5,5	100,6	:
Pensões	14012	14449	3,1	100,0	99,5	8455	8757	3,6	100,6	:
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	2221	2104	-5,3	100,0	99,1	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	4620	4204	-9,0	100,2	96,6	-	-	-	-	-
Saldo Global	689	429	-	-	-	1677	186	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARl.

Administração Central e Segurança Social

Em 2011, o défice global provisório da Administração Central e Segurança Social foi de 5862,7 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 5631,8 milhões de euros face a 2010. É de salientar o registo de um excedente primário de 209,3 milhões de euros, que compara com um défice primário de 6506,0 milhões de euros, em 2010. A receita efetiva cresceu 7,0% face a 2010, para a qual contribuiu principalmente parte da receita resultante da transferência dos fundos de pensões das instituições de crédito no montante de 3263,1 milhões de euros e o comportamento da receita fiscal (+5,9%). A despesa efetiva diminuiu 1,8%, sendo que a redução da despesa primária foi de 3,5%. O comportamento da despesa é, essencialmente, explicada pela diminuição da despesa com pessoal (-9,6%), do investimento (-58,5%) e da aquisição de bens e serviços (-1,5%). Em sentido oposto, salienta-se a evolução dos juros e outros encargos, que aumentaram 21,7%, e as outras transferências de capital (+75,3%).

Administrações Regional

De janeiro a novembro, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 6,5 milhões de euros, o que revela um agravamento de 46,3 milhões de euros face ao valor registado até ao mês anterior. Este comportamento deveu-se ao agravamento dos saldos orçamentais registados em ambas as Regiões Autónomas, de 23,4 milhões de euros na Região Autónoma dos Açores e 16,4 milhões de euros na Região Autónoma da Madeira.

A execução orçamental da Administração Regional, face ao valor acumulado até novembro, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 9,2%, devido, sobretudo, ao aumento da receita fiscal (+14,4%); e

- um crescimento da despesa total em 12,2%, refletindo, essencialmente, o comportamento da despesa com pessoal (16,2%), das outras transferências correntes (11,5%) e da aquisição de bens e serviços (8,3%).

Quadro 2.13. Execução Orçamental da Administração Regional

	Administração Regional			
	2011		2011	
	jan a out	jan a nov	jan a out	jan a nov
	10 ⁶ euros		VC (%)	
Receita total	1 728	1 887	14,3	9,2
Impostos	897	1 026	8,9	14,4
Transferências correntes	434	444	10,6	2,2
Despesa total	1 688	1 894	10,3	12,2
Pessoal	603	701	9,9	16,2
Aquisição de bens e serviços	247	268	12,3	8,3
Transferências correntes	441	489	9,4	11,0
Investimento	148	154	7,8	4,3
Saldo global	40	- 6	-	-

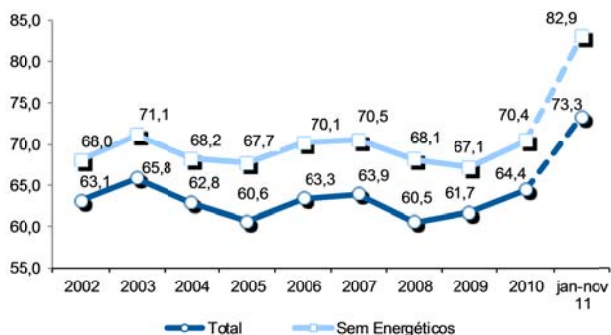
Fonte: DGO.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros onze meses de 2011 as exportações de mercadorias cresceram 16,1% e as importações 2,7% [3] em termos homólogos. Neste período o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 22%. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações cresceram 15,7% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 0,9% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a novembro			VH	
	2010	2011	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	33.630	39.049	16,1	15,1	16,7
Importações (cif)	51.863	53.275	2,7	-3,6	4,0
Saldo (fob-cif)	-18.234	-14.225	-22,0	-39,7	-18,9
Cobertura (fob/cif)	64,8	73,3	-	-	-
	68,0	76,9	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	31.348	36.282	15,7	12,3	16,3
Importações (cif)	44.163	43.784	-0,9	-8,2	0,7
Saldo (fob-cif)	-12.816	-7.501	-41,5	-63,7	-36,2
Cobertura (fob/cif)	71,0	82,9	-	-	-
	74,5	87,0	-	-	-
Extra-UE					
(milhões de Euros)					
Exportações (fob)	8.349	9.990	19,7	28,0	20,5
Importações (cif)	12.795	14.455	13,0	11,9	14,3
Saldo (fob-cif)	-4.445	-4.464	0,4	-22,2	2,0
Cobertura (fob/cif)	65,3	69,1	-	-	-
	68,5	72,5	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010 e 2011: 0.9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº1/2012").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de novembro de 2011 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 200 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2011). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Entre janeiro e novembro de 2011 as exportações representaram 73,3% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 8,5 p.p na taxa de cobertura das importações pelas exportações face ao período homólogo. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações passaram a representar 82,9% das importações (+11,9 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: janeiro a novembro

Valores em milhões de Euros

janeiro a novembro	2010	2011	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	33 630	39 049	16,1
Importações (cif)	51 863	53 275	2,7
Saldo (fob-cif)	- 18 234	- 14 225	-22,0
Cobertura (fob/cif)	64,8	73,3	-
Intra UE			
Exportações (fob)	25 281	29 059	14,9
Importações (cif)	39 068	38 820	-0,6
Saldo (fob-cif)	- 13 787	- 9 761	-29,2
Cobertura (fob/cif)	64,7	74,9	-
Extra UE			
Exportações (fob)	8 349	9 990	19,7
Importações (cif)	12 795	14 455	13,0
Saldo (fob-cif)	- 4 445	- 4 464	0,4
Cobertura (fob/cif)	65,3	69,1	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros onze meses de 2011, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 29,2% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 14,9% e as importações a decrescer 0,6%. O saldo negativo da balança comercial Extra UE agravou-se em 0,4% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2010	2011	TVH	2010	2011	TVH
jan	4 014	4 453	10,9	2 608	3 121	19,7
fev	4 230	4 636	9,6	2 719	3 314	21,9
mar	5 029	5 475	8,9	3 333	3 779	13,4
abr	4 485	5 010	11,7	2 962	3 441	16,2
mai	4 679	5 438	16,2	3 048	3 701	21,4
jun	5 544	4 607	-16,9	3 137	3 588	14,4
jul	4 645	4 906	5,6	3 402	3 777	11,0
ago	4 177	4 234	1,4	2 512	2 924	16,4
set	4 884	5 093	4,3	3 314	3 783	14,2
out	5 082	4 700	-7,5	3 267	3 784	15,8
nov	5 095	4 722	-7,3	3 327	3 837	15,4
dez	5 190			3 133		
1º Trim	13 273	14 565	9,7	8 659	10 213	17,9
2º Trim	14 708	15 055	2,4	9 148	10 730	17,3
3º Trim	13 706	14 233	3,9	9 228	10 484	13,6
4º Trim	15 367			9 727		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Entre janeiro e novembro de 2011, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 16,1%. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações cresceram a uma taxa relativamente mais baixa (15,7%).

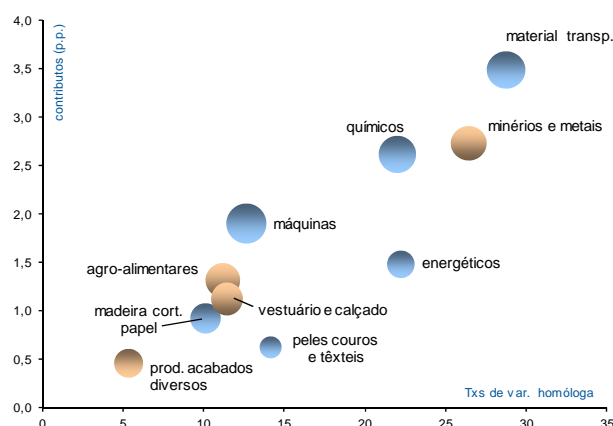
Todos os grupos de produtos continuaram a contribuir positivamente para o crescimento das exportações totais de mercadorias, destacando-se o “Material de Transporte” (+3,3 p.p.), os “Químicos” e os “Minérios e Metais” (ambos com contributos de 2,6 p.p.). O grupo das “Máquinas” continua a ser o que maior peso tem na estrutura das exportações de mercadorias (14,5%), seguindo-se o “Material de Transporte” (13,3% das exportações totais de mercadorias).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em novembro de 2011.

Pela sua análise e dos valores que constam no Quadro 3.4 conclui-se que, no período em análise, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+16,7%), registando, conseqüentemente, taxas de variação homóloga positivas. (Quadros 3.1 e 3.4).

À semelhança do ocorrido nos primeiros onze meses de 2011, os grupos de produtos “Material de Transporte”, “Minérios e Metais” e “Químicos” foram os que mais contribuíram para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 3,5 p.p., 2,7 p.p. e 2,6 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)
Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2011
(Total: 16,7%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos				
			Anual		jan-nov		últimos 12 meses [1]		jan-nov		
	jan-nov	2010	2011	2010	2011	2010	2011	VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
	2010	2011	2005	2010	2010	2011	VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]	
Total das Exportações	33 630	39 049	100,0	100,0	100,0	100,0	16,7	16,7	16,1	16,1	
000 Agro-Alimentares	3 912	4 356	8,7	11,7	11,6	11,2	11,2	1,3	11,4	1,3	
100 Energéticos	2 282	2 767	4,1	6,7	6,8	7,1	22,2	1,5	21,3	1,4	
200 Químicos	4 031	4 914	10,5	11,9	12,0	12,6	22,0	2,6	21,9	2,6	
300 Madeira, Cortiça e Papel	3 071	3 337	8,9	9,2	9,1	8,5	10,1	0,9	8,6	0,8	
400 Peles, Couros e Têxteis	1 494	1 693	5,3	4,4	4,4	4,3	14,2	0,6	13,3	0,6	
500 Vestuário e Calçado	3 289	3 660	12,4	9,8	9,8	9,4	11,4	1,1	11,3	1,1	
600 Minérios e Metais	3 483	4 363	9,1	10,5	10,4	11,2	26,4	2,7	25,3	2,6	
700 Máquinas	5 033	5 670	19,4	14,9	15,0	14,5	12,7	1,9	12,6	1,9	
800 Material de Transporte	4 131	5 238	13,9	12,4	12,3	13,4	28,8	3,5	26,8	3,3	
900 Produtos Acabados Diversos	2 903	3 054	7,7	8,6	8,6	7,8	5,4	0,5	5,2	0,4	
Total sem energéticos	31 348	36 282	95,9	93,3	93,2	92,9	16,3	15,2	15,7	14,7	

Por memória:

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] (dez 10-nov 11)/(dez 09-nov 10) x 100 - 100

[2] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Entre janeiro e novembro de 2011, as exportações para a UE, assim como as exportações com destino aos países da UE-15, cresceram, em termos homólogos, 14,9%. As exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 16,5%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento superior de 19,7% (Quadro 3.5). As exportações de mercadorias para a UE foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+11,2 p.p.). O contributo das exportações para os países terceiros foi de 4,9 p.p.

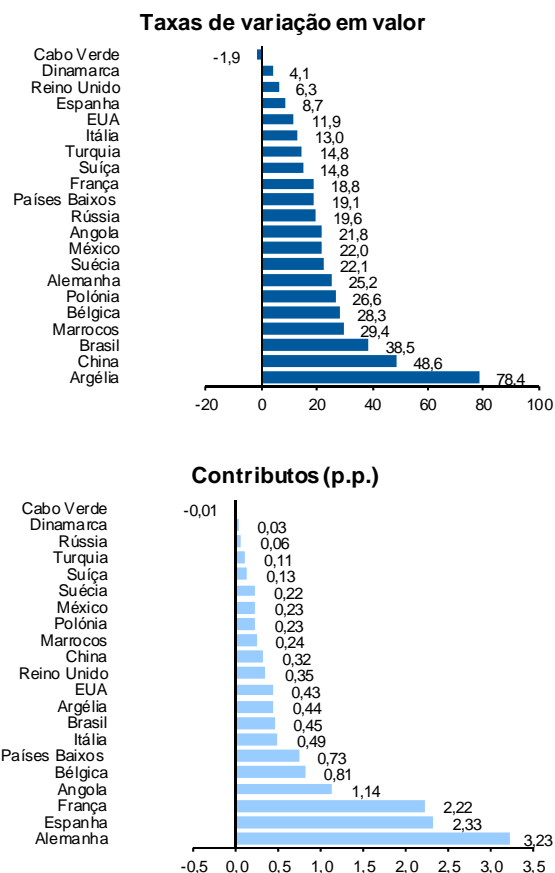
As exportações de mercadorias para a Alemanha e para Espanha foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+3 p.p. e 2,3 p.p., respetivamente). As exportações de mercadorias para França e para o Reino Unido cresceram, em termos homólogos, 18,4% e 6,7%, respetivamente.

No último ano a terminar em novembro de 2011, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 15,4%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 15,3%. As exportações com destino à Alemanha (+3,2 p.p.) e à Espanha (2,3 p.p) foram, também, as que mais contribuíram para o crescimento das exportações neste período.

Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a Argélia (+78,4%), China (+48,6%) e Brasil (+38,5%). Embora com um reduzido contributo, refira-se o decréscimo das exportações para Cabo Verde (-1,9%) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2011



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-nov		Estrutura (%)				média anual 05-10*	Taxas de variação e contributos [2]			
			anual		jan-nov			12 meses [1]		jan-nov	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	33 630	39 049	100,0	100,0	100,0	100,0	3,4	16,7	16,7	16,1	16,1
Intra UE-27	25 280	29 060	80,3	75,0	75,2	74,4	2,0	15,4	11,6	14,9	11,2
dos quais:											
UE-15	24 246	27 855	78,4	71,9	72,1	71,3	1,6	15,3	11,0	14,9	10,7
Espanha	8 964	9 747	27,6	26,6	26,7	25,0	2,6	8,7	2,3	8,7	2,3
Alemanha	4 364	5 382	12,5	13,0	13,0	13,8	4,3	25,2	3,2	23,3	3,0
França	3 983	4 718	13,5	11,8	11,8	12,1	0,6	18,8	2,2	18,4	2,2
R.Unido	1 864	1 989	8,3	5,5	5,5	5,1	-4,8	6,3	0,4	6,7	0,4
P.Baixos	1 296	1 544	4,0	3,8	3,9	4,0	2,4	19,1	0,7	19,1	0,7
Itália	1 277	1 426	4,4	3,8	3,8	3,7	0,6	13,0	0,5	11,6	0,4
Bélgica	967	1 240	3,9	2,9	2,9	3,2	-2,9	28,3	0,8	28,2	0,8
Suécia	326	399	1,1	1,0	1,0	1,0	1,4	22,1	0,2	22,4	0,2
Dinamarca	236	243	0,8	0,7	0,7	0,6	0,4	4,1	0,0	2,8	0,0
Alargamento	1 034	1 204	1,8	3,1	3,1	3,1	14,6	18,4	0,6	16,5	0,5
Polónia	292	373	0,5	0,9	0,9	1,0	13,3	26,6	0,2	27,4	0,2
Extra UE-27	8 349	9 990	19,7	25,0	24,8	25,6	8,4	20,5	5,1	19,7	4,9
dos quais:											
Angola	1 718	2 100	2,6	5,2	5,1	5,4	19,0	21,8	1,1	22,2	1,1
EUA	1 208	1 336	5,3	3,6	3,6	3,4	-4,3	11,9	0,4	10,6	0,4
Brasil	394	542	0,6	1,2	1,2	1,4	19,8	38,5	0,5	37,4	0,4
México	369	426	0,3	1,1	1,1	1,1	36,2	22,0	0,2	15,6	0,2
Suíça	306	346	0,8	0,9	0,9	0,9	5,7	14,8	0,1	13,1	0,1
Marrocos	276	354	0,4	0,8	0,8	0,9	18,2	29,4	0,2	28,2	0,2
Turquia	242	276	0,7	0,7	0,7	0,7	3,0	14,8	0,1	14,0	0,1
Cabo Verde	244	239	0,5	0,7	0,7	0,6	12,1	-1,9	0,0	-2,3	0,0
China	212	332	0,5	0,6	0,6	0,8	6,6	48,6	0,3	56,8	0,4
Argélia	190	340	0,2	0,6	0,6	0,9	31,3	78,4	0,4	78,5	0,4
Por memória:											
Gibraltar	193	218	0,1	0,6	0,6	0,6	62,7	13,2	0,1	12,9	0,1
PALOP	2 175	2 633	3,4	6,6	6,5	6,7	17,8	20,8	1,4	21,1	1,4
EFTA	387	434	1,1	1,1	1,2	1,1	3,4	13,3	0,2	12,1	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2010.

[1] (dez 10-nov 11)/(dez 09-nov 10) x 100 - 100

[2] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Importações de Mercadorias

Nos primeiros onze meses de 2011, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 2,7% relativamente a igual período no ano transato (Quadro 3.6).

As importações de produtos “Energéticos” (+3,5 p.p.), “Agro alimentares” (+1,6 p.p.) e Químicos” (+1,1 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das importações.

No último ano a terminar em novembro de 2011, as importações cresceram 4%. Tal como nos primeiros onze meses de 2011, foram os “Produtos Energéticos” (+3,4 p.p.), os “Agro alimentares” (+1,6 p.p.) e os “Químicos” (+1,2 p.p.) os produtos que mais contribuíram para o crescimento das importações.

A UE-27 permanece como principal *mercado de origem* das importações, tendo representado 72,9% das importações de mercadorias entre janeiro e novembro de 2011.

Das importações totais, 31,4% provêm de Espanha.

Entre janeiro e novembro de 2011, as *importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário* decresceram, em termos homólogos, 0,6%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 0,9%. Em sentido oposto, as importações provenientes dos países do Alargamento cresceram 6%. À exceção da Espanha (+1 p.p.) e da Irlanda (+0,1 p.p.), todos os países da UE-15 registaram contributos (negativos) que justificaram o decréscimo das respetivas importações.

As *importações de mercadorias provenientes de países terceiros* cresceram 13% em termos homólogos. Destacam-se as importações provenientes da Nigéria, da China e do Brasil que representaram, respetivamente, 2,7%, 2,6% e 2,5% do total das importações de mercadorias. As importações provenientes de Angola (+82,7%) e da Arábia Saudita (+78,6%) foram as que registaram maior crescimento homólogo.

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]			
	jan-nov		Anual		jan-nov		12 meses [1]		jan-nov	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011	VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	51 863	53 275	100,0	100,0	100,0	100,0	4,0	4,0	2,7	2,7
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	7 186	7 990	11,9	13,8	13,9	15,0	11,4	1,6	11,2	1,6
100-Energéticos	7 700	9 491	14,1	14,6	14,8	17,8	23,6	3,4	23,3	3,5
200-Químicos	7 940	8 514	13,3	15,2	15,3	16,0	7,8	1,2	7,2	1,1
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	2 383	2 461	4,7	4,6	4,6	4,6	3,9	0,2	3,3	0,2
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 521	3 605	6,8	6,8	6,8	6,8	3,1	0,2	2,4	0,2
500-M inérios e Metais	4 456	4 715	9,2	8,5	8,6	8,9	6,2	0,5	5,8	0,5
600-M áquinas [3]	8 526	7 965	20,5	16,4	16,4	15,0	-5,7	-0,9	-6,6	-1,1
700-M aterial de Transporte [4]	6 984	5 733	13,5	14,1	13,5	10,8	-10,9	-1,5	-17,9	-2,4
800-Prod. Acabados Diversos	3 167	2 800	6,0	5,9	6,1	5,3	-11,0	-0,7	-11,6	-0,7
Total sem energéticos	44 163	43 784	85,9	85,4	85,2	82,2	0,7	0,6	-0,9	-0,7
Mercados de origem										
Intra UE-27	39 069	38 820	77,6	75,7	75,3	72,9	0,8	0,6	-0,6	-0,5
dos quais:										
UE-15	37 837	37 514	75,8	73,4	73,0	70,4	0,6	0,4	-0,9	-0,6
Espanha	16 198	16 718	30,7	31,2	31,2	31,4	3,1	1,0	3,2	1,0
Alemanha	6 856	6 631	14,4	13,9	13,2	12,4	3,8	0,5	-3,3	-0,4
França	3 793	3 657	8,7	7,3	7,3	6,9	-4,3	-0,3	-3,6	-0,3
Itália	2 972	2 849	5,9	5,7	5,7	5,3	-3,6	-0,2	-4,1	-0,2
Países Baixos	2 690	2 553	4,5	5,1	5,2	4,8	-4,4	-0,2	-5,1	-0,3
Reino Unido	1 964	1 786	4,3	3,8	3,8	3,4	-6,4	-0,2	-9,1	-0,3
Bélgica	1 483	1 394	2,9	2,9	2,9	2,6	-4,2	-0,1	-6,0	-0,2
Suécia	541	556	1,1	1,0	1,0	1,0	3,1	0,0	2,8	0,0
Irlanda	496	543	0,9	1,0	1,0	1,0	7,1	0,1	9,4	0,1
Alargamento	1 232	1 306	1,8	2,3	2,4	2,5	5,6	0,1	6,0	0,1
Extra UE-27	12 795	14 455	22,4	24,3	24,7	27,1	14,3	3,4	13,0	3,2
dos quais:										
China	1 453	1 396	1,1	2,8	2,8	2,6	-1,6	0,0	-3,9	-0,1
Nigéria	1 274	1 455	1,9	2,4	2,5	2,7	14,8	0,4	14,2	0,3
Brasil	931	1 345	1,9	1,8	1,8	2,5	52,6	0,9	44,5	0,8
EUA	761	1 024	2,1	1,5	1,5	1,9	34,6	0,5	34,6	0,5
Líbia	736	14	0,6	1,3	1,4	0,0	-98,0	-1,3	-98,1	-1,4
Cazaquistão	640	768	0,5	1,1	1,2	1,4	20,2	0,2	20,1	0,2
Angola	563	1 029	0,0	1,0	1,1	1,9	67,8	0,7	82,7	0,9
Noruega	509	406	1,0	0,9	1,0	0,8	-19,0	-0,2	-20,3	-0,2
Arábia Saudita	485	867	0,8	0,9	0,9	1,6	73,8	0,7	78,6	0,7
Rússia	385	560	0,7	0,7	0,7	1,1	27,7	0,2	45,5	0,3
Índia	379	444	0,4	0,7	0,7	0,8	17,9	0,1	17,2	0,1
Suíça	341	339	0,6	0,6	0,7	0,6	0,1	0,0	-0,6	0,0
Japão	332	314	1,1	0,6	0,6	0,6	-1,8	0,0	-5,6	0,0
OPEP[5]	3 578	4 308	6,4	6,7	6,9	8,1	18,6	1,3	20,4	1,4
EFTA	863	763	1,7	1,6	1,7	1,4	-10,4	-0,2	-11,5	-0,2
PALOP	599	1 076	0,1	1,1	1,2	2,0	65,8	0,8	79,7	0,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

[1] (dez 10-nov 11)/(dez 09-nov 10) x 100 - 100

[2] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores.

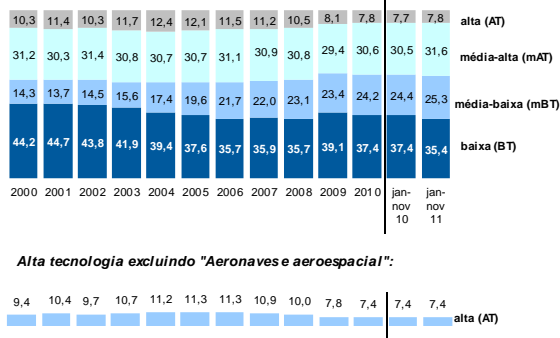
[4] Inclui tractores.

[5] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Entre janeiro e novembro de 2011, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 16,5%. As exportações de produtos de *média intensidade tecnológica* continuam a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (56,8%), sendo os produtos de média baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram maior crescimento homólogo (20,8%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).¹

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



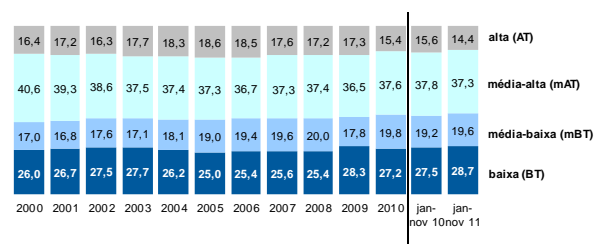
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

As exportações de produtos de média alta intensidade tecnológica também foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+6,3 p.p.).

As exportações dos produtos de *baixa intensidade tecnológica* contribuíram com 3,8 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 0,3%. Neste caso, os produtos de alta tecnologia foram os que mais contribuíram para a redução das importações deste tipo de produtos (-1,3 p.p.).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euro/s

Intensidade Tecnológica	2010	janeiro a novembro		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
		2010	2011	média 2005-10	2010/09	jan-nov 2011/10	2009	2010	jan-nov		2010	jan-nov 2011
									2010	2011		
EXPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	34 496 078	31 620 633	36 835 767	3,0	15,1	16,5	100,0	100,0	100,0	100,0	15,1	16,5
Alta tecnologia	2 686 060	2 450 418	2 874 444	-5,8	10,2	17,3	8,1	7,8	7,7	7,8	0,8	1,3
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 538 850	2 314 608	2 770 927	-5,3	8,3	17,1	7,8	7,4	7,4	7,4	0,7	1,3
Média-alta tecnologia	10 550 318	9 642 237	11 634 816	2,9	19,8	20,7	29,4	30,6	30,5	31,6	5,8	6,3
Média-baixa tecnologia	8 344 929	7 703 149	9 304 750	7,4	18,8	20,8	23,4	24,2	24,4	25,3	4,4	5,1
Baixa tecnologia	12 914 771	11 824 830	13 022 056	2,9	10,3	10,1	39,1	37,4	37,4	35,4	4,0	3,8
Por memória:												
Total das Exportações	36 762 238	33 629 585	39 049 350	3,4	16,0	16,1	100,0	100,0	100,0	100,0	16,0	16,1
Residual [3]	2 266 160	2 008 951	2 213 583	11,0	32,1	10,2	5,4	6,2	6,0	5,7	1,7	0,6
IMPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	47 097 923	42 650 531	42 536 089	1,7	8,3	-0,3	100,0	100,0	100,0	100,0	8,3	-0,3
Alta tecnologia	7 232 366	6 644 386	6 110 535	-2,1	-4,1	-8,0	17,3	15,4	15,6	14,4	-0,6	-1,3
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 887 619	6 310 29	5 889 351	-1,3	0,2	-6,7	16,1	14,7	14,9	13,9	0,0	-1,0
Média-alta tecnologia	17 715 298	16 116 905	15 883 640	1,9	11,5	-1,4	36,5	37,6	37,8	37,3	4,3	-0,5
Média-baixa tecnologia	9 336 281	8 177 227	8 351 908	2,6	20,6	2,1	17,8	19,8	19,2	19,6	4,1	0,4
Baixa tecnologia	12 813 977	11 712 013	12 190 006	3,5	4,0	4,1	28,3	27,2	27,5	28,7	1,1	1,1
Por memória:												
Total das Importações	57 053 115	51 863 259	53 274 665	2,1	11,0	2,7	100,0	100,0	100,0	100,0	11,0	2,7
Residual [3]	9 955 192	9 212 728	10 738 576	4,0	26,2	16,6	15,4	17,4	17,8	20,2	4,6	2,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

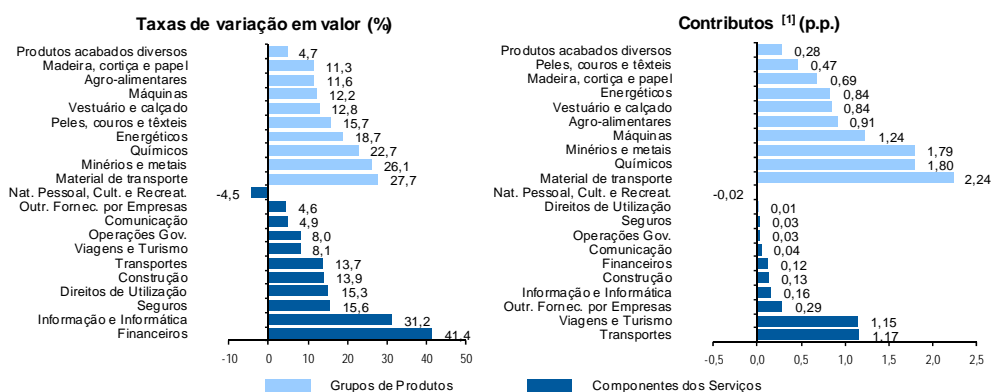
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de outubro de 2011, as "Exportações" (crédito) de Bens e Serviços cresceram, nos primeiros dez meses de 2011, 14%, em termos homólogos. A componente dos Bens continua a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das "exportações" totais (10,8 p.p.).

Entre janeiro e outubro de 2011, a componente dos Serviços representou 31,4% do total das "Exportações" e contribuiu com 3,2 p.p. para o crescimento das Exportações (créditos). No que se refere às Importações (débitos) o seu peso no total foi de 16,9% e o seu contributo muito menos expressivo (+0,9 p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em outubro de 2011, com base em dados do INE para as "exportações" de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as "exportações" de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das "exportações" de Bens e Serviços.

Neste período continuou a destacar-se o contributo positivo do Material de Transporte (+2,2 p.p.). Na componente dos serviços, de destacar os contributos dos serviços inscritos nas rubricas de Transportes (+1,2 p.p.) e de Viagens e Turismo (+1,1 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2012



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (14,2%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	janeiro a outubro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		janeiro a outubro		média anual 05-10	12 meses [2]		janeiro a outubro	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011		VH	contrib. p.p. [1]	VH	contrib. p.p. [1]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	45 103	51 400	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	14,2	14,2	14,0	14,0
Bens	30 402	35 272	71,8	67,7	67,4	68,6	3,4	16,4	11,1	16,0	10,8
Serviços	14 701	16 127	28,2	32,3	32,6	31,4	7,5	9,5	3,1	9,7	3,2
Transportes	3 857	4 343	5,9	8,6	8,6	8,4	12,9	13,7	12	12,6	1,1
Viagens e Turismo	6 563	7 071	14,3	14,0	14,6	13,8	4,2	8,1	1,1	7,7	1,1
Comunicação	392	408	10	0,9	0,9	0,8	16	4,9	0,0	3,9	0,0
Construção	405	464	0,7	0,9	0,9	0,9	11,3	13,9	0,1	14,8	0,1
Seguros	78	91	0,2	0,2	0,2	0,2	3,6	15,6	0,0	16,3	0,0
Financieiros	125	190	0,4	0,3	0,3	0,4	-0,3	4,14	0,1	5,16	0,1
Informação e Informática	221	300	0,3	0,5	0,5	0,6	17,9	31,2	0,2	35,9	0,2
Direitos de Utilização	26	35	0,1	0,1	0,1	0,1	-3,7	15,3	0,0	33,9	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	2 655	2 860	4,8	6,0	5,9	5,6	9,8	4,6	0,3	7,7	0,5
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	219	201	0,4	0,5	0,5	0,4	10,5	-4,5	0,0	-8,5	0,0
Operações Governamentais	160	166	0,3	0,4	0,4	0,3	8,4	8,0	0,0	3,7	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	54 197	56 399	100,0	100,0	100,0	100,0	2,7	5,4	5,4	4,1	4,1
Bens	45 145	46 853	85,6	83,5	83,3	83,1	2,2	5,4	4,5	3,8	3,2
Serviços	9 053	9 547	14,4	16,5	16,7	16,9	5,5	5,6	0,9	5,5	0,9
Transportes	2 666	2 807	4,5	4,9	4,9	5,0	4,2	5,3	0,3	5,3	0,3
Viagens e Turismo	2 494	2 511	4,3	4,5	4,6	4,5	3,8	1,9	0,1	0,7	0,0
Comunicação	361	356	0,5	0,7	0,7	0,6	6,8	0,2	0,0	-1,3	0,0
Construção	77	99	0,2	0,1	0,1	0,2	1,5	28,5	0,0	29,1	0,0
Seguros	200	192	0,3	0,4	0,4	0,3	7,0	-1,3	0,0	-4,4	0,0
Financieiros	192	502	0,3	0,4	0,4	0,9	5,7	148,9	0,5	160,9	0,6
Informação e Informática	300	360	0,3	0,6	0,6	0,6	13,3	18,5	0,1	20,1	0,1
Direitos de Utilização	351	322	0,5	0,6	0,6	0,6	8,6	-6,6	0,0	-8,4	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	1 896	1 927	2,8	3,5	3,5	3,4	7,3	1,4	0,1	1,6	0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	45	399	0,5	0,7	0,8	0,7	12,2	-3,7	0,0	-3,7	0,0
Operações Governamentais	101	73	0,2	0,2	0,2	0,1	-2,0	-25,6	0,0	-28,0	-0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

[2] 12 meses até outubro de 2011.

Destques

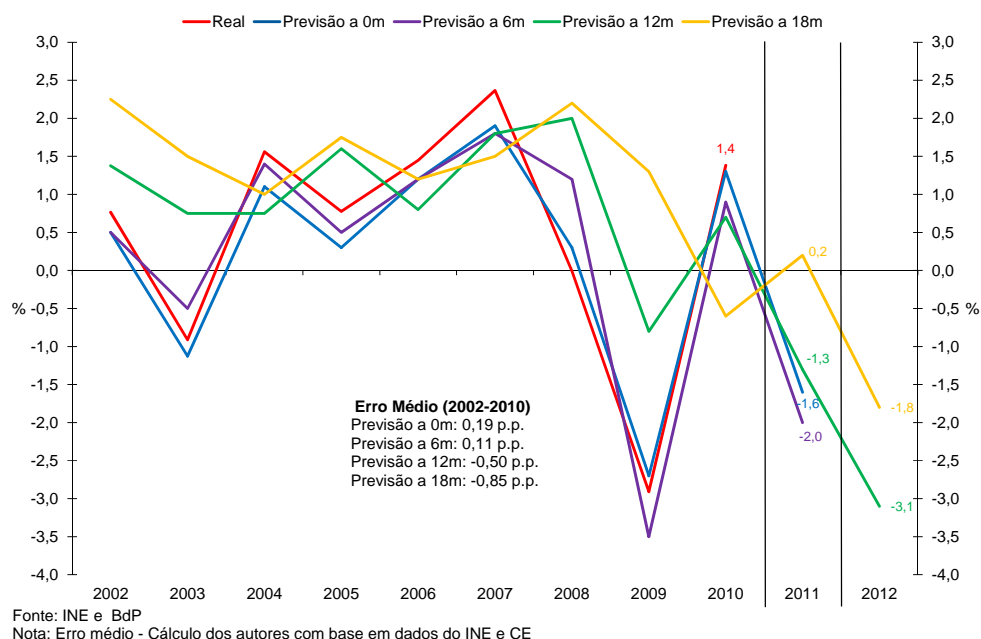
Análise às Previsões do BdP para o Crescimento do PIB de Portugal¹

João Carlos Fonseca² e Paulo Júlio³

O Banco de Portugal (BdP) publicou, em janeiro de 2012, o Boletim Económico (BE) de Inverno. As previsões de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) para a economia portuguesa apresentadas no BE são de -1,6% para 2011 e de -3,1% para 2012 (Figura 1). Uma análise ao período de 2002 a 2010 mostra que as previsões do BdP realizadas no 2º semestre para o próprio ano (0 meses)⁴ tenderam a subavaliar o crescimento real do PIB em Portugal (em 0,19 p.p.). Para o ano seguinte (12 meses), as mesmas tenderam a ser sobreavaliadas em 0,50 p.p. (vd. nota metodológica em baixo).

A Figura 1 mostra ainda que as sucessivas previsões para o ano de 2011 publicadas nos BE assumem uma variação expressiva, variando entre 0,2% no BE de julho de 2010 (18 meses) e -2,0% no BE de julho de 2011 (6 meses). O mesmo acontece relativamente a 2012, com a previsão realizada em julho de 2011 (18 meses) de -1,8% a ser agora revista em baixa para -3,1%.

Figura 1 - Taxa de crescimento real do PIB e previsões do BdP a 0, 6, 12 e 18 meses



Uma análise comparativa dos erros médios das previsões, entre 2002 e 2010, de quatro instituições (BdP, Comissão Europeia (CE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)), para crescimento real do PIB, mostra que o BdP apresenta a pior *performance* a 0 meses e a melhor a 12 meses (Tabela 1). No entanto, em todas as instituições as previsões a 0 meses são, em média, subavaliadas (sinal positivo), enquanto as previsões a 12 meses se encontram sobreavaliadas (sinal negativo).

¹ O conteúdo do trabalho é da exclusiva responsabilidade dos autores.

² Técnico Superior no Gabinete de Estratégia e Estudos. e-mail: joao.fonseca@gee.min-economia.pt

³ Técnico Superior no Gabinete de Estratégia e Estudos. e-mail: paulo.julio@gee.min-economia.pt.

⁴ As previsões do BdP inseridas no Boletim Económico de Inverno (janeiro) e no Boletim Económico de Verão (julho) são consideradas como sendo do 2º semestre e 1º semestre, respetivamente.

Tabela 1 - Erro médio das previsões do PIB entre 2002 e 2010

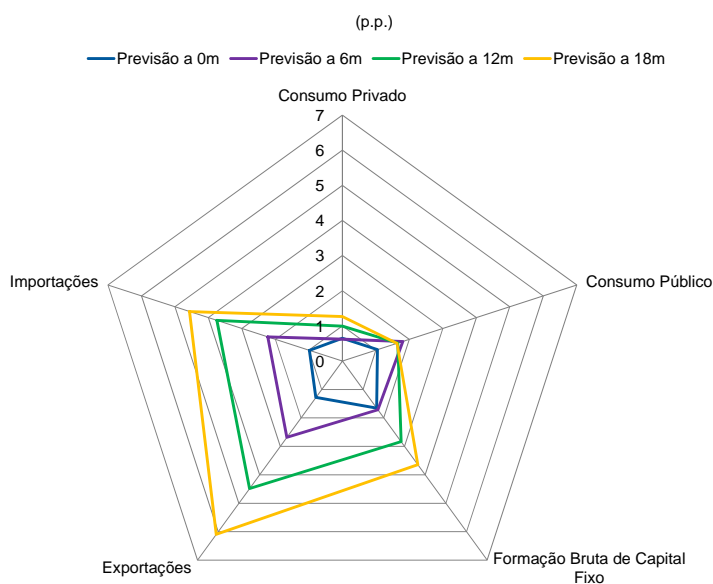
Unid: p.p.

Meses	BdP	CE	FMI	OCDE
0	0,19	0,11	0,14	0,03
6	0,11	-0,07	0,14	0,04
12	-0,50	-0,68	-0,84	-0,85
18	-0,85	-1,13	-1,29	-1,40

Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE, BdP, CE, FMI e OCDE

Por componentes da despesa, as previsões a 0 e 12 meses da CE para o Consumo Privado e, em menor grau, para o Consumo Público são as que registaram o menor erro absoluto médio entre 2002 e 2010 (Figura 2). As previsões para as Exportações a 0 e 12 meses registaram um maior erro absoluto médio do que para as Importações no período em análise.

Figura 2 – Erro absoluto médio em módulo por componentes da despesa do PIB (2002-2010)



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do INE e BdP

Nota metodológica⁵:

Previsões a 0 meses: Feitas no 2º semestre para o próprio ano. As previsões do BdP incorporam as Contas Nacionais Trimestrais do 3º trimestre.

Previsões a 6 meses: Feitas no 1º semestre para o próprio ano. As previsões do BdP incorporam as Contas Nacionais Trimestrais do 1º trimestre.

Previsões a 12 meses: Feitas no 2º semestre para o ano seguinte.

Previsões a 18 meses: Feitas no 1º semestre para o ano seguinte.

Erro: Diferença entre a taxa de crescimento real do PIB e a previsão.

Erro médio: Média dos erros entre 2002 e 2010 em p.p..

Sinal positivo: Previsão subavaliada

Sinal negativo: Previsão sobreavaliada

⁵ Ver "The forecast quality of Portuguese GDP expenditure components" publicado no BMEP nº9/2011 para uma apresentação mais detalhada da metodologia.

Artigos

Em Análise

A Fileira Florestal¹: Parte II Investigação, Desenvolvimento, Inovação e Políticas Públicas

Vanda Dores²

Elsa de Moraes Sarmento³

1. Introdução

O presente artigo corresponde à segunda parte de um estudo mais abrangente de caracterização da Fileira Florestal. A primeira parte, divulgada anteriormente no Boletim Mensal de Economia Portuguesa de dezembro de 2011⁴, foi dedicada à análise da sua performance económica, num contexto macroeconómico e sectorial. Nesta segunda parte, analisam-se os domínios da investigação e desenvolvimento (I&D), e da inovação das indústrias que compõem a Fileira Florestal e, num segundo momento, as diferentes medidas e políticas públicas de apoio ao investimento e desenvolvimento da Fileira. A definição de Fileira Florestal adotada neste trabalho segue a abordagem metodológica anteriormente utilizada, em função dos seus produtos finais e intermédios, a montante e a jusante, numa perspetiva integradora (Dores, Sarmento e Oliveira, 2011).

São 5 os “pacotes” de medidas de política que o documento “European forest sector outlook studies” (Nações Unidas e FAO, 2005) antevê que irão influenciar o desenvolvimento do setor florestal. Entre estes destaca-se “a globalização, inovação e a estrutura de mercado”. Neste âmbito, o estudo das Nações Unidas e da FAO identifica duas tendências de futuro. A primeira é o impacto da globalização na competitividade do setor florestal a nível europeu, que conduzirá à movimentação acrescida de fluxos de capital, ao aumento do número de fusões e aquisições transnacionais e à realocação de empresas entre diferentes países. A segunda prende-se com a intensificação da inovação e com alterações na competitividade dos produtos derivados da madeira, referindo-se designadamente às capacidades e técnicas de recolha da madeira, às tecnologias relativas ao seu processamento e também a tecnologias de informação. Considera igualmente o desenvolvimento de novos produtos (produtos de madeira transformados, novos produtos com outras origens que não a floresta) e novos campos de aplicação de produtos existentes. Menciona também efeitos nas áreas do transporte e da logística.

A nível nacional, tem também sido reconhecida a importância da aposta na I&D e na inovação no setor Florestal. As conclusões do encontro promovido em março de 2011, pelo então Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas sobre internacionalização dos setores agroalimentar e florestal, mencionam como fundamental a “promoção de cooperação entre as entidades do sistema científico e tecnológico e setor primário, como meio de induzir a inovação, fator essencial para a criação de valor e competitividade, bem como diferenciação e notoriedade, elementos chave para o sucesso da internacionalização e sustentabilidade do setor”. Também no programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013, dedicado à “Implementação da Estratégia para a Competitividade” (Equipa de Trabalho da Competitividade, 2007), a primeira medida diz respeito à inovação e ao desenvolvimento empresarial, onde se incluem um conjunto de instrumentos de fomento, nomeadamente da criação de novas empresas de carácter inovador, do desenvolvimento empresarial, da modernização dos processos produtivos e de processos de desenvolvimento, e de modernização da gestão. No âmbito das prioridades estratégicas de futuro mencionadas para a Fileira Florestal por parte do “Documento de suporte ao processo de dinamização das Indústrias Florestais em Portugal” (Grupo de trabalho das Indústrias Florestais, 2008), encontra-se o aumento do valor acrescentado da Fileira Florestal através da inovação e tecnologia, onde se reafirma a sua importância na renovação da oferta e no aumento do valor acrescentado. No entanto,

¹ Este trabalho reflete apenas as opiniões das suas autoras e não de nenhuma entidade oficial. Eventuais erros e omissões são da nossa única responsabilidade.

² Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego (vanda.dores@gge.min-economia.pt).

³ DEGEI, Universidade de Aveiro (esarmento@ua.pt).

⁴ Consultar Dores, Vanda, Sarmento, Elsa de Moraes e Oliveira, Elsa (2011). Disponível em <http://www.gge.min-economia.pt?cfl=22197>

reconhece-se que isto constitui um desafio considerável para uma parte substancial das empresas portuguesas, pois a capacidade de inovação exige o desenvolvimento de uma cultura organizacional específica, estando também relacionada com a abertura ao exterior e com o desenvolvimento de parcerias estratégicas com empresas internacionais, com competências complementares para o modelo de negócio. É neste contexto de análise do desempenho das empresas da Fileira Florestal no que diz respeito à investigação e inovação que este trabalho se insere, posicionando quando possível, o esforço português em matéria de desenvolvimento e inovação no contexto internacional.

Este artigo encontra-se dividido em duas secções principais. Na secção seguinte analisa-se o esforço realizado em Investigação e Desenvolvimento, e Inovação, pelos diferentes agentes da Fileira Florestal. A secção 3 resulta de uma compilação e análise descritiva das principais políticas e apoios públicos concedidos à Floresta.

2. Investigação, Desenvolvimento e Inovação

2.1. Aspetos metodológicos

Este trabalho assenta numa definição própria de um conjunto de indústrias de base florestal, intitulada neste estudo de "Fileira Florestal". Esta definição tem por base a nomenclatura estatística oficial para efeitos de caracterização do seu contexto macroeconómico e sectorial. De acordo com a metodologia adotada, a Fileira Florestal é constituída por um conjunto de atividades económicas de base florestal. À semelhança do trabalho realizado no quadro do Sistema de Contas Nacionais e das Estatísticas das Empresas (Dores, Sarmento e Oliveira, 2011), a análise do esforço de investimento em I&D e inovação, desenvolvido no contexto da Fileira Florestal, considerou para este trabalho, o mesmo processo de identificação das atividades económicas a integrar na contabilização estatística da Fileira:

- Indústria da madeira, cortiça e suas obras, exceto mobiliário, obras de espartaria e cestaria;
- Fabricação da pasta, do papel, de cartão e seus artigos;
- Fabricação de mobiliário e de colchões.

Em Portugal, as estatísticas relacionadas com a I&D e a Inovação por parte das Empresas são essencialmente baseadas no Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPTCTN) e no Inquérito Comunitário à Inovação (CIS), ambos da responsabilidade do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do atual Ministério da Educação e da Ciência.

A principal fonte de informação relativa às atividades de I&D das empresas da Fileira Florestal utilizada neste estudo é o Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPTCTN). O IPTCTN teve início em 1982, sendo publicado com periodicidade bienal até ao ano de 2007. Na sua 14ª edição, referente ao ano de 2008, a sua periodicidade passou a ser anual. O IPTCTN é dirigido a todas as potenciais entidades executoras de atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) em Portugal. Recolhe informação sobre os montantes de execução e financiamento de I&D, bem como sobre o pessoal afetado a estas atividades e permite ainda recensear os investigadores ao serviço de cada uma das entidades nos seguintes setores: Empresas, Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Os dados recolhidos pelo IPTCTN possibilitam a construção de indicadores de evolução do Sistema de Ciência e Tecnologia, integrando séries estatísticas oficiais, não apenas de organismos nacionais mas também a nível internacional, como o Eurostat, a OCDE e a UNESCO. Os dados referentes às comparações internacionais de I&D constantes neste estudo baseiam-se em informação do Eurostat.

Com base no IPTCTN, procurou obter-se uma série de dados longa, a qual, tendo em conta os dados atualmente disponíveis e o período observado na primeira parte deste estudo⁵, considera os anos compreendidos entre 2000 e 2008. Dado este ser um período no qual existiram algumas alterações metodológicas e sucessivas atualizações das versões da Classificação das Atividades Económicas (CAE), houve necessidade de se efetuar um trabalho de correspondência entre as diferentes versões que

⁵ Dores, Vanda, Sarmento, Elsa de Morais e Oliveira, Elsa (2011). Disponível em <http://www.gee.min-economia.pt?cfl=22197>.

estiveram em vigor entre 2000 e 2008 (Rev. 2.1 e Rev. 3). A introdução da CAE Rev.3 cria problemas adicionais, na medida em que a correspondência das “Indústrias da Madeira, cortiça e suas obras” (CAE 20 na Revisão 2.1) e da “Fabricação de mobiliário e colchões” (CAE 361) passa a não ser direta e a estar repartida em duas posições com níveis de desagregação diferenciados (Quadro 1).

Quadro 1 - Tabela de correspondência entre a CAE Rev.2.1. e a CAE Rev.3

CAE Rev. 2.1	CAE Rev.3
20 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria 32995 - Fabricação de caixões mortuários em madeira
21 - Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos	17 - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos
361 - Fabricação de mobiliário e de colchões	31 - Fabrico de mobiliário e de colchões 9524 - Reparação de mobiliário e similares, de uso doméstico

2.2. Investimento em Investigação e Desenvolvimento

O peso do investimento do setor das empresas da Fileira Florestal em Investigação e Desenvolvimento (I&D) no total da Indústria Transformadora permanece pouco expressivo e com tendência para se reduzir (7,9% em 2001 e 3,9% em 2009), assim como a sua representação no total do investimento (3,8% em 2001 e 1,2% em 2009). No entanto, o valor do investimento em I&D na Fileira Florestal aumenta 82% entre 2001 e 2008, com particular destaque para o acréscimo substancial ocorrido em 2007 (+178,4% que em 2005). Os restantes anos registaram variações homólogas inferiores às do setor empresas e do setor de empresas transformadoras (Quadro 2).

Quadro 2 - Despesas em I&D pelo setor Empresas por subsector da Fileira Florestal

	2001	2003	2005	2007	2008	2009
Milhares de euros						
Fileira Florestal	12.638	8.200	8.687	24.183	22.976	16.218
<i>Taxa de variação (%)</i>		-35,1	5,9	178,4		-29,4
Indústria da Madeira	3.025	3.718	3.664	11.634	10.482	8.570
<i>Taxa de variação (%)</i>		22,9	-1,4	217,5		-18,2
Indústria da pasta, do papel e do cartão	8.870	2.866	2.573	3.982	7.513	2.986
<i>Taxa de variação (%)</i>		-67,7	-10,2	54,8		-60,3
Indústria do Mobiliário ⁽¹⁾	743	1.615	2.450	8.567	4.981	4.662
<i>Taxa de variação (%)</i>		117,4	51,7	249,7		-6,4
Peso da Fileira Florestal no total do Investimento em I&D da Indústria Transformadora * (%)	7,9	5,4	4,1	7,2	5,1	3,9
Peso da Fileira Florestal no total do Investimento em I&D** (%)	3,8	2,4	1,9	2,4	1,8	1,2
<i>Por memória:</i>						
Investimento total em I&D da Indústria Transformadora pelo sector Empresas	159.733	150.958	212.858	335.654	448.295	414.178
<i>Taxa de variação (%)</i>		-5,5	41,0	57,7		-7,6
Investimento total em I&D pelo sector Empresas	330.311	338.038	462.015	1.010.790	1.295.099	1.311.070
<i>Taxa de variação (%)</i>		2,3	36,7	118,8		1,2

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ministério da Educação e da Ciência, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARl), Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN), Sumários Estatísticos de 2001, 2003, 2005, 2007, 2008 e 2009.

Notas: Os dados para 2007 e 2008 não são comparáveis em virtude da quebra de série em 2008 resultante da introdução da CAE Rev.3.

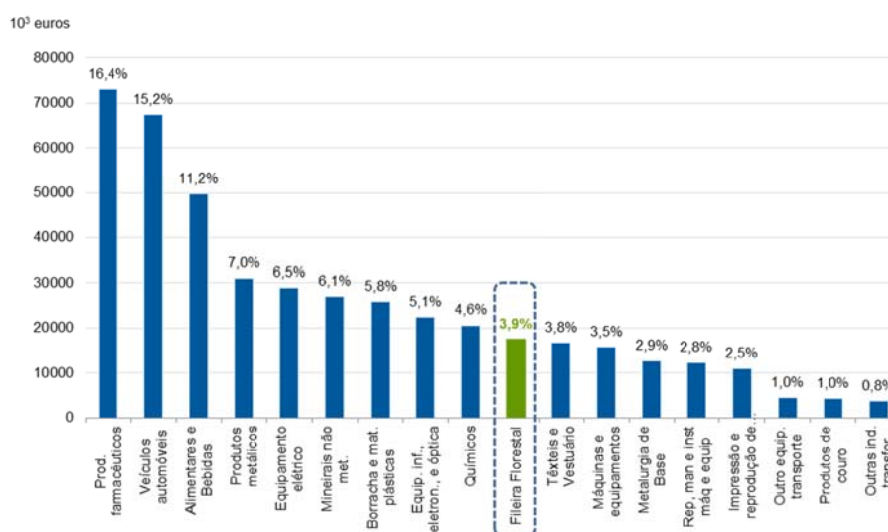
(1) Os dados relativos à Indústria do Mobiliário de 2001 a 2007 encontram-se disponíveis apenas a 2 dígitos da CAE Rev.2.1 (totalidade da divisão 36 - Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.) pelo que poderão estar sobreavaliados. Em 2008 foi adotada a CAE Rev. 3, 31 - Fabricação de mobiliário e de colchões).

*Peso do Investimento em I&D das empresas da Fileira Florestal no total do Investimento em I&D realizado pelas empresas da indústria transformadora. ** Peso do Investimento em I&D das empresas da Fileira Florestal no total do Investimento em I&D realizado pelas empresas.

Em 2009, regista-se um decréscimo de 7,6% do esforço em I&D por parte das empresas transformadoras. Na Fileira Florestal, a redução das despesas em I&D atingiu os 29,4% como consequência da quebra ocorrida em todos os subsectores, com ênfase na Indústria da Pasta, do Papel e do Cartão (-60,3%). A Indústria do Mobiliário foi aquela que registou um menor decréscimo em 2009 (-6,4%), tendo registado, desde 2001, taxas de crescimento positivas, significativamente superiores às dos outros dois subsectores da Fileira Florestal.

Importa ainda posicionar a Fileira Florestal relativamente à Indústria Transformadora nacional no que diz respeito ao investimento em I&D (Figura 1). No ano de 2009, cerca de 49,8% das despesas em I&D foram realizadas por quatro setores, produtos farmacêuticos (16,4%), veículos automóveis (15,2%), produtos alimentares e bebidas (11,2%) e produtos metálicos (7%). De realçar que o peso das despesas em I&D realizadas pelas empresas da Fileira Florestal foi de 3,9% do total das despesas em I&D da Indústria Transformadora, superiores nomeadamente às do setor dos Têxteis e Vestuário.

Figura 1 – Repartição das despesas em I&D por atividade económica, Indústria transformadora, 2009



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ministério da Educação e da Ciência, GPEARI, IPCTN, Sumário Estatístico de 2009.

No que diz respeito à composição por tipologia de I&D, é de salientar que, entre 2001 e 2008, as despesas em I&D das empresas da Fileira Florestal, aumentaram nas áreas da investigação fundamental, investigação aplicada e desenvolvimento experimental, embora apresentando ainda valores modestos relativamente a outros setores de atividade. As despesas em desenvolvimento experimental (ou seja, em atividades que permitem fabricar novos produtos ou implementar novos processos ou sistemas de produção, bem como melhorar os já existentes, com base em conhecimentos já existentes), têm crescido consideravelmente desde 2001, atingindo 70% do total das despesas representadas no Quadro 3, em 2008, e 77,4% em 2009.

Quadro 3 - Despesas em I&D no setor Empresas da Fileira Florestal por tipo de investigação

	2001	2003	2005	2007	2008	2009
Milhares de euros						
Investigação fundamental	105	116	84	547	455	504
<i>Taxa de variação (%)</i>		10,6	-26,9	547,2		10,7
Investigação aplicada	6.186	2.047	1.760	5.649	6.500	3.164
<i>Taxa de variação (%)</i>		-66,9	-14,0	220,9		-51,3
Desenvolvimento Experimental	6.347	6.037	6.842	17.988	16.020	12.549
<i>Taxa de variação (%)</i>		-4,9	13,3	162,9		-21,7

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ministério da Educação e da Ciência, GPEARI, IPCTN, Sumários Estatísticos de 2001, 2003, 2005, 2007, 2008 e 2009.

Notas: Os dados para 2007 e 2008 não são comparáveis em virtude da quebra de série em 2008 resultante da introdução da CAE Rev.3.

(1) Os dados relativos à Indústria do Mobiliário entre 2001 a 2007 encontram-se disponíveis apenas a 2 dígitos da CAE Rev. 2.1 (totalidade da divisão 36 - Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.) pelo que poderão estar sobreavaliados. Em 2008 foi adotada a CAE Rev.3 - 31 Fabricação de mobiliário e de colchões).

O conceito de I&D engloba três categorias de atividade: a Investigação Fundamental, que consiste em trabalhos, experimentais ou teóricos, empreendidos com a finalidade de obtenção de novos conhecimentos científicos sobre os fundamentos de fenómenos e factos observáveis, sem o objetivo específico de aplicação prática; a Investigação Aplicada, que consiste em trabalhos originais, também efetuados com vista à aquisição de novos conhecimentos, mas com uma finalidade ou um objetivo pré-determinados; o Desenvolvimento Experimental, que consiste na utilização sistemática de conhecimentos existentes, obtidos por investigação e/ou experiência prática, com vista à fabricação de novos materiais, produtos ou dispositivos, à instalação de novos processos, sistemas ou serviços, ou à melhoria significativa dos já existentes.

Os três subsetores da Fileira Florestal assumem trajetórias temporais diferentes no que respeita à afetação das despesas em I&D por tipo de investigação (Figura 2). Apesar de ser visível a importância do

desenvolvimento experimental nas três indústrias, verifica-se desde 2001, que a Indústria da Madeira tem vindo a investir relativamente mais em atividades de desenvolvimento experimental. Por outro lado, a Indústria da Pasta, do Papel e do Cartão, bem como a Indústria do Mobiliário, embora em menor grau, têm vindo a alterar as suas prioridades, apostando menos em investigação aplicada, ou seja no desenvolvimento de trabalhos originais com vista à obtenção de novos conhecimentos, mas que não têm uma finalidade ou objetivo pré-definido, mas incentivando o desenvolvimento experimental. Esta alteração de comportamento poderá estar diretamente relacionada com a crescente procura de resposta face às necessidades dos consumidores, no quadro do atual mercado global, orientado por elevados padrões de competitividade.

Figura 2 - Despesas em I&D no setor Empresas por tipo de investigação por subsector da Fileira Florestal



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ministério da Educação e da Ciência, GPEARl, IPCTN, Sumários Estatísticos de 2001, 2003, 2005, 2007, 2008 e 2009.

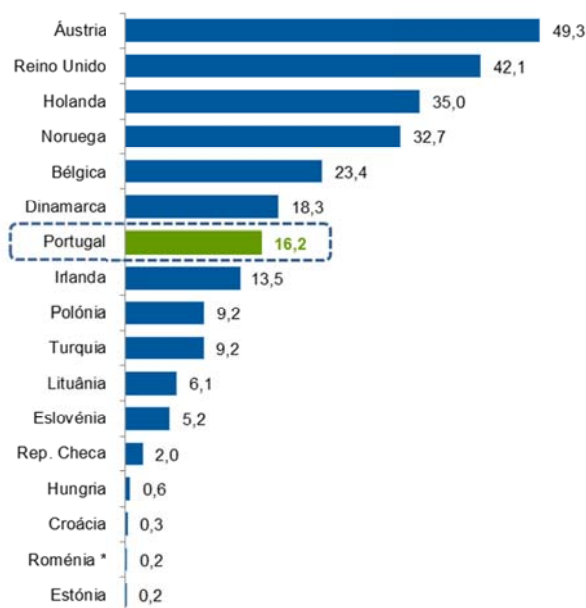
Nota: Os dados para 2007 e 2008 não são comparáveis, em virtude da quebra de série em 2008, resultante da introdução da CAE Rev.3.

(1) Os dados relativos à Indústria do Mobiliário entre 2001 a 2007 encontram-se disponíveis apenas a 2 dígitos da CAE Rev.2.1 (totalidade da divisão 36 - Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.) pelo que poderão estar sobreavaliados. Em 2008, foi adotada a CAE Rev.3., 31 - Fabricação de mobiliário e de colchões).

A nível internacional, de entre os 17 países analisados de acordo com os dados disponibilizados pelo Eurostat para 2009, Portugal é o 7º país a realizar um maior esforço financeiro em investimento em I&D por empresas que operam na Fileira Florestal, com um montante de despesas que rondam os 16,2 milhões de euros (Figura 3). O setor empresarial austríaco foi o que mais gastou, correspondendo a cerca de 49,3 milhões de euros. No entanto, o esforço de investimento português em investigação e desenvolvimento na Floresta encontra-se muito aquém dos valores gastos pela Áustria (três vezes menos), um país com uma dimensão territorial semelhante à portuguesa, embora com uma área florestal ligeiramente superior⁶. Segue-se o Reino Unido, a Holanda, a Noruega, a Bélgica e a Dinamarca.

⁶ De acordo com o Eurostat, a Áustria possuía em 2010 uma área florestal de 4.006 milhares de hectares (8.244 milhares hectares de território) e Portugal de 3.611 milhares de hectares (9.212 milhares hectares de território).

Figura 3 – Despesas em I&D das empresas da Fileira Florestal – comparações internacionais (2009)
Milhões de euros



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Eurostat.

Notas: Os dados encontram-se em NACE Rev.2 (equivalência à CAE Rev. 3).

* Uma vez que não existe informação disponível para 2009, utilizou-se o valor de 2008.

Para além dos recursos financeiros, os recursos humanos constituem-se como um *input* fundamental da I&D. Apesar de apresentarem uma tendência de baixa em 2009, à semelhança do que sucede em termos de despesas em I&D no setor empresas, cerca de 4,9% dos recursos humanos envolvidos em atividades de I&D nas empresas transformadoras inserem-se na Fileira Florestal (Quadro 4).

O valor dos recursos humanos utilizados neste tipo de atividade, em Equivalentes a Tempo Integral⁷, mais do que duplicou entre 2001 e 2009, com especial destaque para a Indústria do Mobiliário, seguida da Indústria da Madeira. De referir, ainda, que é a Indústria do Mobiliário a responsável desde 2003, pelo padrão de crescimento do Equivalente a Tempo Integral da Fileira Florestal até 2008 (Quadro 4). Em 2009, contrariamente ao decréscimo generalizado de recursos humanos afetos a atividades de I&D (Fileira Florestal: -19,3%, Indústria Transformadora: -1,9% e Setor Empresas: -4,1%), a Indústria do Mobiliário apresenta-se em contraciclo, registando um crescimento de 10,8% do seu efetivo de recursos humanos afetos à I&D. Efetivamente, um dos pontos fortes da Indústria do Mobiliário é reconhecidamente o seu elevado nível tecnológico, capacidade de inovação e investimento (Grupo de trabalho das Indústrias Florestais, 2008).

⁷ Equivalente a tempo integral (ETI): calcula-se a partir da fração de tempo que cada colaborador dedica a atividades de I&D na unidade de investigação/empresa. Do somatório das frações de tempo que cada um dos investigadores dedicou às atividades de I&D resulta o total de ETI.

Quadro 4 - Recursos humanos em atividade de I&D, no setor Empresas, por subsetor da Fileira Florestal

	2001	2003	2005	2007	2008	2009
Equivalente a Tempo Integral						
Fileira Florestal	110	148	155	348	332	268
<i>Taxa de variação (%)</i>		34,7	4,6	124,7		-19,3
Indústria da Madeira	46	48	64	106	166	111
<i>Taxa de variação (%)</i>		4,5	33,6	64,3		-33,2
Indústria da pasta, do papel e do cartão	45	49	43	45	61	41
<i>Taxa de variação (%)</i>		9,0	-12,7	4,6		-33,1
Indústria do Mobiliário ⁽¹⁾	19	51	48	198	105	116
<i>Taxa de variação (%)</i>		168,6	-6,2	313,2		10,8
Peso da Fileira Florestal no total dos recursos humanos em I&D da Indústria Transformadora * (%)	5,5	5,5	4,8	6,5	5,9	4,9
Peso da Fileira Florestal no total dos recursos humanos em I&D ** (%)	2,8	2,4	2,5	2,7	2,3	1,9
<i>Por memória:</i>						
Recursos humanos em atividades de I&D na Indústria Transformadora - sector Empresas						
	2.005	2.673	3.228	5.400	5.591	5.486
<i>Taxa de variação (%)</i>		33,3	20,8	67,3		-1,9
Recursos humanos em atividades de I&D - sector Empresas						
	3.875	6.124	6.133	12.784	14.510	13.922
<i>Taxa de variação (%)</i>		58,0	0,2	108,4		-4,1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ministério da Educação e da Ciência, GPEARI, IPCTN, Sumários Estatísticos de 2001, 2003, 2005, 2007, 2008 e 2009.

Notas: Os dados para 2007 e 2008 não são comparáveis em virtude da quebra de série em 2008, resultante da introdução da CAE Rev.3.

(1) Os dados relativos à Indústria do Mobiliário, entre 2001 a 2007, são disponibilizados a 2 dígitos da CAE Rev2.1 (totalidade da divisão 36 - Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.), pelo que poderão estar sobreavaliados. Em 2008 foi adotada a CAE Rev3, 31 - Fabricação de mobiliário e de colchões). * Peso dos recursos humanos em atividades de I&D das empresas da Fileira Florestal no total dos recursos humanos em atividades de I&D das empresas da indústria transformadora. ** Peso dos recursos humanos em atividades de I&D das empresas da Fileira Florestal no total dos recursos humanos em I&D do setor empresas.

Por último, apresenta-se informação mais detalhada, respeitante às empresas com mais despesa intramuros em atividades de I&D. Com base na informação disponível para 2009 (Quadro 5), entre as 100 empresas com maior despesa, encontram-se duas que operam na Fileira Florestal: o Grupo Portucel Soporcel (6^o) e o Grupo Amorim (40^o)⁸.

Quadro 5 - Empresas da Fileira Florestal com mais despesa intramuros¹ em atividades de I&D em 2009*

Rank 08	Rank 09	Designação
94	6	Grupo Portucel Soporcel
		RAIZ - Instituto de Investigação da Floresta e Papel PORTUCEL - Empresa produtora de pasta e papel, S.A. SOPORCEL - Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.
89	40	Grupo AMORIM
		Amorim Cork Reserch, Lda. Amorim Natural Cork, S.A. Amorim Revestimentos, S.A. Amorim Cork Composites, S.A. Amorim & Irmãos, S.A.
72	n.d.	Grupo SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.
		SONAE INDÚSTRIA - Produção e Comercialização de Produtos Derivados da Madeira, S.A. SONAE - Indústria de Revestimentos, S.A. EURORESINAS - Indústrias Químicas, S.A.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ministério da Educação e da Ciência, GPEARI, IPCTN 2009.

Notas: n.d.: Não disponível. * Ordenação decrescente por intensidade de despesa (peso da despesa intramuros em I&D no volume de negócios). (1) As despesas intramuros em I&D referem-se às despesas em I&D executadas no interior da unidade da investigação (instituição ou empresa), independentemente da origem dos fundos. As despesas correntes com atividades de I&D da unidade de investigação realizadas em laboratórios experimentais ou similares de outras instituições/empresas também são contabilizadas como despesas intramuros.

⁸ Não foi possível conhecer a posição do grupo SONAE em 2009 (desconhece-se se por questões de confidencialidade ou se pela sua posição relativa não se incluir nas 100 empresas com mais despesas em atividades de I&D em 2009).

2.3. Inovação

No âmbito específico da inovação, apresentamos neste estudo apenas informação proveniente da COTEC e do Instituto Europeu de Patentes (EPO).

Os dados da Rede PME Inovação⁹, provenientes da Associação Empresarial para a Inovação (COTEC), indicam existir sete empresas da Fileira Florestal que faziam parte desta rede em 2010, perfazendo 5% do total das Empresas PME inovadoras, sendo que três empresas pertencem ao subsector da Cortiça e quatro ao do Mobiliário (Quadro 6).

Estes números apresentam alguns indícios de que os setores ditos tradicionais têm vindo a ganhar terreno. A sua aposta na inovação fez com que sejam já muitas as empresas da Rede a desenvolver atividade em setores que vão desde a agricultura e a área alimentar, ao mobiliário, passando pelo setor corticeiro.

Quadro 6 - Representatividade sectorial da Fileira Florestal* na Rede PME Inovação COTEC

Sector	Nº empresas (PME)	% no total
TIC	60	42,6
Equipamento industrial	12	8,5
Agricultura e Alimentar	9	6,4
Biotecnologia e farmacêutica	8	5,7
Calçado	6	4,3
Construção civil	6	4,3
Electrónica	6	4,3
Plásticos e Moldes	6	4,3
Têxteis e vestuário	4	2,8
Fileira Florestal	7	5,0
<i>dos quais:</i>		
Mobiliário	4	
Cortiça	3	
Ambiente	2	1,4
Consultoria	2	1,4
Engenharia aeroespacial	2	1,4
Engenharia de materiais	2	1,4
Produção de energia	2	1,4
Química e tintas	2	1,4
Borracha	1	0,7
Cerâmica	1	0,7
Construção de embarcações	1	0,7
Design	1	0,7
Processamento de pedra	1	0,7
Total PME	141	100,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da COTEC Portugal, Associação Empresarial para a Inovação (data da última atualização da informação: novembro de 2010).

Notas: Pequenas e Médias Empresas (PME) inovadoras pertencentes à rede Inovação PME COTEC.

A proteção da propriedade industrial das invenções que resultam das atividades de I&D pode ser obtida pelas empresas mediante o registo de patentes, as quais concedem à empresa direitos exclusivos de

⁹ A Rede PME Inovação COTEC foi criada para o desenvolvimento de competências das PME e tem por objetivos: promover o reconhecimento público de um grupo de PME que, pela sua atitude e atividade inovadoras, constituem exemplos de criação de valor para o País; estabelecer a cooperação em rede entre os Associados da COTEC Portugal e as PME da Rede; e dar apoio específico em fases de crescimento, nomeadamente na atração de investimento relevante e no suporte à sua internacionalização.

produção e comercialização. O número de patentes solicitado ao European Patent Office (EPO) por empresas portuguesas que operam na Fileira Florestal, não sendo impressionante, tem-se mantido relativamente estável entre 2000 e 2006 (média de três pedidos anuais). Em 2007 e 2008 subiram para cinco e quatro, respetivamente, decaindo em 2009 para apenas um pedido (Quadro 7).

Os números das patentes concedidas são em montante inferior, com uma média de uma por ano entre 2000 e 2006. A Indústria do Mobiliário é a principal responsável pela criação e utilização de patentes.

O decréscimo do número de pedidos de patentes ao European Patent Office (EPO) e das patentes concedidas pelo US Patent Office (USPTO) às empresas da Fileira Florestal acompanha a tendência visível na Indústria Transformadora.

Quadro 7 – Patentes das Empresas da Fileira Florestal

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Nº										
Pedidos de patentes ⁽¹⁾ ao European Patent Office (EPO)										
Fileira Florestal	3	1	2	3	3	3	3	5	4	1
Indústria da Madeira	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Indústria da pasta, do papel e do cartão	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0
Indústria do Mobiliário*	2	0	1	2	2	2	2	4	3	0
Indústria Transformadora	41	41	41	64	58	119	105	120	96	29
Peso no total de pedidos de patentes da Indústria Transformadora (%)	6,3	2,0	4,3	4,1	5,6	2,9	3,2	4,2	4,5	2,2
Patentes concedidas ⁽²⁾ pelo US Patent Office (USPTO)										
Fileira Florestal	1	1	0	1	2	1	1	n.d.	n.d.	n.d.
Indústria da Madeira	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	n.d.	n.d.
Indústria da pasta, do papel e do cartão	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	n.d.	n.d.
Indústria do Mobiliário*	1	1	0	1	2	1	1	n.d.	n.d.	n.d.
Indústria Transformadora	15	25	19	20	21	15	5	n.d.	n.d.	n.d.
Peso no total de patentes concedidas à Indústria Transformadora (%)	8,5	3,3	2,1	4,2	8,4	4,2	16,2	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Eurostat.

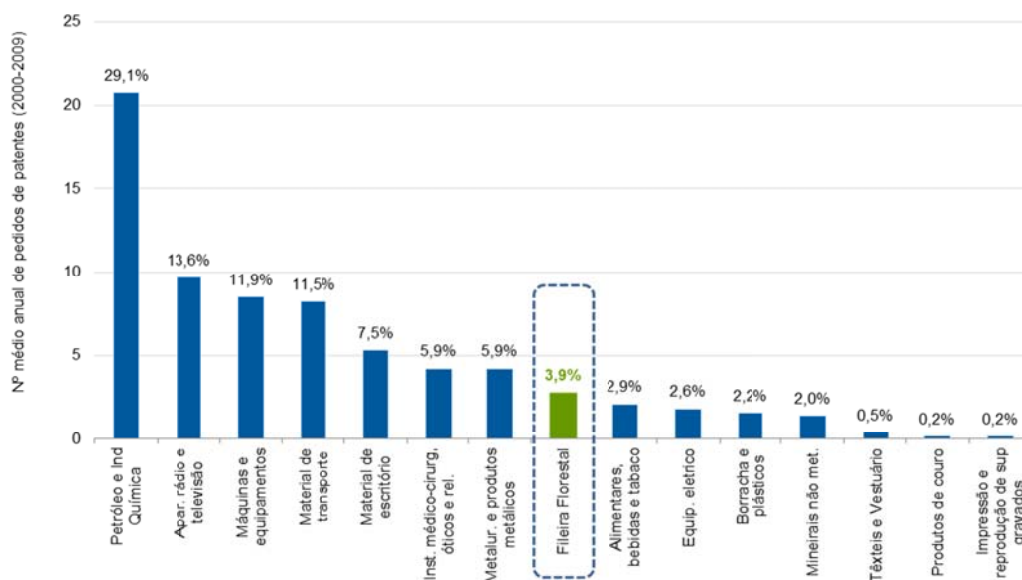
Notas: (1) Dados relativos a pedidos de patentes ao EPO por setor de atividade (equivalência entre a nomenclatura das atividades económicas NACE e a classificação internacional de patentes IPC, pelo que os totais podem não corresponder à soma das parcelas). Pedidos efetuados por entidades de origem portuguesa/residentes em Portugal. Os dados relativos a 2009 são provisórios.

(2) Dados relativos a pedidos de patentes ao USPTO por setor de atividade (com base na equivalência entre a nomenclatura das atividades económicas NACE e a classificação internacional de patentes IPC, pelo que os totais podem não corresponder à soma das parcelas). Pedidos efetuados por entidades de origem portuguesa/residentes em Portugal. Os dados relativos a 2006 são provisórios.

* Os dados relativos à Indústria do Mobiliário encontram-se disponíveis apenas a 2 dígitos da CAE Rev2.1 (totalidade da divisão 36 Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.) pelo que poderão estar sobreavaliados.

A visão global dos pedidos de patentes ao EPO por parte da Indústria Transformadora (desagregada por NACE a 2 dígitos) indica que a maior proporção de pedidos por parte dos setores ditos tradicionais, é feita por empresas da Fileira Florestal (com 3,9% do total de pedidos de patentes efetuados pela Indústria Transformadora ao EPO, em média entre 2000 e 2009). Todavia, setores com maior incorporação tecnológica e grau de transformação de produtos continuam a liderar este indicador. Na Figura 4, as Indústrias do Petróleo e Química assumem a liderança, com 29,1% do total de pedidos de patentes feitos pela Indústria Transformadora portuguesa.

Figura 4 – Média de pedidos de patentes efetuados por empresas portuguesas da Indústria Transformadora ao EPO e percentagem por subsector, 2000 a 2009

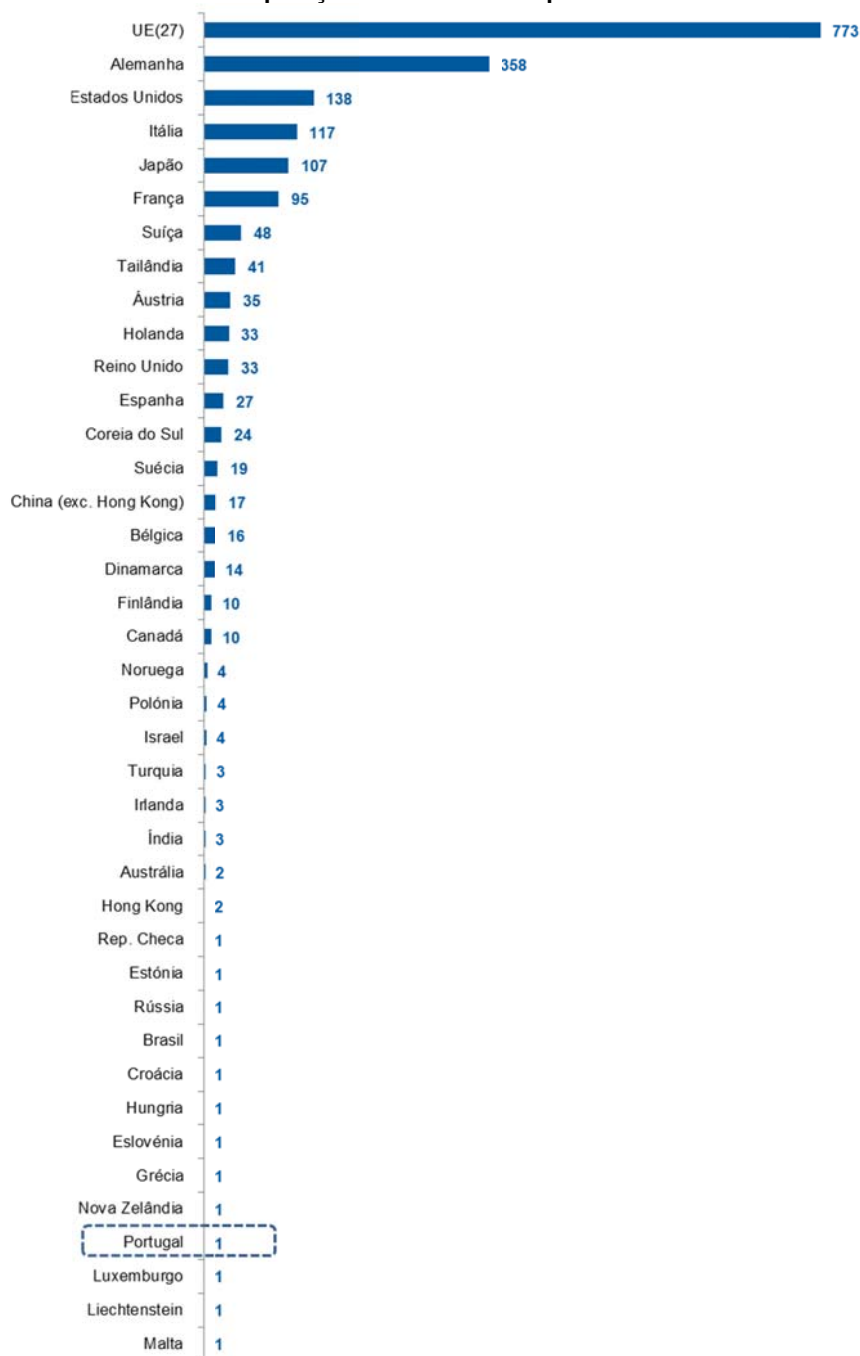


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Eurostat.

Notas: Dados relativos a pedidos de patentes ao EPO por atividade económica (com base na equivalência entre a nomenclatura das atividades económicas NACE Rev.1 e a classificação internacional de patentes IPC, pelo que os totais podem não corresponder à soma das parcelas). Dados em CAE Rev.2 a 2 dígitos (equivalência com NACE Rev.1). Os dados relativos à Indústria do Mobiliário encontram-se disponíveis apenas a 2 dígitos da CAE Rev. 2.1 (totalidade da divisão 36 - Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.) pelo que poderão estar sobreavaliados.

Os dados mais recentes dos pedidos de patentes relativos às atividades da Fileira Florestal efetuados pelos diferentes países, em 2009 (Figura 5), colocam Portugal numa posição relativamente desfavorável, quando comparada com os restantes países, não só europeus, como do resto do mundo.

Figura 5 – Pedidos de patentes relativos às atividades da Fileira Florestal ao EPO: comparações internacionais para 2009



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Eurostat.

Notas: Dados relativos a pedidos de patentes ao EPO por atividade económica (com base na equivalência entre a nomenclatura das atividades económicas NACE Rev.1 e a classificação internacional de patentes IPC, pelo que os totais podem não corresponder à soma das parcelas). Dados em CAE Rev.2 a 2 dígitos (equivalência com NACE Rev.1). Os dados relativos à Indústria do Mobiliário encontram-se disponíveis apenas a 2 dígitos da CAE Rev. 2.1 (totalidade da divisão 36 - Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.), pelo que poderão estar sobreavaliados.

3. Políticas Públicas

Desde sempre que o poder político reconheceu os benefícios ambientais da Floresta¹⁰. Atualmente, o setor Florestal português continua a ser apontado como uma riqueza estratégica, cuja necessidade de preservação e de desenvolvimento acolhe unanimidade nacional.

¹⁰ Já na primeira dinastia (Borgonha/Afonsina), D. Dinis, *O Lavrador*, pretendia com o seu famoso pinhal (Pinhal de Leiria) proteger terrenos agrícolas da invasão das areias litorais.

Não obstante o reconhecimento da sua enorme importância ambiental, económica e social, a Floresta portuguesa nunca foi encarada como uma efetiva prioridade nacional, muito embora lhe tenham sido destinados substanciais recursos públicos ao longo dos últimos anos.

Dado que não existe uma Política Florestal Comum a nível europeu, a Política Florestal permanece da competência de cada Estado-Membro. Todavia, a UE tem vindo a contribuir através de políticas comuns¹¹ baseadas no princípio da subsidiariedade e no conceito de responsabilidade partilhada. Assim sendo, a gestão sustentável das Florestas tem-se baseado na coordenação de políticas dos Estados-Membros com as políticas e iniciativas comunitárias¹². Estas têm permitido a existência de medidas de apoio à Floresta no âmbito dos diversos Quadros Comunitários de Apoio, dos quais Portugal tem vindo a beneficiar.

No âmbito do programa operacional fatores de competitividade do QREN, foi definido um conjunto de Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) que visam a promoção da inovação e da competitividade da economia portuguesa. Estas EEC estimulam a cooperação e o funcionamento em rede entre as empresas e entre estas e outros atores relevantes para a estratégia (entidades de ensino e de I&DT, de formação, de assistência tecnológica, associações empresariais, entre outras). A 15 de Julho de 2009, por despacho dos senhores Ministros do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, e do Trabalho e Solidariedade Social foram reconhecidas formalmente 19 Estratégias de Eficiência Coletiva – tipologia Clusters: 11 Polos de Competitividade e Tecnologia e 8 Clusters. As empresas da Fileira Florestal inserem-se¹³, no Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Base Florestal e no Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal, sendo consideradas no âmbito de programas de incentivos definidos na iniciativa “Polos de Competitividade – Somar para multiplicar”. Esta envolve um investimento público total de 2.087 milhões euros, através do COMPETE e dos Programas Operacionais Regionais.

De seguida, descrevem-se os principais programas de apoio ao investimento e as principais medidas legislativas, focando essencialmente na última década.

3.1. Programas de apoio ao investimento

Os programas de apoio ao investimento à Fileira Florestal, repartidos pelos programas AGRO¹⁴, AGRIS, RURIS, AIBT e PRODER, totalizaram, aproximadamente, um investimento (aprovado) de 2.327 milhões de Euros, entre 2000 e 2010. O PRODER é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente para o período 2007-2013 e contempla para a Floresta portuguesa, no âmbito das medidas do eixo 1 (“Promoção da competitividade florestal”) e eixo 2 (“Gestão do espaço florestal e agroflorestal”), num investimento superior a 400 milhões de euros de fundos públicos até 2013.

Os programas de apoio ao investimento direto à produção florestal entre 2000 e 2010, totalizaram um investimento global aprovado de 569.500 milhares de Euros (Quadro 8). A proporção média do investimento privado destes projetos representou cerca de um quarto desse valor (25,3%). Os

¹¹ O apoio da União Europeia à gestão sustentável e ao papel multifuncional das Florestas traduziu-se na definição de uma “Estratégia Florestal para a União Europeia”, adotada em 15 de junho de 2006. Com uma duração de cinco anos (2007-2011), esta Estratégia define uma visão comum, princípios e objetivos gerais e específicos a atingir através de dezoito 18 ações-chave, repartidas em quatro grupos, que a Comissão propôs pôr em prática em conjunto com os Estados-Membros. Previa, igualmente, ações suplementares que podiam ser realizadas pelos Estados-Membros em função das suas especificidades e prioridades, mediante a ajuda dos instrumentos comunitários existentes, ainda que alguns instrumentos nacionais também podiam revelar-se necessários. No entanto, este plano de ação não foi acompanhado por uma ficha financeira, o que lhe trouxe a crítica de ser um plano “vazio” por parte dos profissionais do setor florestal.

¹² Existe um conjunto de recomendações patentes em diversos documentos orientadores da Comissão Europeia que justificam a existência de medidas de apoio à Floresta no âmbito dos diversos Quadros Comunitários de Apoio dos quais Portugal tem vindo a beneficiar.

¹³ Desde que estejam enquadradas no âmbito setorial e regional preconizado pelo COMPETE para cada um dos polos ou clusters.

¹⁴ Pode ser consultado o Relatório Final de Execução do Programa AGRO, referente a 2000-2006 em www.programa-agro.net.

investimentos deste programa foram essencialmente dirigidos para a intervenção direta nos espaços florestais¹⁵ e para a rentabilidade económica florestal¹⁶.

Quadro 8 – Programas de apoio ao investimento à produção florestal entre 2000 e 2010

	Projectos aprovados	Projectos executados	Proporção de execução dos projectos aprovados	Investimento Total Aprovado	Investimento privado	Proporção do Investimento privado no Investimento Total
	Nº		%	Milhares de euros		%
Programa AGRO*	5.483	5.013		297.146	59.429	
Acção 3.1: Apoio à silvicultura	4.617	4.229	91,6	169.465	33.893	20,0
Acção 3.2: Restabelecimento do potencial de produção silvícola	265	236	89,1	19.394	3.879	20,0
Acção integrada 3.1/3.2	393	354	90,1	23.946	4.789	20,0
Acção 3.4: Colheita, transformação e comercialização de cortiça	23	18	78,3	48.514	9.703	20,0
Acção 3.5: Exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhoso e gema de pinheiro	167	163	97,6	34.068	6.814	20,0
Acção 3.6 Promoção de novos mercados e qualificação dos produtos florestais	18	13	72,2	1.759	352	20,0
Programa AGRIS	402	n.d.		121.938	40.958	
Sub acção 3.1: Instalação de organizações de produtores florestais	99	n.d.	-	22.150	6.375	28,8
Sub acção 3.3: Apoio à prestação de serviços florestais	9	n.d.	-	920	112	12,2
Sub acção 3.4: Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos	294	n.d.	-	98.869	34.471	34,9
Sub acção 3.5: Valorização e conservação de espaços florestais de interesse publico	0	n.d.	-	n.d.	n.d.	-
Programa RURIS**	2.907	2.885		69.292	24.045	
Florestação de Terras Agrícolas	2.907	2.885	99,2	69.292	24.045	34,7
AIBT*** Pinhal Interior (medidas II.6. e II.7)	382	n.d.	-	36.267	5.641	
PRODER****	416	n.a.		44.757	n.d.	
Acção 1.3.1: Melhoria produtiva dos povoamentos	202	n.a.	-	27.912	n.d.	-
Acção 1.3.2: Gestão multifuncional	80	n.a.	-	4.384	n.d.	-
Sub acção 2.3.1.1: Defesa da floresta contra incendios	70	n.a.	-	6.055	n.d.	-
Sub acção 2.3.1.2: Minimização de riscos bióticos após incendios	0	n.a.	-	n.d.	n.d.	-
Acção 2.3.2: Ordenamento e recuperação de povoamentos	22	n.a.	-	1.154	n.d.	-
Sub acção 2.3.3.1: Promoção do valor ambiental dos espaços florestais	19	n.a.	-	987	n.d.	-
Sub acção 2.3.3.2: Reconversão de povoamentos com fins ambientais	1	n.a.	-	75	n.d.	-
Sub acção 2.3.3.3: Protecção contra agentes bióticos nocivos	22	n.a.	-	4.190	n.d.	-
TOTAL	9.590		-	569.400	130.074	

Fontes: Elaboração própria com base nos dados seguintes: Agro - Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Relatório Final de Execução, Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006), 02-02-2010; Série Estatística 2000-2006 - Ajudas Estruturais nos setores da Agricultura e das Pescas (IFAP, Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas); RURIS - Estudo de avaliação final (ex post) do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (2000-2006); Programa Operacional Regional do Centro, Relatório Final de Execução, Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006), 20-01-2010; PRODER - Programa de Desenvolvimento Regional, Relatório Intercalar 1º Semestre 2010 (atualizado a 27-10-2010).

Notas: TOTAL: Valor aproximado, devido a informação não disponível; n.d. Informação não disponível; n.a. Não existe.

*AGRO: Investimento total: valor do investimento executado; Investimento privado: estimativa com base na Decisão C (2005) 5595 de 14.12.2005: aprovou a alteração da taxa de co financiamento de algumas Ações (3.1 e 3.2) da Medida 3 de 50%/50% para 80%/20%.

** No caso do programa RURIS: Projetos executados correspondem a projetos contratados; Investimento privado estimado com base na taxa de comparticipação para este programa (75%).

*** Ação Integrada de Base Territorial (QCA III 2000-2006).

**** No caso do PRODER: Projetos aprovados correspondem a projetos contratados.

Os programas de apoio ao investimento à indústria da Fileira Florestal totalizaram entre 2000 e 2010 um investimento global de, aproximadamente, 1.648 milhões de Euros, sendo esta constituída em mais de metade do seu valor por investimento privado (Quadro 9). A subfileira da Pasta e Papel foi responsável

¹⁵ Ações 3.1,3.2 do programa AGRO, subação 3.4 do programa AGRIS e Florestação de Terras Agrícolas do Programa RURIS.

¹⁶ Ação 3.4 do programa AGRO.

pelo maior volume de investimento total aprovado, seguindo-se a subfileira Cortiça e, finalmente, a de Madeira e do Mobiliário.

Quadro 9 - Programas de apoio ao investimento à Indústria da Fileira Florestal (2000-2010)

	Projectos aprovados	Projectos executados	Proporção de execução dos projectos aprovados	Investimento Total Aprovado	Investimento privado	Proporção do Investimento privado no Investimento Total
	Nº		%	Milhares de euros		%
Programa AGRO*	n.d.	n.d.		60.677	n.d.	
Subfileira da Cortiça	23	18	78,3	48.514	n.d.	-
Subfileira da Madeira e Mobiliário	n.d.	n.d.	-	12.163	n.d.	-
PRIME	420	n.d.		1.135.931	860.227	
Subfileira da Pasta e Papel	58	n.d.	-	568.525	452.485	79,6
Subfileira da Cortiça	67	n.d.	-	311.725	250.027	80,2
Subfileira da Madeira e Mobiliário	295	n.d.	-	255.681	157.715	61,7
QREN - Compete (31 Março 2011)**	312	n.d.		451.577	227.277	
Qualificação PME						
Subfileira da Pasta e Papel	17	n.d.	-	4.375	2.164	49,5
Subfileira da Cortiça	28	n.d.	-	4.210	2.290	54,4
Subfileira da Madeira e Mobiliário	127	n.d.	-	65.268	35.252	54,0
Inovação						
Subfileira da Pasta e Papel	22	n.d.	-	123.569	66.756	54,0
Subfileira da Cortiça	6	n.d.	-	79.511	38.386	48,3
Subfileira da Madeira e Mobiliário	73	n.d.	-	162.285	77.724	47,9
I&D***						
Subfileira da Pasta e Papel	6	n.d.	-	4.275	1.476	34,5
Subfileira da Cortiça	28	n.d.	-	6.804	2.605	38,3
Subfileira da Madeira e Mobiliário	5	n.d.	-	1.280	624	48,7
TOTAL	732		-	1.648.186	1.087.504	

Fontes: Elaboração própria com base nos dados seguintes: Agro: Série Estatística 2000-2006 - Ajudas Estruturais nos setores da Agricultura e das Pescas; Programa Operacional Regional do Centro; PRODER - Programa de Desenvolvimento Regional; QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, Programa Operacional Fatores de Competitividade (<http://www.pofc.qren.pt>); PRIME - Programa de Incentivos à Modernização da Economia, Relatório de Execução 2007, Gabinete de Gestão do PRIME.

Notas: Total: Valor aproximado, devido a informação não disponível; n.d. Informação não disponível; n.a. Não existe.

*Programa AGRO: Investimento total: valor do investimento executado.

** Lista de projetos aprovados pelas Autoridades de Gestão - Sistemas de Incentivo QREN. No caso do QREN o Investimento total aprovado diz respeito ao Investimento Elegível e o valor do Investimento Privado corresponde à diferença entre Investimento Elegível e o Incentivo.

*** Objetivo: criação do polo de competitividade e tecnologia das indústrias de base florestal.

Os programas de apoio ao investimento dos prestadores de serviços florestais totalizaram entre 2000 e 2010 um investimento global de 109.609 milhares de Euros, distribuído por 310 projetos (Quadro 10). De destacar o apoio à modernização e capacitação das empresas florestais, cuja ação apresenta o maior volume de investimento total aprovado.

Quadro 10 - Programas de apoio ao investimento aos Prestadores de Serviços Florestais (2000-2010)

	Projectos aprovados	Projectos executados	Proporção de execução dos projectos aprovados	Investimento Total Aprovado	Investimento privado	Proporção do Investimento privado no Investimento Total
	Nº		%	Milhares de euros		%
Programa AGRO*	182	178		35.387	n.d.	
Acção 3.3 - Apoio à produção de plantas e sementes	15	15	100,0	1.319	n.d.	-
Acção 3.5 - Exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhoso e gema de pinheiro	167	163	97,6	34.068	n.d.	-
Programa AGRIS	7	n.d.		228	112	49,1
Sub-acção 3.2. - Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais	7	n.d.	-	228	112	49,1
PRIME	11	n.d.	-	3.896	2.550	65,5
PRODER**	92	n.a.		42.113	n.a.	
Acção 1.3.3. Modernização e Capacitação das Empresas Florestais	92	n.a.	-	42.113	n.a.	-
QREN - Compete (31 Março 2011)***	18	n.d.		27.984	10.517	
Estratégia de Eficiência Colectiva****	11	n.d.	-	22.334	8.285	37,1
Qualificação PME	3	n.d.	-	1.028	568	55,3
Inovação	1	n.d.	-	593	208	35,0
I&D*****	3	n.d.	-	4.030	1.456	36,1
TOTAL	310		-	109.609	13.179	

Fontes: Elaboração própria com base nos dados seguintes: Agro; Série Estatística 2000-2006 - Ajudas Estruturais nos setores da Agricultura e das Pescas; Programa Operacional Regional do Centro; PRODER - Programa de Desenvolvimento Regional; QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, Programa Operacional Fatores de Competitividade (<http://www.pofc.qren.pt>); PRIME - Programa de Incentivos à Modernização da Economia, Relatório de Execução 2007, Gabinete de Gestão do PRIME.

Notas: Total: Valor aproximado, devido a informação não disponível; n.d. Informação não disponível; n.a. Não existe.

* Programa AGRO: Investimento total: valor do investimento executado.

**PRODER: Projetos aprovados correspondem a projetos contratados.

*** Lista de projetos aprovados pelas Autoridades de Gestão - Sistemas de Incentivo QREN; No caso do QREN o Investimento total aprovado diz respeito ao Investimento Elegível e o valor do Investimento Privado corresponde à diferença entre Investimento Elegível e o Incentivo.

**** Objetivo: criação do polo de competitividade e tecnologia das indústrias de base florestal.

*****Inclui projetos em copromoção, projetos individuais e projetos de cooperação.

Foi também aprovada a segunda fase da candidatura do Centro de Excelência Agroalimentar e Florestal (CEAFA), que integra, para além de um consórcio de 44 empresas, diversas entidades, tais como o Instituto Superior de Agronomia, a Universidade de Évora, a UTAD e três Institutos Politécnicos. Com um orçamento estimado em cerca de um milhão de Euros, tem como objetivo desenvolver competências de internacionalização e promover a transferência de tecnologia e conhecimento das instituições para as empresas, constituindo-se numa rede sectorial de âmbito nacional.

4.2. Medidas legislativas

Nesta secção, listam-se as principais medidas legislativas aprovadas entre 1996 e 2011 que incidem sobre a Fileira Florestal¹⁷. Desde a Lei de Bases da Política Florestal, datada de 1996, que definiu as bases da Política Florestal Nacional num quadro de ordenamento do território, até à aprovação pelo Governo, dez anos mais tarde, de um novo documento estratégico sobre o setor, a Estratégia Nacional para as Florestas, que pretendia implementar um conjunto alargado de reformas, inovações legislativas e de reorganizações estruturais centradas em seis eixos de ação principais¹⁸, foram várias as Portarias e Decretos-Leis cuja publicação enquadra a atuação do poder público nesta matéria (Quadro 11). Em 2008, foi criada a Autoridade Florestal Nacional (AFN), que sucedeu à Direção Geral dos Recursos Florestais. A AFN, como entidade reguladora, promotora e prestadora, aplicou as orientações da Estratégia Nacional

¹⁷ Pode também ser consultada uma súmula bastante completa da Legislação Florestal em Portugal Continental entre 1901 e 2006, em http://www.promontado.com/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=22&Itemid=33, da responsabilidade da APCOR, CELPA e Centro PINUS, datada de 5 de maio 2008.

¹⁸ Estas são a minimização do risco de incêndio e agentes bióticos; a especialização do território, a melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável, a redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos, a melhoria geral da eficiência e competitividade do setor e a racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

para as Florestas, centrando a sua atuação na gestão florestal, na defesa da floresta e na promoção do universo dos produtos e recursos silvestres.

Foi também criado um regime jurídico das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), para a gestão dos territórios florestais, previsto na Lei de Bases de Política Florestal. Este é considerado um instrumento de sobeja importância para o futuro do espaço agrossilvopastoril português. Em 2008, foram criadas 36 ZIF correspondentes a uma área de 230.804,73 hectares (Autoridade Florestal Nacional, 2009). Em 2009, foi publicado o Decreto-Lei nº 15/2009 que aprova o regime de criação das ZIF e regula os princípios do seu funcionamento e extinção.

Em 2008, a doença do Nemátodo da Madeira do Pinheiro alastrou consideravelmente no território continental. O aumento da incidência da doença e as suas consequências não só a nível da envolvente florestal, mas também a nível económico e social, conduziram à adoção de medidas de resposta excecionais. Estas reuniram um conjunto alargado de parceiros e tiveram uma grande abrangência. Foi publicada a Portaria n.º 553-B/2008, de 27 de junho, que alterou a Portaria n.º 103/2006, de 6 de fevereiro, identificando como zona afetada todo o território continental, de forma a tentar eliminar uma eventual distorção de preços da madeira entre diferentes regiões. Foi igualmente criado o Programa de Ação Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro, integrando um conjunto de ações específicas, baseadas num conhecimento científico mais profundo quanto à sua forma de controlo. Salientam-se também medidas adicionais¹⁹ patentes no Despacho n.º 15752/2008 de 12 de maio, nas Portarias n.º 358/2008 de 12 de maio, n.º 1339-A/2008 de 20 de novembro e no Decreto-Lei n.º 4/2009 de 5 de janeiro.

Destacam-se também diversas medidas introduzidas no ano de 2009, nomeadamente com a aprovação do Código Florestal, do novo regime de arrendamento rural e da introdução de alterações ao enquadramento dos sistemas de incentivos ao investimento empresarial no âmbito do QREN 2007-2013. O Decreto-Lei nº 16/2009 aprovou o regime jurídico dos planos de ordenamento, gestão e intervenção de âmbito florestal. De salientar ainda, o Plano de apoio à Indústria da Cortiça²⁰ e o Plano de Apoio ao Setor das Indústrias de Madeira e Mobiliário (PASIMM). O primeiro, elaborado em conjunto pelo Ministério da Economia e da Inovação, pela APCOR e diversas empresas do setor da cortiça e assinado em 26 de março de 2009, contemplava um apoio superior a 180 Milhões de Euros, dispostos em quatro eixos principais. No que se refere à inovação, a medida 12 destinava-se a apoiar projetos de inovação produtiva no setor da cortiça. O PASIMM, aprovado em 2009, contemplava um conjunto de 32 medidas, divididas em quatro eixos de intervenção: apoio ao financiamento, apoio às exportações e promoção externa, ajustamento ao perfil industrial e tecnológico do setor e estímulo ao emprego e à sua qualificação. Mais recentemente, as Portarias 287 de 2010, e a 13 de 2011, aprovam e regulam o regime de administração do Fundo Florestal Permanente.

Quadro 11 - Seleção de medidas legislativas relevantes

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Portaria n.º 113/2011, de 23 de março</i> <i>Regulamento do Fundo Florestal Permanente</i>	Estabelece o regime de administração do Fundo Florestal Permanente (FFP) bem como o regime dos apoios a atribuir pelo mesmo. Os apoios financeiros enquadram-se nos seguintes eixos de intervenção: a) Sensibilização e informação; b) Prevenção e proteção da floresta; c) Planeamento, gestão e intervenção florestal; d) Sustentabilidade da floresta; e) Investigação, experimentação e estudos.
<i>Portaria n.º 287/2010, de 27 de maio</i> <i>Regulamento de Administração e Gestão do Fundo Florestal Permanente</i>	Aprova o Regulamento de Administração e Gestão do Fundo Florestal Permanente (FFP). O Regulamento de Gestão do FFP foi originalmente publicado em anexo à Portaria n.º 679/2004, de 19 de junho, posteriormente alterado pela Portaria n.º 197/2005, de 18 de fevereiro.

¹⁹ Para mais informações, consultar a Síntese Legislativa do Nemátodo da Madeira, disponível em http://www.aflobei.pt/UserFiles/file/Nemato_Madeira_Pinheiro/Legislacao_NMP.pdf

²⁰ Para mais informações, consultar http://www.nerpor.pt/portal/newsletter/doc/8_5_1.pdf.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Lei n.º 116/2009, de 23 de dezembro</i>	Prorroga por 360 dias o prazo de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro, que, no uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de julho, aprova o Código Florestal.
<i>Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de outubro</i>	No uso da autorização concedida pela Lei n.º 80/2009, de 14 de agosto, estabelece o novo regime do arrendamento rural.
<i>Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro</i>	No uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de julho, aprova o Código Florestal.
<i>Decreto-Lei n.º 218/2009, de 7 de setembro</i>	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2009, de 31 de março, que cria uma linha de crédito, com juros bonificados, dirigida às empresas do setor agrícola e pecuário e do setor florestal e às agroindústrias.
<i>Lei n.º 36/2009, de 20 de julho</i>	Autoriza o Governo a aprovar o Código Florestal e um regime contraordenacional específico para as infrações de natureza florestal.
<i>Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de maio</i>	Estabelece o regime jurídico aplicável à criação e funcionamento das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua atividade.
<i>Lei n.º 20/2009, de 12 de maio</i>	Estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta.
<i>Decreto-Lei n.º 74/2009, de 31 de março</i>	Cria uma linha de crédito, com juros bonificados, dirigida às empresas do setor agrícola e pecuário, do setor florestal e às agroindústrias.
<i>Plano de Apoio à Indústria da Cortiça (PAIC), de 26 de março de 2009</i>	Plano elaborado em conjunto pelo Ministério da Economia e da Inovação, pela APCOR e diversas empresas do setor da cortiça, que estabelece 10 objetivos de atuação, organizados em 4 eixos estratégicos, que visam modernizar o setor.
<i>Decreto-Lei n.º 65/2009 de 20 de março</i>	Introduz alterações ao enquadramento dos sistemas de incentivos ao investimento empresarial da Agenda da Competitividade do QREN 2007-2013 (Quadro de Referência Estratégico Nacional).
<i>Portaria n.º 118-A/2009, de 29 de janeiro</i>	Aprova o Regulamento de Enquadramento e Apoio às Organizações de Produtores Florestais.
<i>Despacho n.º 2088/2009, de 15 de janeiro</i>	Determina que a Autoridade Florestal Nacional, através da Direção Nacional de Fileiras Florestais, proceda à atualização da matriz estruturante do valor da floresta apresentada na Estratégia Nacional para as Florestas e à caracterização dos setores de atividade ou áreas de negócio
<i>Portaria n.º 35/2009, de 16 de janeiro</i>	Aprova o Regulamento de Organização e Funcionamento do Dispositivo de Prevenção Estrutural.
<i>Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro</i>	Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios.
<i>Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro</i>	Aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal e revoga os Decretos-Leis ns. 204/99 e 205/99, ambos de 9 de junho.
<i>Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro</i>	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, que aprova o regime de criação das zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores do seu funcionamento e da sua extinção.
<i>Portaria n.º 1338/2008, de 20 de novembro</i>	Aprova o Regulamento de Gestão e Apoios do Fundo Florestal Permanente, anexo à presente portaria e que dela faz parte integrante.
<i>Portaria n.º 1339-A/2008, de 20 de novembro</i>	Cria um novo registo das empresas transformadoras de material lenhoso, no âmbito das medidas de controlo do nemátodo do pinheiro, com o objetivo de tornar o processo de tratamento do material lenhoso mais exigente e em conformidade com os parâmetros definidos pelas normas fitossanitárias da FAO.
<i>Portaria n.º 553-B/2008, de 27 de junho</i>	Segunda alteração à Portaria n.º 103/2006, de 6 de fevereiro, que estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis para o combate ao nemátodo da madeira do pinheiro, e cria o Programa de Ação Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP).

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Portaria n.º 305-A/2008	Altera a Portaria n.º 103/2006, de 6 de fevereiro, que estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis para o combate ao nemátodo da madeira do pinheiro.
Portaria n.º 759/2008, de 29 de agosto	Cria um logótipo, que permite referenciar, para todos os efeitos, a Autoridade Florestal Nacional enquanto serviço da Administração Central do Estado, destacando a pertinência de assegurar a utilização correta do logótipo em questão, em diferentes situações e condicionantes, quer no âmbito interno da Autoridade Florestal Nacional quer para efeitos externos no quadro institucional da sua missão e atribuições
Decreto-Lei n.º 159/2008, de 8 de agosto Autoridade Florestal Nacional	Aprova a Lei Orgânica da Autoridade Florestal Nacional.
Portaria n.º 553-B/2008, de 27 de junho	Segunda alteração à Portaria n.º 103/2006, de 6 de fevereiro, que estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis para o combate ao nemátodo da madeira do pinheiro, e cria o Programa de Ação Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP).
Despacho Normativo n.º 21/2008, de 1 de abril	Altera o Regulamento do Programa dos Apoios a conceder pelo Fundo Florestal Permanente (FFP) em 2007 e 2008 aprovado pelo Despacho Normativo 21/2008 de 1 de abril.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 3 de julho Quadro de Referência Estratégica Nacional	Aprova o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) para o período 2007-2013.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro Estratégia Nacional para as Florestas	Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23 de agosto	Atualiza o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2004) e apresenta um relatório síntese para 2006 que avalia o compromisso de Portugal face ao primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quito. Descreve a componente de emissão/remoção de CO2 resultante das atividades de florestação, reflorestação e desflorestação.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2006, de 10 de março	Aprova as orientações fundamentais para elaboração do Quadro de Referência Estratégico Nacional e programas operacionais para o período de 2007-2013. Define a estrutura operacional nacional do QREN, sistematizada através da criação de três PO temáticos (QREN-Compete – PO Fatores de Competitividade).
Despacho Normativo n.º 29/2006, de 8 de maio	Alteram o Regulamento do Programa de Apoios a Conceder pelo Fundo Florestal Permanente em 2005 e 2006, aprovado em anexo ao Despacho Normativo n.º 35/2005, de 25 de julho, que aprova o Regulamento do Programa de Apoios a Conceder pelo Fundo Florestal Permanente em 2005-2006.
Despacho Normativo n.º 49/2005, de 29 de outubro	
Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de maio	Plano Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios.
Despacho Normativo n.º 37/2005, de 2 de agosto	Estabelece e determina os pagamentos a efetuar pelo Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) das despesas elegíveis nas candidaturas aprovadas e homologadas no âmbito dos programas do Fundo Florestal Permanente.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2004, de 31 de julho	Aprova o primeiro Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC2004), estabelecendo as medidas tidas como adequadas para que Portugal viesse a atingir as metas que lhe foram fixadas no âmbito do Protocolo de Quioto (PQ) e do Acordo de Partilha de responsabilidades da União Europeia. Principais medidas no âmbito das florestas: Programa de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa (MRf1), Meta a atingir: Área de nova floresta em 2010, relativamente a 31.12.1989:492 mil hectares. Promoção da Capacidade de Sumidouro de Carbono da Floresta (MAf1), Meta a atingir: Adoção de atividades de Gestão Florestal:2,95 Milhões de ha de floresta incluída.
Despacho Normativo n.º 39/2004, de 2 de setembro	Aprova a calendarização específica do programa de apoios para 2004 do Fundo Florestal Permanente.
Despacho Normativo n.º 36/2004, de 30 de	Aprova o programa de apoios para 2004 do Fundo Florestal

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
julho	Permanente.
Decreto-Lei n.º 63/2004 de 22 de março Fundo Florestal Permanente	Cria, junto do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), o Fundo Florestal Permanente, fundo financeiro de caráter permanente destinado a apoiar a gestão florestal sustentável.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2003, de 17 de novembro	Aprova as linhas orientadoras da Reforma Estrutural do Setor Florestal.
Lei n.º 33/96, de 17 de agosto	Lei de Bases da Política Florestal. Define as bases da política florestal nacional, fundamental ao desenvolvimento e fortalecimento das instituições e programas para a gestão, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas e sistemas naturais associados.

Fonte: Elaboração própria.

Referências

- Agro, Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2010), "Relatório Final de Execução QCA III 2000-2006", AGRO - fevereiro de 2010.
- Autoridade Florestal Nacional (2010), "Síntese Legislativa do Nemátodo da Madeira", Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Autoridade Florestal Nacional (2009), "Floresta, espaço de futuro, 2008, de A a Z", Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- COTEC Portugal, Associação Empresarial para a Inovação (www.cotecportugal.pt)
- Direção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Geral (2009), "RURIS - Estudo de avaliação final (ex post) do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (2000-2006)", Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, fevereiro de 2009.
- Dores, Vanda, Sarmento, Elsa de Morais e Oliveira, Elsa (2011), "Evolução recente da Fileira Florestal: Parte I", Boletim Mensal de Economia Portuguesa, Ministério do Emprego e Ministério das Finanças, dezembro de 2011.
- Equipa de Trabalho da competitividade (2007), "Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2012 - Implementação da Estratégia para a competitividade", Documento de Trabalho.
- Eurostat, Eurostat database.
- Grupo de trabalho das Indústrias Florestais (2008), "Documento de suporte ao processo de dinamização das Indústrias Florestais em Portugal", 25 de agosto de 2008.
- Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas (IFAP) (2007), "Série Estatística 2000-2006 - Ajudas Estruturais nos setores da Agricultura e das Pescas", 11 de junho de 2007.
- Ministério da Educação e da Ciência, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN), Sumários Estatísticos de 2001, 2003, 2005, 2007, 2008 e 2009.
- Nações Unidas e FAO (2005), "European Forest Sector Outlook Study, 1960-2000-2020, main report", UNECE e FAO.
- PORC - Programa Operacional Regional do Centro (2010), "Relatório Final de Execução, Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006)", 20 de janeiro de 2010.
- PRIME - Programa de Incentivos à Modernização da Economia (2008), "Relatório de Execução 2007 do Programa de Incentivos à Modernização da Economia", Gabinete de Gestão do PRIME.

PRODER - Programa de Desenvolvimento Regional (2010), "Relatório Intercalar 1º Semestre 2010" (atualizado a 27 de outubro de 2010).

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional (2008), "Programa Operacional Fatores de Competitividade", junho de 2008.

Competitividade Regional¹

Catarina Nunes², Ricardo Pinheiro Alves³ e Tomás Silva⁴

1. Introdução

Este artigo visa apresentar a política de desenvolvimento regional em Portugal. Esta política consubstancia-se na aplicação de recursos que promovam a competitividade e, deste modo, permitam a criação de emprego, o crescimento económico, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. A política está coordenada com o conjunto de apoios disponibilizados pela União Europeia (UE) através dos fundos estruturais, nomeadamente pelo FEDER, Fundo de Coesão e PO-Valorização do Território, prevendo-se que no período de 2007-2015 sejam investidos no nosso país 21,5 mil milhões de euros (CES, 2012).

O artigo apresenta, no ponto 2, a fundamentação teórica em que assentam as políticas públicas de desenvolvimento regional. O ponto 3 introduz as políticas recentemente aplicadas em Portugal e relaciona-as com a fundamentação apresentada. O ponto 4 introduz um conjunto de indicadores relativos às regiões de Portugal e comparativos com outras regiões europeias, e o ponto 5 conclui.

2. Fundamentação

As políticas de desenvolvimento regional surgem da necessidade de promover a competitividade dos territórios e reduzir as disparidades económicas e sociais que existem entre as regiões de Portugal e, no âmbito dos fundos europeus, também dentro da UE.

A promoção do desenvolvimento regional foi, no passado, objeto de abordagens de pendor mais “keynesiano” e outras predominantemente neoclássicas. As políticas públicas ditas “keynesianas” assentaram no aproveitamento dos recursos endógenos e na transferência de rendimento para as regiões menos desenvolvidas, materializadas pela subsídio direta e indireta da atividade económica. A abordagem neoclássica deu preferência aos mecanismos de mercado, nomeadamente à minimização de custos e à desregulação da atividade económica de forma a atrair empresas e investimento.

No entanto, tal como Amin (2008) descreve, as políticas de desenvolvimento regional estão a progredir para uma terceira via, mais centrada na promoção da competitividade regional e na sustentabilidade a longo prazo. A prossecução destes objetivos deve considerar políticas específicas que se adequem às diferentes características de cada região, requerendo por isso a participação dos agentes locais na sua definição.

Em termos de competitividade, o desenvolvimento da Nova Geografia Económica (Krugman, 1991, Fujita et al, 1999) associou a competitividade regional à explicação da distribuição espacial da atividade económica, nomeadamente a sua concentração em algumas zonas. Os modelos baseiam-se em dois efeitos opostos que influenciam a localização da atividade económica e, por seu intermédio, as trocas comerciais: um de aglomeração, que atrai investimento pela maior remuneração do capital proporcionada por rendimentos crescentes à escala e pelo maior poder de compra da população, e outro de dispersão, em que o aumento da concorrência pela acumulação excessiva de investimento leva a remuneração do capital e os preços a cair e à redução da atividade económica. O efeito que predomina é determinado pelo nível de custos de transação de bens e serviços (transporte e outros) e pela mobilidade dos fatores de produção.

Estes modelos centro-periferia foram aplicados no contexto da UE, designadamente à redução dos custos de transação intra-europeus causada pelo progressivo estabelecimento de um mercado único, para

¹ As opiniões expressas no artigo são da exclusiva responsabilidade dos autores.

² Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia e do Emprego.

³ Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia e do Emprego, e Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing, Lisboa.

⁴ Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia e do Emprego.

explicar a maior concentração da atividade económica nas regiões do centro da Europa e o menor desenvolvimento relativo nas regiões da periferia, como é o caso da economia portuguesa.

A política regional, quer a nível nacional quer a nível da UE, considera assim a melhoria de diferentes fatores de atratividade das regiões de forma a influenciar a localização de mais empresas e a permitir que estas sejam mais competitivas. Entre estes fatores podem destacar-se a formação de mão-de-obra, as acessibilidades, os custos de transporte, economias de escala ou a existência de vantagens comparativas regionais baseadas em “know-how”, desenvolvimento científico e tecnológico, aspetos histórico-culturais ou recursos naturais. Neste âmbito, a promoção da competitividade pela atração de investimento torna-se também uma responsabilidade local (ao nível de cidades e regiões) e não apenas nacional.

A forma de tornar a competitividade sustentável no longo prazo está também ligada ao desenvolvimento de “clusters” que permitam o aproveitamento de economias de aglomeração e de externalidades positivas (Delgado et al, 2011). Porter (1990) indica que os “clusters” têm o potencial de melhorar a competitividade de três formas diferentes:

- Aumentando a produtividade das empresas;
- Promovendo a capacidade de inovação ao nível de produtos e de processos;
- Estimulando a criação de novas empresas.

O efeito positivo na competitividade e nas exportações verifica-se se os “clusters” tiverem dimensão crítica suficiente e estiverem ativamente integrados no núcleo de diferentes redes internacionais - investigação, distribuição, “lobby” e outras. Desta forma, os “clusters” funcionam também como fatores de atração de investimento para as regiões.

O segundo aspeto relativo à sustentabilidade de longo prazo da competitividade regional compreende ainda as questões energética e ambiental. Em Portugal, a dependência externa e o seu impacto na Balança Comercial tornam as condições de utilização de serviços de energia por parte das empresas uma preocupação fundamental das políticas públicas (Pinheiro-Alves e Silva, 2011). Por outro lado, as externalidades negativas geradas pelo potencial esgotamento de recursos e o desenvolvimento de atividades económicas como o turismo levam à necessidade de garantir boa qualidade ambiental nos territórios. Assim, a sustentabilidade requer que a criação de condições de competitividade a longo prazo integre ganhos de eficiência energética e tenha um impacto ambiental limitado.

Por fim, a política de desenvolvimento regional visa também objetivos de equidade ao atuar através de transferências de rendimento para que regiões menos desenvolvidas, ou que sofram choques económicos assimétricos, criem condições para que o nível de vida das respetivas populações aumente e se aproxime do verificado nas restantes zonas geográficas.

No que se refere especificamente à economia portuguesa, a atual necessidade de uma maior afetação de recursos em setores transacionáveis, não só a nível nacional mas também local, torna a política de desenvolvimento regional ainda mais importante.

Em suma, a política de desenvolvimento regional considera diferentes dimensões - o papel das cidades, urbanismo, as acessibilidades e outras questões geográficas, problemas demográficos, ambiente, estratégias macrorregionais como a organização do território, etc. – estando a sua eficácia e eficiência muito dependentes da participação dos agentes locais.

3. Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional

As Grandes Opções do Plano para o período de 2012 a 2015 indicam os seguintes objetivos para as políticas públicas nacionais de apoio ao desenvolvimento regional:

- Promover um desenvolvimento harmonioso do território nacional em simultâneo com a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, alinhado com a reforma do poder local;

- Promover uma política de valorização do território e das suas potencialidades, estabelecendo-se medidas no sentido de aumentar a racionalidade, a coerência e a eficácia das políticas públicas orientadas para o desenvolvimento regional (centrais, regionais e locais);
- Assegurar a execução na plenitude e com rigor das verbas nos Programas Operacionais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), em coerência com as prioridades estratégicas e operacionais;
- Promover uma reprogramação estratégica do QREN, orientada para a otimização da utilização dos recursos disponíveis através dos Programas Operacionais;
- Preparar e negociar, de acordo com as necessidades do nosso País, o próximo período de programação 2014-2020.

Os instrumentos para alcançar estes objetivos assentam especialmente nos programas operacionais do QREN, especialmente o Programa Operacional para a Valorização do Território (POVT). Este programa, em linha com os objetivos de promoção da competitividade dos territórios e redução das disparidades económicas e sociais, visa dotar as regiões portuguesas de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações (tabela 1). Para isso, prevê atuar ao nível do reforço das acessibilidades e da mobilidade, incluindo a cooperação territorial, da valorização do Ambiente e do desenvolvimento dos sistemas urbanos.

O Programa Operacional Fatores de Competitividade e o Programa Operacional Potencial Humano também concorrem para o objetivo do desenvolvimento regional. No primeiro com programas dedicados ao apoio à competitividade regional e à valorização económica dos territórios. Neste âmbito, a tabela 1 apresenta os “clusters” regionais recentemente criados. No segundo, pela aposta na qualificação dos recursos humanos, com efeitos positivos esperados ao nível da competitividade e da redução das disparidades regionais.

Para além disso, a política nacional de desenvolvimento regional enquadra-se no objetivo da UE de coesão económica e social. A Política de Coesão visa a promoção do desenvolvimento equilibrado das 271 regiões da UE (NUTS II⁵), tanto na redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento como na coesão social (refira-se que uma em cada quatro regiões tem um PIB *per capita* inferior a 75% da média da UE). No âmbito da política de coesão europeia funcionam ainda três fundos com impacto na política regional:

- FEDER: Destina-se a reforçar a coesão económica e social na União Europeia através da correção dos desequilíbrios regionais.
- FSE: Tem por objetivo melhorar o emprego e as possibilidades de emprego na União Europeia.
- Fundo de Coesão: Apoiar ações no âmbito do objetivo «Convergência».

⁵ Em termos de NUTS II, Portugal está subdividido nas cinco regiões do continente (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) e nas duas regiões autónomas (Madeira e Açores).

Quadro 1 – Medidas de política no âmbito do Desenvolvimento Regional

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/ Resultados
Estratégias de eficiência coletiva – polos de competitividade e outros clusters	Foram criados clusters regionais: <ul style="list-style-type: none"> • Agroindustrial do Centro das Indústrias Criativas na Região do Norte • Agroindustrial do Ribatejo • Vinhos da Região Demarcada do Douro 	1º Concurso de reconhecimento: 01/09 a 15/10/08 Celebração dos contratos de reconhecimento a 17/07/2009	As empresas têm acesso a majoração nos incentivos, concursos específicos e acesso a dotações orçamentais específicas.	
Programa Operacional Potencial Humano	Visa estimular o potencial de crescimento sustentado da economia portuguesa, com as seguintes prioridades: <ul style="list-style-type: none"> • Superar o défice estrutural de qualificações, • Promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização das empresas, • Estimular a criação e a qualidade do emprego, • Promover a igualdade de oportunidades. 	Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2007, DR n.º 126, I Série, de 03 de Julho	Qualificação Inicial <ul style="list-style-type: none"> • Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida (Eixo 2) • Gestão e Aperfeiçoamento Profissional (Eixo 3) • Formação Avançada (Eixo 4) • Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa (Eixo 5) • Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social (eixo 6) • Igualdade de Género (Eixo 7) • Assistência Técnica (Eixo 10) 	Até 25 de setembro de 2011 (em Euros) Eixo 2: 2010= 533.122.135,01 2011= 170.532.444,06 Eixo 3: 2010=86.312.893,47 2011=35.593.214,92 Eixo 5: 2010=109.231.671,70 2011=7.143.061,11
Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT - QREN)	O POVT assenta em dez eixos assentes em três prioridades estratégicas. <ul style="list-style-type: none"> • Mobilidade territorial e Conectividade internacional • Ambiente e Prevenção de Riscos • Qualificação do Sistema Urbano e Equipamentos Coletivos 	Aprovado pela Decisão C (2007) 5110, de 12 de Outubro. Alterado pela Decisão C (2009) 10 068, de 9 de Dezembro. Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 3 de Julho, aprova o Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007-2013. Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respetivos programas operacionais.	Mobilidade territorial e Conectividade internacional <ul style="list-style-type: none"> • Eixo I – Redes e Equipamentos Estruturantes Nacionais de Transportes • Eixo IV – Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma dos Açores • Eixo V – Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma da Madeira • Eixo VII – Infraestruturas para a Conectividade Territorial Ambiente e Prevenção de Riscos <ul style="list-style-type: none"> • Eixo II – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento • Eixo III – Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos Naturais e Tecnológicos • Eixo IV – Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma Açores • Eixo V – Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma da Madeira • Eixo VI - Investimentos Estruturantes do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva • Eixo VIII – Infraestruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos Qualificação do Sistema Urbano e Equipamentos Coletivos <ul style="list-style-type: none"> • Eixo IX - Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional • Ações Inovadoras • Escolas Ensino Secundário • Equipamentos Desportivos • Equipamentos Estruturantes • Escolas do 2º e 3º Ciclo Ensino Básico • Iniciativa JESSICA 	Execução a 30 de Setembro de 2011: Mobilidade territorial e Conectividade internacional: 30% do Fundo Executado e 42% de Taxa de realização física Ambiente e Prevenção de Riscos: 26% do Fundo Executado e 41% de Realização Física Qualificação do Sistema Urbano e Equipamentos Coletivos: 68% do Fundo executado e 73% de Realização física

investimentos feitos e dos progressos substanciais alcançados em termos de acessibilidades e acesso a bens públicos, os resultados obtidos em duas décadas de políticas de desenvolvimento regional não permitiram que a convergência entre o interior e o litoral, e entre zonas rurais e urbanas, fosse reforçada, nem que fossem criadas significativas dinâmicas de competitividade nas zonas menos desenvolvidas do país.

Por este motivo existe atualmente a necessidade de reformar o QREN e de pensar o novo pacote de apoios previstos para o período 2014-2020 de forma a orientar os recursos para o aumento da competitividade externa da economia portuguesa (CES, 2012). A política regional deve ser orientada para

os sectores transacionáveis e integrar nos seus objetivos aspetos estruturais como a inovação, a I&D e a qualificação dos recursos humanos, com a promoção das exportações e a substituição de importações que possibilitem uma mais rápida correção do desequilíbrio externo.

Um exemplo é a necessária canalização dos apoios previstos na política regional para fomentar a cooperação entre empresas no âmbito dos *clusters* criados. Estes apoios requerem uma avaliação custo benefício que deverá considerar a existência de uma dimensão crítica suficiente para; gerarem economias de aglomeração; permitirem o aproveitamento de externalidades positivas; a integração ativa em redes internacionais de I&D (não apenas como recetores passivos); e efeitos na competitividade e nas exportações. Estas condições são também necessárias para atrair investimento nacional e IDE aos centros de conhecimento nacionais. Desta forma, as empresas poderão obter ganhos de competitividade e, crescendo em dimensão, beneficiar de maiores economias de escala.

A obtenção de resultados ao nível da competitividade e da coesão territorial pela alteração na política regional só se verificará se a afetação de recursos pelas políticas públicas for objeto de uma avaliação *ex-ante* e *ex-post* sobre os seus efeitos, o que pode implicar uma reavaliação de alguns dos atuais projetos. Esta avaliação significa também uma alteração de práticas na Administração Pública e terá de ser correspondida por uma mudança de mentalidade no país relativamente aos fundos europeus, designadamente deixar cair a ideia de que uma boa aplicação dos fundos estruturais é simplesmente gastá-los, esquecendo que em simultâneo são utilizados fundos nacionais.

Esta reforma do QREN deverá estar associada a outra vertente da competitividade, que inclui a descentralização das políticas públicas e, por consequência, a gestão integrada das medidas regionais e para os meios urbanos. Neste âmbito, são exemplos de medidas que promovam a competitividade a redução de custos de contexto ao nível autárquico, o estímulo à inovação em PME ou a reabilitação urbana (tabela 2).

Finalmente, a sustentabilidade do desenvolvimento pressupõe a preocupação não só com o presente mas com a qualidade de vida das gerações futuras, protegendo recursos vitais e garantindo um crescimento económico amigo do ambiente (ENDS, 2008). A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) associa, nos seus objetivos, o melhor ambiente e a valorização do património, à eficiência energética, à melhor conectividade internacional de Portugal e à valorização equilibrada do território.

Esta política estará em consonância com a atual competição entre economias, pois o paradigma da política regional tem vindo a deslocar-se para o eixo da competitividade. Nesta nova perspetiva, o território constitui uma dimensão da própria competitividade e a cooperação territorial intra e inter-fronteiriça só tem sustentabilidade se for geradora de competitividade para os territórios menos desenvolvidos.

4. Indicadores

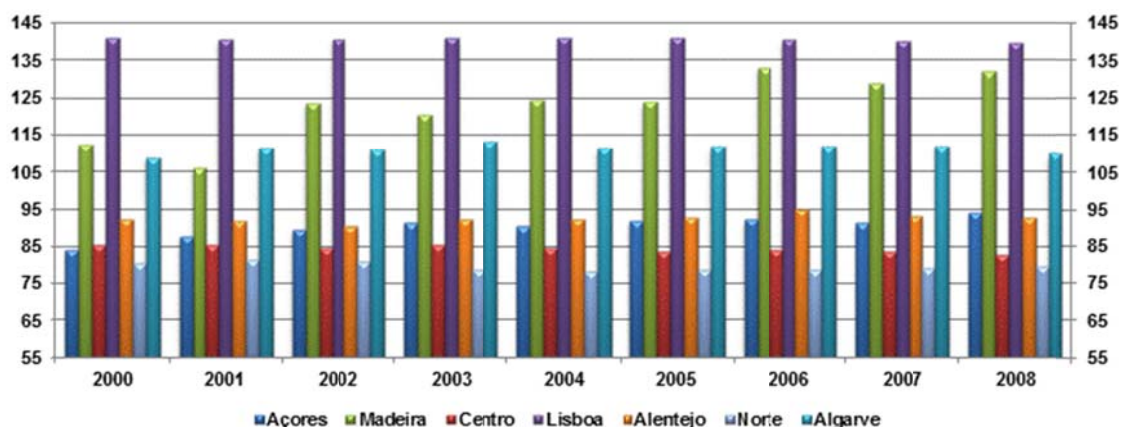
Os indicadores disponíveis relativos às regiões, como o PIB, PIB *per capita* e Desemprego, confirmam a existência de uma grade assimetria regional em Portugal. O PIB *per capita* regional, apresentado na Figura 1 para as regiões NUTS II de Portugal, mostra que Lisboa manteve entre 2000 e 2008 a sua posição de destaque, e em 2008 apresentava um PIB *per capita* igual a 22,6 mil euros, o equivalente a 141% da média nacional. A Madeira, por seu lado, passou de 112% do PIB *per capita* nacional em 2000 para 132% em 2008, aumentando a sua divergência face à média nacional.

Tabela 2 – Medidas de política no âmbito do Desenvolvimento Regional

Medida	Descrição	Documento Legal/Data de Início	Benefícios	Execução/ Resultados
Incentivos à reabilitação urbana	<p>Visa criar incentivos fiscais de forma a estimular a Reabilitação Urbana</p> <p>Âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prédios arrendados com rendas antigas que sejam objeto de ações de reabilitação Prédios urbanos localizados em ARU (áreas de reabilitação urbana) que sejam objeto de ações de reabilitação Obras iniciadas após Janeiro de 2008 e concluídas até Dezembro de 2020 	<p>Artigo 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais – Aprovado pelo Dec-Lei 215/89 de 1 de Julho, republicado pelo Dec-Lei 108/2008, de 26 de Julho, com os aditamentos introduzidos pela Lei n.º 64-A/2008, de 31/12.</p>	<p>Estabelece vários tipos de benefícios fiscais sobre os rendimentos obtidos por Fundos de Investimento Imobiliário vocacionados para a Reabilitação Urbana:</p> <p>IRS – dedução à Coleta de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação, até ao limite €500</p> <p>Mais-valias – tributação à taxa reduzida de 5%, quando estas sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis reabilitados em ARU (áreas de reabilitação urbana)</p> <p>Rendimentos Prediais – tributação à taxa reduzida 5% após a realização das obras de recuperação</p> <p>IMI – isenção por um período de 5 anos, o qual pode ser prorrogado por mais 5 anos</p> <p>IMT – isenção na 1ª transmissão de imóvel reabilitado em ARU, destinado exclusivamente a habitação própria e permanente.</p>	<p>Montantes (em euros)</p> <p>2003:4.008.280 2004:3.543.600 2005:5.620.593 2006:4.724.772 2007:4.399.726 2008:4.073.722 2009:3.951.602 2010:2.610.385</p>
Simplex Autárquico 2011	<p>Tem como objetivo implementar mais de 800 medidas para a simplificação legislativa e administrativa da Administração Local.</p>	<p>Conselho de Ministros de 9 de Dezembro de 2010</p>	<p>Num nível de administração mais próximo dos cidadãos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Aumenta a pressão para a prestação de serviços públicos de qualidade; Força as autarquias locais a capacitarem-se para desempenhar bem e depressa as novas funções que lhes são atribuídas; Simplifica os procedimentos das empresas e famílias (e.g. regimes de licenciamento de obra ou de atividades económicas diversas). 	<p>121 Autarquias participavam no Simplex Autárquico em Março de 2011.</p> <p>Medidas Intersectoriais= 20</p> <p>Medidas Intermunicipais= 18</p> <p>Medidas Municipais = 689</p>
Programa INOV-JOVEM - Jovens Quadros para a Inovação nas PME	<p>No âmbito do estímulo à inovação e ao emprego a Medida o tem por objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Possibilitar aos jovens com qualificação de nível superior um estágio profissional em contexto real de trabalho. Complementar e aperfeiçoar as competências socioprofissionais dos jovens, através de uma formação prática em contexto de trabalho. Possibilitar uma maior articulação entre a saída do ensino superior e o contacto com o mundo do trabalho. Facilitar o recrutamento e a integração de quadros qualificados nas PME, através do apoio técnico e financeiro prestado a estas na realização de estágios profissionais. Dinamizar o reconhecimento, por parte das PME, de novas formações e novas competências profissionais. 	<p>Portaria nº 1103/2008, de 2 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 110-A/2011, de 16 de Março</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros nº 93/2008, de 5 de Junho</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros nº 63/2008, de 7 de Abril</p>	<p>Estágios, com a duração de 12 meses. Apoios:</p> <ul style="list-style-type: none"> Aos Estagiários: <ul style="list-style-type: none"> Bolsa de estágio mensal no valor de 2 vezes o IAS. Subsídio de alimentação. Por 11 meses; Despesas de transporte – por 11 meses. Subsídio de alojamento – por 11 meses, quando a localidade em que decorrer o estágio distar 50 km ou mais da localidade de residência. Seguro de acidentes de trabalho. Às Entidades Beneficiárias: <ul style="list-style-type: none"> 60% do valor da bolsa de estágio, majorada em: <ul style="list-style-type: none"> a) 20% quando o estagiário seja uma pessoa portadora de deficiência; b) 10% quando o estágio configure uma inserção de destinatários do género, c) 100% do valor das despesas com transporte, alimentação, alojamento e seguro dos estagiários, Ao orientador de estágio: <ul style="list-style-type: none"> Compensação financeira, durante 11 meses, no valor mensal de 20% do IAS, por estagiário, ou de 30% quando o estagiário for pessoa com deficiência Às Entidades Organizadoras: <ul style="list-style-type: none"> € 225 por cada projeto de estágio aprovado. 	<p>Número de Jovens Abrangidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1/1/2011 a 31/8/2011 : 105 Em 2010: 5.252 Em 2009:8.421 Em 2008:3.139 Em 2007: 693

A figura mostra que existe um grande fosso entre aquelas duas regiões e as restantes, sendo que dessas apenas o Algarve, com um PIB *per capita* de 17,8 mil euros em 2008, supera a média nacional de 16,2 mil euros. As regiões Norte e Centro são aquelas que apresentam valores mais baixos em 2008, com 12,9 e 13,4 mil euros, respetivamente 80 e 83% da média nacional, não tendo convergido com o resto do país ao longo da década de 2000. A migração das populações e os mecanismos de redistribuição implementados no âmbito da política regional não foram suficientes para conseguir uma convergência no desenvolvimento.

Figura 1 – PIB regional *per capita*, em PPS, NUTS II, 2000-2008 (Portugal = 100)

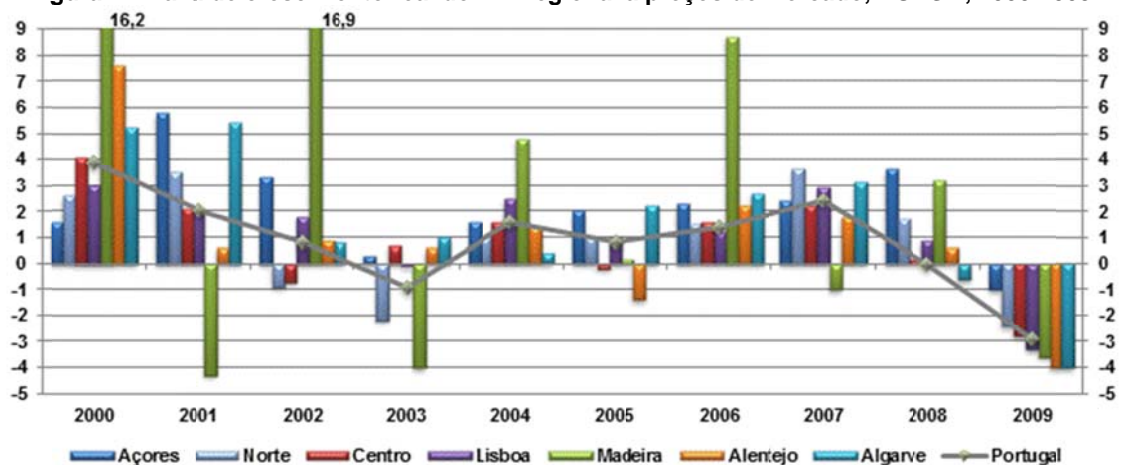


Fonte: Eurostat

A Figura 2 confirma que o crescimento do PIB regional não permitiu que esta assimetria se atenuasse significativamente nos últimos anos. O PIB regional evoluiu de forma muito diferenciada nas 7 regiões NUTS II nacionais entre 2000 e 2009. Os Açores é uma exceção já que, com a Madeira, registaram um crescimento médio anual do PIB de 3,4 e 2,2% respetivamente, acima da média nacional de 0,9%.

De uma forma geral, verifica-se que até 2005 as taxas de crescimento do PIB se deterioraram, tendo recuperado moderadamente em 2006 e 2007. Em 2009 são muito negativas, mas refletem a conjuntura internacional.

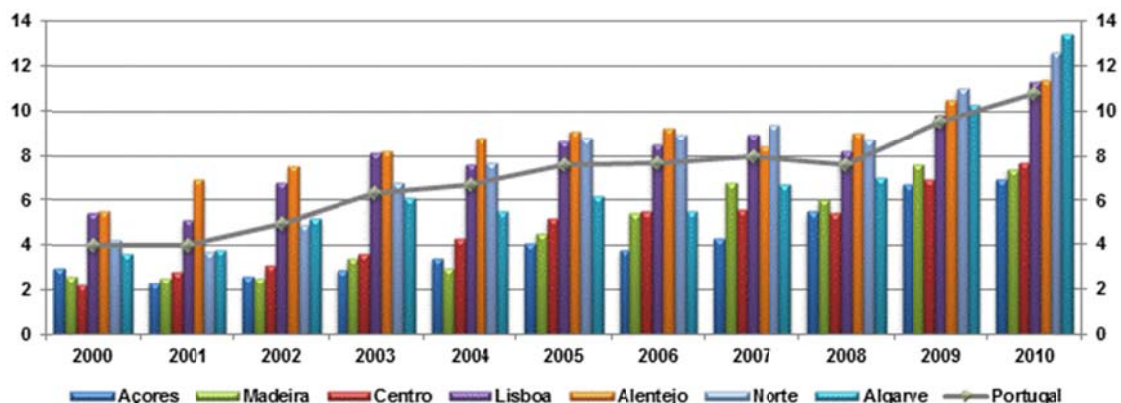
Figura 2 – Taxa de crescimento real do PIB regional a preços de mercado, NUTS II, 2000-2009



Fonte: Eurostat

Quanto ao desemprego, podemos verificar pela Figura 3 que as regiões Algarve e Norte eram as que apresentavam uma taxa de desemprego mais elevada em 2010 (13,4% e 12,6%, respetivamente). De notar que esta posição negativa destas regiões se alterou significativamente ao longo da última década, em particular a região do Algarve que viu a taxa de desemprego aumentar quase para o dobro entre 2008 e 2010 (de 7% para 13,4%). Entre as outras regiões, Lisboa (11,3%) e Alentejo (11,4%) apresentavam taxas de desemprego um pouco superiores à média nacional (10,8%) em 2010. Já as regiões autónomas da Madeira (7,4%) e dos Açores (6,9%), tal como a região Centro (7,7%), apresentavam taxas de desemprego bastante mais baixas.

Figura 3 – Taxa de desemprego (%), NUTS II, 2000-2010

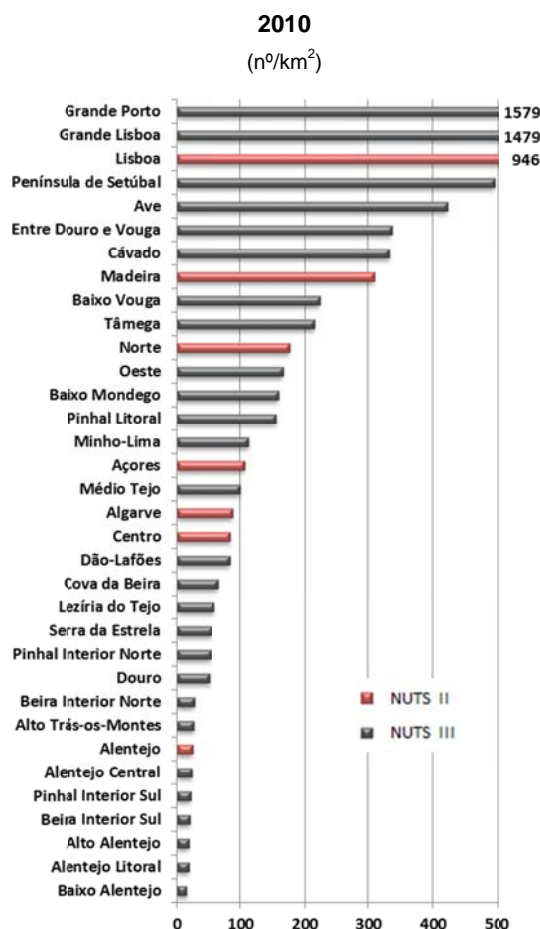


Fonte: Eurostat

Ao nível das regiões NUTS III, verifica-se que a população está concentrada nas regiões mais urbanizadas. A Figura 4 apresenta a distribuição da densidade populacional em 2010 e mostra uma clara concentração da população nas regiões do litoral, em particular na Grande Lisboa e no Grande Porto.

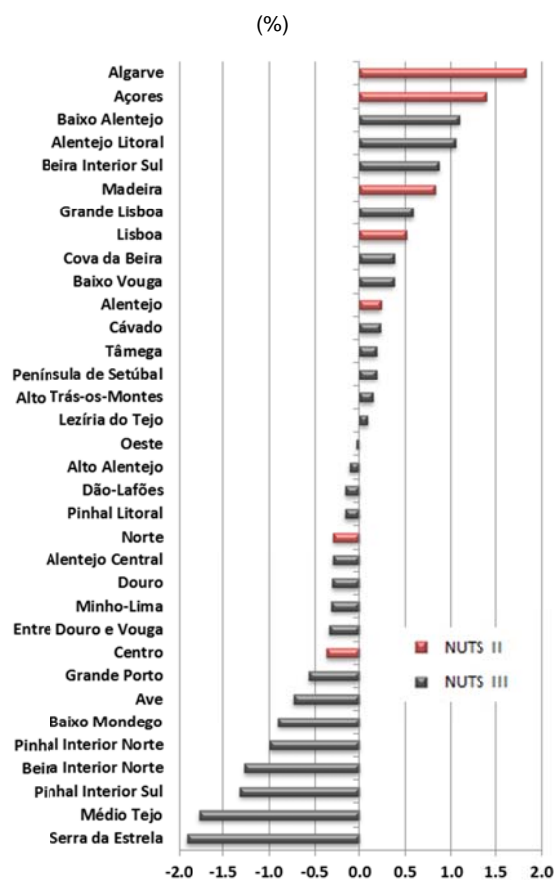
No que se refere à população empregada, podemos verificar pela Figura 5 que em menos de metade das regiões NUTS III houve criação de emprego entre 2001 e 2008. As regiões do Algarve, Açores e Baixo Alentejo destacam-se pela positiva, enquanto a Serra da Estrela e o Médio Tejo são as regiões onde o crescimento do emprego foi mais negativo.

Figura 4 – Densidade populacional, NUTS III



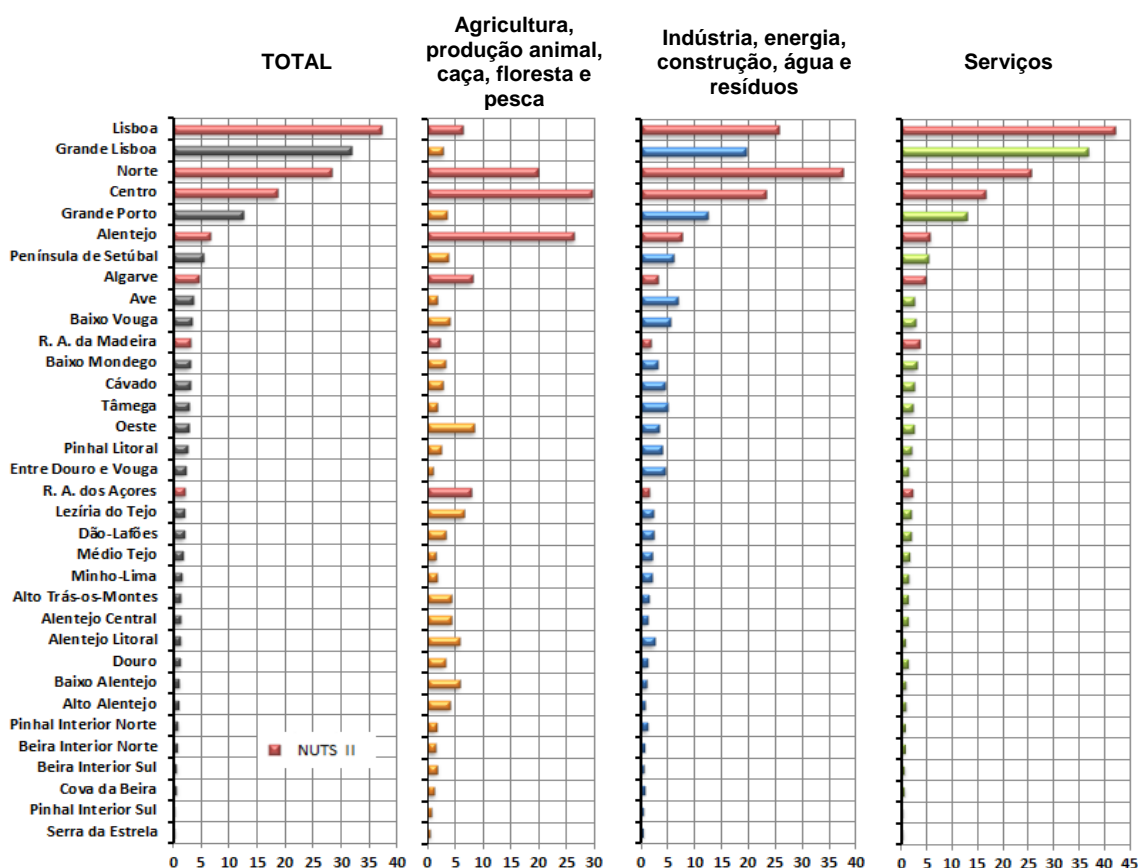
Fonte: INE.

Figura 5 – Taxa de crescimento do emprego, NUTS III, 2001-2008



Na Figura 6 podemos verificar a distribuição regional do Valor Acrescentado Bruto (VAB) em 2008. Em termos agregados, a região da Grande Lisboa representa por si só cerca de 32% do VAB nacional e o Grande Porto 12%. Na agricultura, pesca e afins, destaca-se a região do Oeste com um peso de cerca de 8% no VAB do sector, seguido da Lezíria do Tejo (7%), Alentejo Litoral (6%) e Baixo Alentejo (6%). No que se refere à indústria, a Grande Lisboa e o Grande Porto representam 19% e 12% do VAB, respetivamente, enquanto outras regiões também se destacam, como Ave (7%), Península de Setúbal (6%) e Baixo Vouga (6%). Quanto ao sector dos serviços, verificamos que a importância da região da Grande Lisboa é ainda mais evidente, representando cerca de 37% do VAB do sector.

Figura 6 – Valor Acrescentado Bruto (VAB), estrutura regional, NUTS II&III, 2008
(% do total nacional)

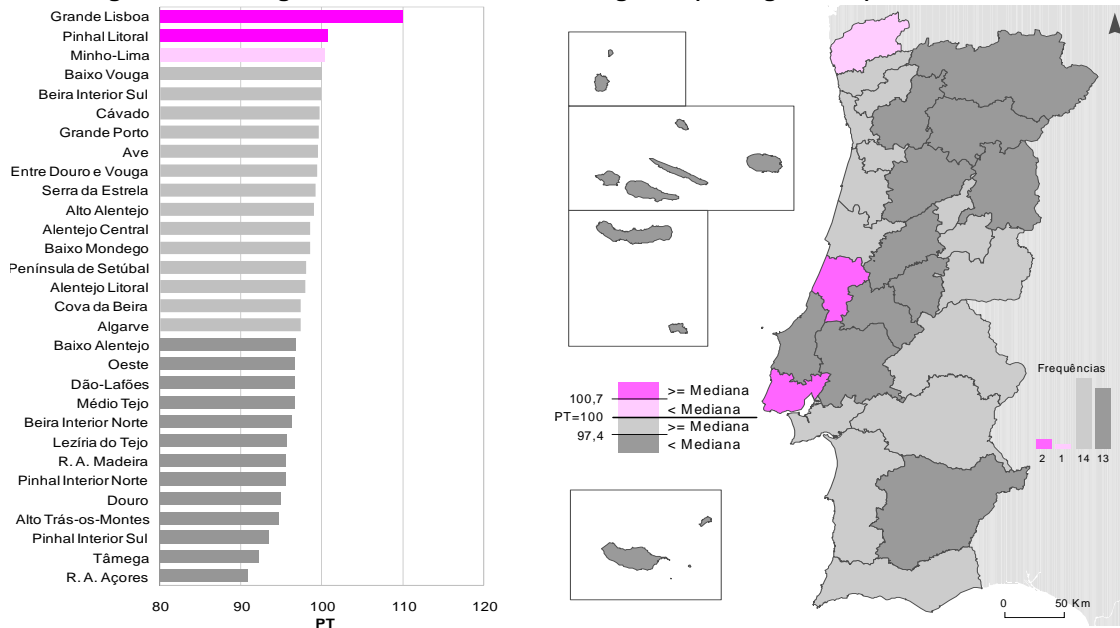


Fonte: INE

Os dados acima apresentados são confirmados pelos resultados do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional divulgados pelo INE para 2011 (INE, 2011), onde se observa que continua a existir um grande fosso entre a sub-região da Grande Lisboa e as restantes sub-regiões portuguesas (Figura 7). Em consequência deste fosso, apenas 3 sub-regiões (Lisboa, Pinhal Litoral e Minho-Lima) apresentam valores de desenvolvimento regional superiores a 100, ou seja, superiores à média nacional.

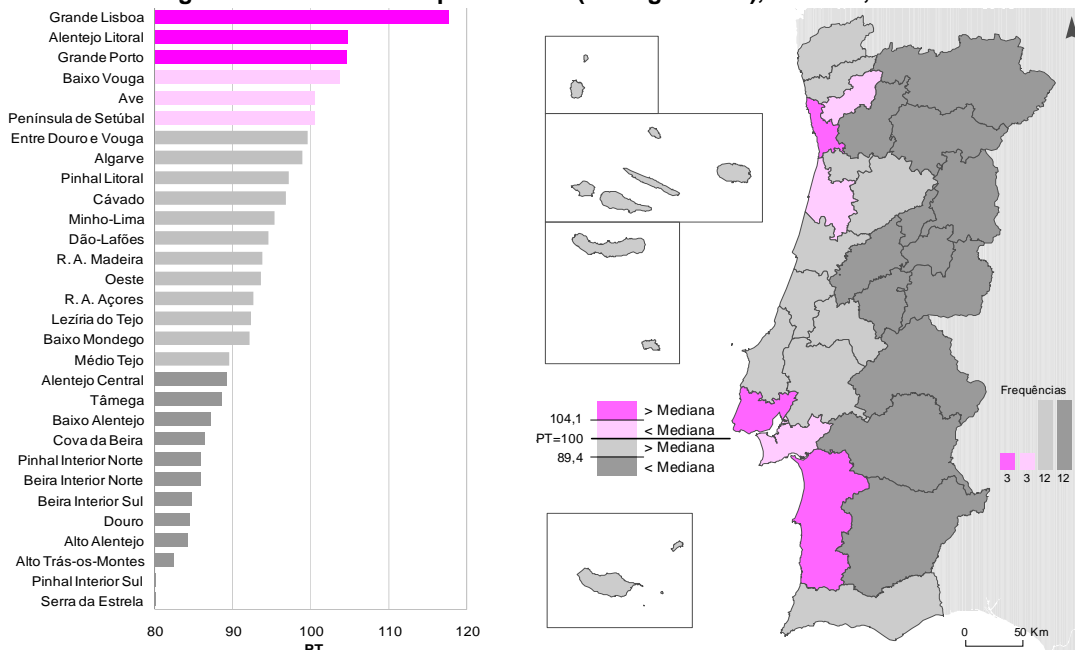
Esta assimetria regional torna-se ainda mais evidente se considerarmos o índice de competitividade (Figura 8), onde se identifica uma clara vantagem competitiva das regiões do litoral, especialmente à volta dos centros urbanos de Lisboa e Porto, face ao interior. Esta diferença é importante já que a competitividade é um indicador para o desenvolvimento futuro das regiões. Os dados indicam que as assimetrias se irão manter se as medidas de política pública não se centrarem na competitividade regional.

Figura 7 - Índice global de desenvolvimento regional (Portugal = 100), NUTS III, 2008



Fonte: INE.

Figura 8 - Índice de competitividade (Portugal = 100), NUTS III, 2008



Fonte: INE.

A Tabela 3 permite-nos analisar o desenvolvimento regional de uma forma mais agregada, em regiões NUTS II, sendo de salientar que a região de Lisboa lidera tanto o índice global como os índices de competitividade e de coesão. Note-se que o índice de coesão apresenta valores menos extremados do que os indicadores anteriormente apresentados. A Região Autónoma da Madeira lidera o índice de qualidade ambiental.

Tabela 3 - Resultados do ISDR, NUTS II (versão 2002), 2008

NUTS II (2002)	Índice global	Competitividade	Coesão	Qualidade ambiental
Portugal	100	100	100	100
Norte	98.01	97.34	96.44	100.36
Centro	97.98	93.38	101.56	99.33
Lisboa	106.67	112.88	106.06	100.50
Alentejo	97.29	91.09	100.86	100.42
Algarve	97.35	98.92	96.48	96.52
R. A. Açores	90.78	92.65	84.61	95.10
R. A. Madeira	95.59	93.77	88.50	104.90

Fonte: INE.

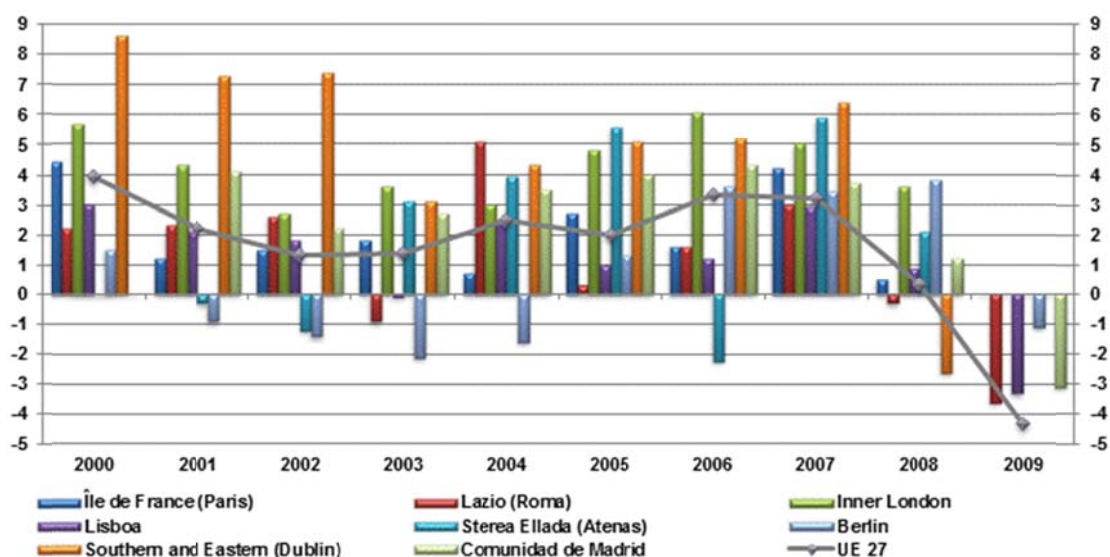
4.1 Comparação internacional

A comparação das regiões portuguesas com as da EU é apresentada a dois níveis: a comparação entre os principais centros urbanos de cada país e com as regiões menos desenvolvidas de Portugal.

A Figuras 9, 10 e 11 permitem comparar a performance de Lisboa com outras capitais Europeias e com a média da UE27, ao nível de crescimento real do PIB, do PIB *per capita* e da taxa de desemprego. A Figura 8 mostra que a região de Lisboa cresceu abaixo da média da UE27 na década de 2000 (o crescimento médio anual do PIB foi de 1,2% em Lisboa e 1,6% na UE27). Quando comparado com as restantes regiões das capitais europeias analisadas, Lisboa teve também uma performance inferior. Apenas a região de Berlim apresenta uma taxa de crescimento média anual do PIB inferior (0,6%).

No que se refere ao PIB *per capita* (Figura 10), verificamos que Lisboa, à semelhança das regiões de Paris, Roma e Berlim, sofreu uma diminuição ao longo da década face à média de UE (de 114% em 2000 para 109% em 2008). A região de Londres, pelo contrário, acentuou a sua diferença positiva face à média da UE (de 312% em 2000 para 343% em 2008). Estes resultados sugerem que o crescimento do PIB *per capita* na União Europeia foi mais intenso noutras regiões. Os dados mostram que, entre 2000 e 2008, em média, o crescimento do PIB se centrou principalmente nas regiões da Europa de Leste.

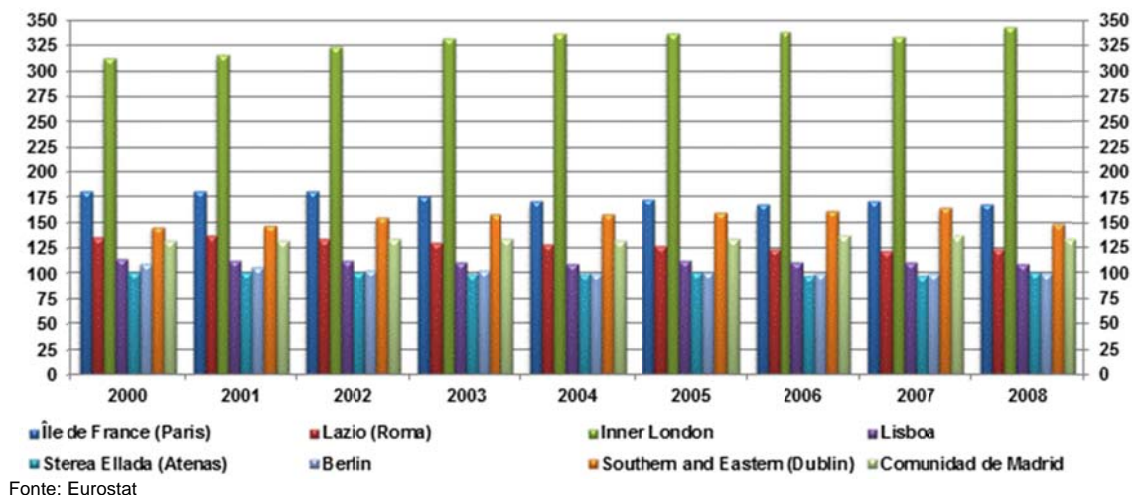
Quanto ao desemprego, durante a primeira metade da década, Lisboa encontrava-se abaixo da maior parte das outras regiões e só ultrapassou a média da UE27 a partir de 2007. De notar que existem comportamentos muito díspares entre as regiões.

Figura 9 – Taxa de crescimento real do PIB regional a preços de mercado, NUTS II, 2000-2009

Não existem dados das seguintes regiões: Île de France (Paris), Inner London e Southern and Eastern (Dublin) para 2009; Sterea Ellada (Atenas) em 2000 e 2009; Comunidad de Madrid em 2000.

Fonte: Eurostat

Figura 10 – PIB regional *per capita*, em PPS, NUTS II, 2000-2008 (UE27 = 100)



A existência de assimetrias agrava-se quando as restantes regiões portuguesas são comparadas com a média da UE27. As Figuras 11 e 12 comparam internacionalmente as regiões nacionais NUTS III face à média da UE27 em termos de PIB *per capita* e taxa de desemprego. Podemos verificar que, em 2008, o PIB regional *per capita* apenas era superior à média europeia na região da Grande Lisboa (107% da média da UE27). A segunda região com um PIB *per capita* mais elevado era a Madeira, equivalente a apenas 85% da média da UE27. As regiões com os valores mais baixos são a Serra da Estrela (32%), o Tâmega (35%), e o Douro (38%).

Figura 11 – PIB regional *per capita* NUTS III, 2008 (UE27 = 100)

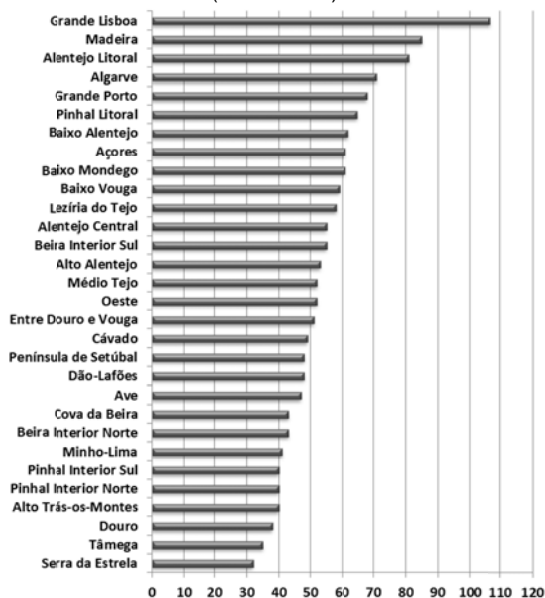
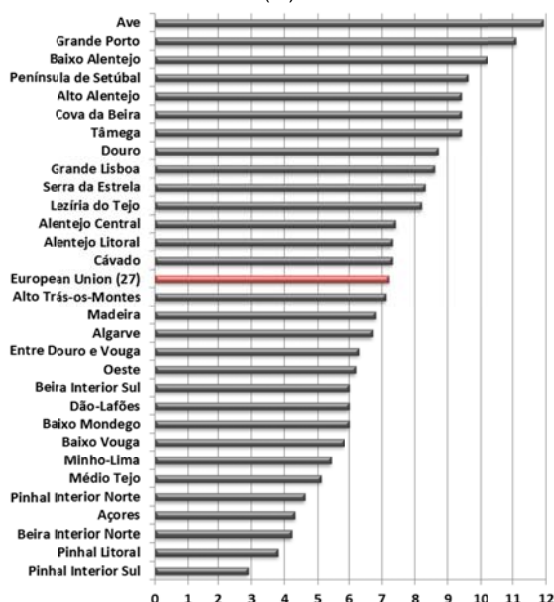


Figura 12 – Taxa de desemprego NUTS III, 2007 (%)



5. Conclusões

O presente trabalho apresentou, de forma resumida, a evolução recente e o futuro próximo da política de desenvolvimento regional em Portugal. Existe atualmente uma perceção clara de que o desenvolvimento a nível infranacional tem como condição necessária a competitividade das regiões. É com base nesta competitividade que o crescimento económico se vai traduzir na criação de emprego, na redução de disparidades entre as regiões e num desenvolvimento sustentável.

Contudo, apesar dos recursos empregues nesta área ao longo das últimas décadas, os indicadores mostram que persistem as assimetrias regionais no desenvolvimento. Em Portugal, entre o interior e o litoral, e as zonas rurais e urbanas. Na Europa, entre a generalidade das regiões portuguesas e a média da UE.

Sendo a competitividade um fator determinante para o desenvolvimento regional, torna-se essencial que as políticas públicas sejam claramente orientadas neste sentido, devendo os objetivos de equidade ser compatibilizados com os de eficiência na aplicação dos recursos. Isto requer a implementação de uma cultura de avaliação sistemática dos seus efeitos.

6. Bibliografia para consulta

- Amin, A. (2008), *An Institutional Perspective on Regional Economic Development*, in *Reading Economic Geography*, eds T. J. Barnes, J. Peck, E. Sheppard and A. Tickell, Blackwell Publishing Ltd, Oxford, UK.
- CES (2012), *Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego*, janeiro, Conselho Económico e Social.
- ENDS (2008), *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015*
- Delgado, M., M. E. Porter e S. Stern, (2011), *Clusters, Convergence, and Economic Performance*, Forthcoming.
- Fujita, M., P. Krugman e A. Venables, (1999), *The Spatial Economy: Cities, Regions and International Trade*, MIT Press, Cambridge MA, USA.
- Helpman, E. and P. Krugman (1985), *Market structure and foreign trade: increasing returns, imperfect competition, and the international economy*, MIT Press, Cambridge MA, USA
- INE, (2009), *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional*, Instituto Nacional de Estatística, IP.
- Krugman, P. (1991), *Increasing returns and economic geography*, *Journal of Political Economy*, 99(3), pp. 483-499.
- Pinheiro-Alves, R. e T. Silva, (2011), *Políticas Públicas de Energia em Portugal*, Boletim Mensal de Economia Portuguesa, Junho, GEE/GPEARl, Lisboa.
- Porter, M. E. (1990): *The Competitive Advantage of Nations*. The Free Press, New York

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p><i>Reunião Conselho ECOFIN</i></p> <p><i>24 de janeiro de 2012</i></p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 24 de janeiro de 2012 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Regulamento relativo aos instrumentos derivados negociados no mercado de balcão (derivados OTC), às Contrapartes Centrais e aos Repositórios de Transações: O Conselho ajustou a sua posição sobre este Regulamento, em relação ao acordo alcançado em outubro de 2011, de forma a facilitar um acordo rápido com o Parlamento Europeu, que permita a adoção do Regulamento em primeira leitura. A discussão do Conselho focou-se nos procedimentos para autorizar uma Contraparte Central, em concreto, nos poderes atribuídos às autoridades do estado-membro de estabelecimento da Contraparte Central, ao colégio de supervisores e à Autoridade Europeia de Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA). Esta nova posição do Conselho dá mais poderes ao colégio e à ESMA. ▪ Governança Económica – Segundo Pacote: No contexto do debate relativo às duas novas propostas de regulamentos para reforço da governança económica¹ e no seguimento dos trabalhos já efetuados pelo Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre este tema, o Conselho centrou-se em duas questões onde não tinha sido possível obter consenso: <i>(i)</i> se a submissão das propostas de orçamento à Comissão seria efetuada por todos os estados-membros ou apenas pelos estados-membros em PDE, <i>(ii)</i> se a recomendação por parte do Conselho a um estado-membro para que este solicite ajuda financeira é compatível com os procedimentos de decisão por parte dos mecanismos de ajuda financeira da UE. Os Ministros acordaram que as propostas de orçamento deverão ser apresentadas por todos os estados-membros e que o Conselho deve emitir as referidas recomendações. O Grupo de Trabalho foi mandatado para clarificar alguns aspetos de carácter prático relacionados com estas decisões. ▪ Programa da Presidência Dinamarquesa: A Presidência Dinamarquesa apresentou o seu programa de trabalhos para o primeiro semestre de 2012. Os objetivos definidos são: <i>(i)</i> enfrentar a crise económica, implementando as reformas de governança económica em vigor e acordar nas que estão ainda em fase de negociação, <i>(ii)</i> reforçar a regulação e supervisão financeira e assegurar o seguimento e monitorização das medidas de apoio ao setor financeiro; <i>(iii)</i> avançar com os trabalhos no âmbito da tributação da poupança e dos acordos antifraude com países terceiros, da matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades e da revisão da Diretiva sobre a tributação da energia e <i>(iv)</i> iniciar o debate sobre a proposta da Comissão para um imposto sobre as transações financeiras. ▪ Semestre Europeu – Relatório Anual relativo ao Crescimento: O Conselho debateu o Relatório Anual relativo ao Crescimento, apresentado pela Comissão, com enfoque nas medidas necessárias para promover o crescimento sustentável, o emprego no curto e médio prazo sem que seja comprometido o ajustamento orçamental necessário. Conclusões formais sobre o mesmo serão adotadas na reunião do Conselho Ecofin de fevereiro próximo. ▪ Procedimento por défice excessivo: No âmbito do artigo 126 (8) do Tratado, o Conselho adotou uma decisão estabelecendo que a Hungria não tomou as medidas adequadas para cumprir com a recomendação do Conselho, de julho de 2009, para reduzir o seu défice orçamental abaixo do valor de referência de 3% do PIB.

¹ Proposta de regulamento para reforço da supervisão da área do euro, em especial para estados-membros em procedimento por défice excessivo; *ii)* uma proposta de regulamento relativo à supervisão reforçada para os países da área do euro que estão sujeitos à pressão dos mercados financeiros ou que solicitem assistência financeira.

Iniciativa	Sumário
<p><i>Compromisso para o crescimento, competitividade e emprego</i></p> <p>18 de janeiro de 2012</p>	<p>Foi assinado o novo acordo de concertação social que visa a promoção do crescimento económico, a criação de emprego sustentável e o reforço dos fatores de competitividade da nossa economia. As principais linhas de ação do acordo assentam em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas Económicas • Políticas Ativas de Emprego e Formação Profissional • Legislação Laboral, Subsídio de Desemprego e Relações de Trabalho
<p><i>Nova Lei do Arrendamento Urbano</i></p> <p>Conselho de Ministros de 29 de dezembro</p>	<p>O Governo aprovou uma proposta de lei que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano.</p> <p>O objetivo desta reforma é, em conjunto com o incentivo à reabilitação urbana, melhorar o funcionamento do mercado de arrendamento. As principais alterações respeitam aos contratos de arrendamento para habitação: maior liberdade às partes, promovendo o aparecimento de contratos de duração variada, nomeadamente mais curtos; reforço do mecanismo de resolução do contrato de arrendamento quando o arrendatário se encontra em mora, permitindo uma mais rápida cessação do contrato e consequente desocupação do locado; e agilização do procedimento de denúncia do contrato de arrendamento celebrado por duração indeterminada visando promover a reabilitação dos edifícios.</p>
<p><i>Novo Código da insolvência e da recuperação de empresas</i></p> <p>Conselho de Ministros de 30 de dezembro</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que revê o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização de empresas. Esta reforma visa privilegiar, sempre que possível, a manutenção da empresa em dificuldade no circuito comercial, propiciando uma nova oportunidade antes da liquidação do seu património. Reforça-se a responsabilidade dos devedores e dos administradores, no caso de terem sido causadores da situação de insolvência com culpa.</p>
<p><i>Produção de eletricidade em regime especial</i></p> <p>Conselho de Ministros de 5 de janeiro</p>	<p>O Governo decidiu suspender, com efeitos imediatos, a atribuição de potências de injeção na Rede Elétrica de Serviço Público (RESP), ressalvando a possibilidade de poderem ser excecionados casos de relevante interesse público, em situações a regulamentar por resolução do Conselho de Ministros.</p> <p>Esta decisão decorre das orientações de política energética previstas no Programa do Governo e que apontam para a necessidade de ponderar e reavaliar o enquadramento legal da produção de eletricidade em regime especial.</p>
<p><i>Subsídio de desemprego para trabalhadores independentes</i></p> <p>Conselho de Ministros de 19 de janeiro</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou um diploma que alarga a atribuição de subsídio de desemprego aos trabalhadores independentes, desde que pelo menos 80% do valor total da sua atividade provenha de uma entidade, através da prestação regular de serviços.</p> <p>Esta medida tem como objetivo prevenir situações de desproteção social nos casos de cessação involuntária de atividade por parte dos trabalhadores independentes.</p>
<p><i>Regime jurídico de proteção no desemprego</i></p> <p>Conselho de Ministros de 19 de janeiro</p>	<p>O Governo aprovou um regime transitório e excecional de apoio aos desempregados com filhos, procedendo à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, de modo a adequá-lo à realidade social, económica e financeira do país.</p> <p>Procede-se à majoração temporária de 10% do montante do subsídio de desemprego nas situações em que ambos os membros do casal sejam titulares de subsídio de desemprego e tenham filhos a cargo, abrangendo igualmente as</p>

Iniciativa	Sumário
<p data-bbox="225 555 411 678"><i>Regime jurídico aplicável à CP - Comboios de Portugal</i></p> <p data-bbox="225 696 440 790">Conselho de Ministros de 19 de janeiro</p>	<p data-bbox="483 203 746 237">famílias monoparentais.</p> <p data-bbox="483 255 1359 349">Para além disso, reduz-se de 450 para 360 dias o prazo de garantia para o subsídio de desemprego, de modo a alargar a proteção aos beneficiários com menores carreiras contributivas.</p> <p data-bbox="483 367 1359 521">O valor do subsídio de desemprego tem uma redução de 10%, após 6 meses de concessão, como forma de incentivar a procura ativa de emprego por parte dos beneficiários. Os períodos de concessão do subsídio de desemprego são reduzidos proporcionalmente passando o prazo máximo de concessão para 540 dias.</p> <p data-bbox="483 555 1359 647">O Governo aprovou um diploma que altera o regime jurídico aplicável à CP - Comboios de Portugal, E.P.E., e os respetivos estatutos, adaptando o direito interno às regras da diretiva comunitária.</p> <p data-bbox="483 665 1359 790">Deste modo, o diploma agora aprovado permite à CP dispor de um património, de um orçamento e de uma contabilidade autónomos em relação ao Estado, podendo a empresa tomar decisões nas matérias de pessoal, ativos e aquisições próprias.</p>
<p data-bbox="225 824 357 887"><i>Programa Revitalizar</i></p> <p data-bbox="225 904 440 999">Conselho de Ministros de 19 de janeiro</p>	<p data-bbox="483 824 1359 949">O Conselho de Ministros aprovou a criação do Programa Revitalizar, que tem por objetivo a racionalização do enquadramento legal, tributário e financeiro, visando a revitalização de empresas operacionalmente viáveis mas em que a estrutura financeira se encontra desajustada face às suas necessidades.</p> <p data-bbox="483 967 1359 1093">O Programa pretende a melhoria do enquadramento legal dos processos de revitalização empresarial, facilitando, nomeadamente, a concretização de acordos entre devedores e credores, e permitindo também um contexto mais favorável à recuperação de empresas em situação de insolvência.</p> <p data-bbox="483 1111 1359 1272">O Programa Revitalizar será operacionalizado através de uma Comissão de Dinamização e Acompanhamento Interministerial, composta pelos Ministérios envolvidos no Programa (Ministérios da Economia e do Emprego, Ministério das Finanças, Ministério da Justiça e o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social).</p>
<p data-bbox="225 1294 387 1357"><i>Lei da Concorrência</i></p> <p data-bbox="225 1375 440 1469">Conselho de Ministros de 26 de janeiro</p>	<p data-bbox="483 1294 1359 1420">O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei para o Regime Jurídico da Concorrência, conforme o Memorando da Troika, que está em consonância com a legislação e jurisprudência da União Europeia e tem em vista uma eficaz promoção e aplicação das regras da concorrência.</p> <p data-bbox="483 1438 1359 1733">O novo regime da concorrência assume cinco prioridades: simplifica e introduz maior autonomia das regras sobre a aplicação de procedimentos de concorrência (relativamente aos procedimentos penais e administrativos); racionaliza as condições que determinam a abertura de investigações; harmoniza a legislação nacional e europeia sobre controlo de concentrações de empresas; garante maior transparência e segurança jurídica na aplicação do Código do Processo Administrativo ao controlo de concentrações; e promove a equidade, a celeridade e a eficiência dos procedimentos de recurso judicial de decisões da Autoridade da Concorrência.</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p data-bbox="225 1917 440 1951"><i>Privatização da EDP</i></p> <p data-bbox="225 1955 707 2011">Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2011. D.R. n.º 246, Série I de 2011-12-26</p>	<p data-bbox="735 1917 1359 2011">Seleciona a proposta vencedora para a aquisição de ações do capital social da EDP - Energias de Portugal, S. A., objeto de venda direta de referência.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Fundo de garantia Crédito Agrícola Mútuo</i> Decreto-Lei n.º 119/2011. D.R. n.º 246, Série I de 26-12-2011	Estabelece com carácter permanente o limite legal da garantia de 100 000 euros por parte de Fundo de Garantia de Depósitos e do Fundo de Crédito Agrícola Mútuo, para reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito participantes no caso de se verificar a indisponibilidade dos depósitos
<i>Modelos de impressos</i> Portaria n.º 311-A/2011. D.R. n.º 247, Série I de 27-12-2011	Aprova os modelos de impressos a que se refere o n.º.1 do artigo 57º do Código de IRS
<i>Aprova declaração Modelo n.º. 39</i> Portaria n.º 311-B/2011. D.R. n.º 247, Série I de 27-12-2011	Aprova a declaração Modelo n.º. 39 - Rendimentos e retenções a taxas Liberatórias - e respetivas instruções de preenchimento
<i>Aprova declaração Modelo n.º. 37</i> Portaria n.º 311-C/2011. D.R. n.º 247, Série I de 27-12-2011	Aprova a declaração Modelo n.º. 37 - Aprova a declaração Modelo n.º.37 - Juros e Amortizações de Habilitação Permanente, prémios de Seguros de vida, Vida e Acidentes Pessoais, PPR, Fundos de Pensões e Regimes Complementares - e respetivas instruções de preenchimento
<i>CrITÉRIOS de verificação de insuficiência económica dos utentes</i> Portaria n.º 311-D/2011. D.R. n.º 247, Série I de 27-12-2011	Estabelece os critérios de verificação da condição de insuficiência económica dos utentes para efeitos de isenção de taxas moderadoras e de outros encargos de que dependa o acesso às prestações de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS)
<i>Declaração do IRS e IRC</i> Portaria n.º 314/2011. D.R. n.º 249, Série I de 2011-12-29	Aprova a declaração modelo 10 do IRS e do IRC e as respetivas instruções de preenchimento.
<i>Outsourcing do Estado</i> Resolução da Assembleia da República n.º 162/2011. D.R. n.º 249, Série I de 2011-12-29	Recomendação ao Governo no âmbito do <i>outsourcing</i> do Estado com vista a uma maior transparência desses contratos.
<i>Taxa de juros de mora</i> Aviso n.º 24866-A/2011. D.R. n.º 248, Suplemento, Série II de 2011-12-28	Taxa de juros de mora aplicáveis às dívidas ao Estado e outras entidades públicas.
<i>Lei Orgânica do Ministério da Economia e do Emprego</i> Decreto-Lei n.º 126-C/2011. D.R. n.º 249, Suplemento, Série I de 2011-12-29	Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Economia e do Emprego.
<i>Grandes Opções do Plano para 2012-2015</i> Lei n.º 64-A/2011. D.R. n.º 250, Suplemento, Série I de 2011-12-30	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015.
<i>Orçamento do Estado para 2012</i> Lei n.º 64-B/2011. D.R. n.º 250, Suplemento, Série I de 2011-12-30	Aprova Orçamento do Estado para 2012.
<i>Lei de enquadramento orçamental</i> Lei n.º 64-C/2011. D.R. n.º 250, Suplemento, Série I de 2011-12-30	Aprova a estratégia e os procedimentos a adotar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respetiva implementação até 2015.
<i>Taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)</i> Portaria n.º 320-D/2011. D.R. n.º 250, 3.º Suplemento, Série I de 2011-12-30	Atualiza as taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP), aplicáveis no continente aos petróleos e aos fuelóleos, bem como dos produtos petrolíferos e energéticos que normalmente têm função lubrificante, do gasóleo de aquecimento e de outros combustíveis industriais, nomeadamente o carvão e coque, o coque de petróleo e os gases de petróleo usados como combustível, e estabelece a taxa do ISP aplicável à eletricidade.
<i>Produtores de biocombustível</i> Portaria n.º 320-E/2011. D.R. n.º 250, 3.º Suplemento, Série I de 2011-12-30	Estabelece os procedimentos de reconhecimento como pequenos produtores dedicados de biocombustível (PPD) e de aplicação de isenção de imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e respetivo valor.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Garantia bancária</i></p> <p>Despacho nº.17531/2011. D.R. nº.250, Série II de 30-12-2011</p>	EDP - Garantia bancária
<p><i>Transmissão para o Estado das responsabilidades com pensões no regime da Segurança Social</i></p> <p>Decreto-Lei nº. 127/2011. D.R. nº.250, Série I de 31-12-2011</p>	Procede à transmissão para o Estado das responsabilidades com pensões previstas no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário
<p><i>Alteração Portaria nº.419-A/2009</i></p> <p>Portaria nº.1/2012. D.R. nº.1, Série I de 02-01-2012</p>	Terceira alteração à Portaria nº.419-A/2009, de 17 de abril, que regula o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades
<p><i>Revisão do preço do medicamento</i></p> <p>Portaria nº. 3/2012. D.R. nº. 1, Série I de 2012-01-02</p>	Autoriza a revisão do preço do medicamento a título excecional.
<p><i>Regras de formação dos preços dos medicamentos</i></p> <p>Portaria nº. 4/2012. D.R. nº. 1, Série I de 2012-01-02</p>	Estabelece as regras de formação dos preços dos medicamentos, da sua alteração e da sua revisão anual, bem como os respetivos prazos.
<p><i>Modelos e formulários - impostos</i></p> <p>Portaria nº. 7-A/2012. D.R. nº. 2, Suplemento, Série I de 2012-01-03</p>	Mantêm válidos e em vigor, para o relacionamento dos contribuintes com a Administração Tributária e Aduaneira, os modelos e formulários das extintas Direção-Geral dos Impostos e Direção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo.
<p><i>Isenção de IRC</i></p> <p>Despacho nº.9/2012. D.R. nº.2, Série II de 03-01-2012</p>	Isenção de IRC ao abrigo do artigo 10º do Código do IRC da ACDR - Associação para o Desenvolvimento da Conservação e Restauro
<p><i>Revisão de tarifas de referência</i></p> <p>Despacho nº.10/2012. D.R. nº.2, Série II de 03-01-2012</p>	Procede à revisão das tarifas de referência para o cálculo das bonificações, previstas no Regulamento do SIPAC, anexo à Portaria nº.318/2011 de 30 de Dezembro
<p><i>Entidade Coordenadora do Cumprimento dos Critérios de Sustentabilidade</i></p> <p>Portaria nº. 8/2012. D.R. nº. 3, Série I de 2012-01-04</p>	Aprova o regulamento de funcionamento da Entidade Coordenadora do Cumprimento dos Critérios de Sustentabilidade (ECS). Neste diploma são também estabelecidos os critérios de sustentabilidade de produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos, independentemente da sua origem, os mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes terrestres e os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos de 2011 a 2020.
<p><i>Taxas de juro</i></p> <p>Aviso nº. 129/2012. D.R. nº.4, Série II de 05-01-2012</p>	Taxa de juros para o mês de janeiro de 2012 já multiplicada pelo fator 0.96% é de 2,762.36%
<p><i>Taxas de juro</i></p> <p>Aviso nº. 130/2012. D.R. nº.4, Série II de 05-01-2012</p>	Taxa de juros para o mês de janeiro de 2012 é de 2,877,46% a qual já multiplicada pelo fator 1,10 é de 3,165,21%
<p><i>Lista de aposentados e reformados</i></p> <p>Aviso nº. 192/2012. D.R. nº.5, Série II de 06-01-2012</p>	Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de fevereiro de 2012
<p><i>Pagamento de indemnizações compensatórias</i></p> <p>Resolução do CM nº.3/2012. D.R. nº.6, Série I de 09-01-2012</p>	Autoriza a Direção-Geral do Tesouro e Finanças a pagar as indemnizações compensatórias atribuídas às empresas CP-Comboios de Portugal, E.P., Metropolitano de Lisboa, E.P.E., e Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., pela prestação do serviço público no ano de 2011
<p><i>Autorização Fundo de Contra Garantia Mútuo</i></p> <p>Despacho nº.180/2012. D.R. nº.6, Série II de 09-01-2012</p>	Autorização FCGM 215 000 000 euros

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Renovação dos contratos de trabalho a termo certo</i> Lei n.º 3/2012. D.R. n.º 7, Série I de 2012-01-10</p>	<p>Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação.</p>
<p><i>Termos dos contratos de aquisição de serviços</i> Portaria n.º 9/2012. D.R. n.º 7, Série I de 2012-01-10</p>	<p>Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública e revoga a Portaria n.º 4-A/2011, de 3 de janeiro.</p> <p>Os termos e tramitação previstos na presente portaria aplicam - se a todos os contratos de aquisição de serviços, nomeadamente nas modalidades de tarefa e de avença e, ou, cujo objeto seja a consultadoria técnica, designadamente jurídica, arquitetónica, informática ou de engenharia, celebrados por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro.</p>
<p><i>Tramitação pareceres prévios</i> Portaria n.º 9/2012. D.R. n.º 7, Série I de 10-01-2012</p>	<p>Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública e revoga a Portaria n.º 4-A/2011, de 3 de janeiro</p>
<p><i>Reforço da solidez financeira das instituições de crédito</i> Lei n.º 4/2012. D.R. n.º 8, Série I de 2012-01-11</p>	<p>Procede à terceira alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.</p>
<p><i>Contratos de concessão de benefícios fiscais</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2012. D.R. n.º 8, Série I de 2012-01-11</p>	<p>Aprova as minutas dos contratos de concessão de benefícios fiscais, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e as sociedades Efacec Engenharia e Sistemas, S.A., e Efacec Energia - Máquinas e Equipamentos Elétricos, S.A.</p>
<p><i>Projeto de Investimento da Mitsubishi Fuso Truck Europe</i> Despacho n.º 327/2012. D.R. n.º 8, Série II de 2012-01-11</p>	<p>Declaração de interesse estratégico do Projeto de Investimento da Mitsubishi Fuso Truck Europe - Sociedade Europeia de Automóveis, S. A.</p>
<p><i>Estratégia integrada de apoio às empresas turísticas</i> Despacho n.º 497/2012. D.R. n.º 11, Série II de 2012-01-16</p>	<p>Criação do grupo de trabalho para a definição de uma estratégia integrada de apoio às empresas turísticas.</p>
<p><i>Taxa supletiva - juros moratórios</i> Aviso n.º 692/2012. D.R. n.º 12, Série II de 17-01-2012</p>	<p>Taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, em vigor no 1.º Semestre de 2012</p>
<p><i>Modelo declaração regularização tributária</i> Despacho n.º 17-A/2012. D.R. n.º 14, Série II de 19-01-2012</p>	<p>Aprova o modelo de declaração de regularização tributária de elementos patrimoniais colocados no exterior e as respetivas instruções de preenchimento</p>
<p><i>Institutos públicos</i> Decreto-Lei n.º 5/2012. D.R. n.º 12, Série I de 2012-01-17</p>	<p>Institui o conselho diretivo como único órgão de direção, limita a sua composição e altera as regras de recrutamento, seleção e provimento, de cessação dos mandatos e a remuneração dos membros dos conselhos diretivos dos institutos públicos de regime comum, procedendo à sétima alteração à Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.</p>
<p><i>Produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos</i> Decreto-Lei n.º 6/2012. D.R. n.º 12, Série I de 2012-01-17</p>	<p>Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro, que transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, e a Diretiva n.º 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril, de 2009, e estabelece os critérios de sustentabilidade de produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos, os mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes terrestres, e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos de 2011 a 2020, procedendo, igualmente, à suspensão temporária da vigência do n.º 1 do artigo 15.º do mesmo diploma.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Contratação e remuneração de gestores públicos</i> Decreto-Lei n.º 8/2012. D.R. n.º 13, Série I de 2012-01-18</p>	<p>Modifica as regras de recrutamento e seleção dos gestores públicos, bem como as matérias relativas aos contratos de gestão e à sua remuneração e benefícios, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.</p>
<p><i>Concessão subsídios alojamento</i> Despacho n.º 708/2012. D.R. n.º 1, Série II de 18-01-2012</p>	<p>Concessão de subsídios de alojamento a diversos chefes de gabinete</p>
<p><i>Autorização ao Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social a proceder à repartição de encargos</i> Portaria n.º 6/2012. D.R. n.º 13, Série II de 18-01-2012</p>	<p>Autorização ao Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social a proceder à repartição de encargos relativos à contratação de prestação de serviços de informação financeira</p>
<p><i>Emissão de dívida pública</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2012. D.R. n.º 15, Série I de 2012-01-20</p>	<p>Autoriza a emissão de dívida pública, em execução do Orçamento do Estado para 2012, aprovado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e do Regime Geral da Emissão e Gestão da Dívida Pública, aprovado pela Lei n.º 7/98, de 3 de Fevereiro.</p>
<p><i>Aprova declaração modelo 30 IRS e IRC</i> Portaria n.º 16/2012. D.R. n.º 14, Série II de 19-01-2012</p>	<p>Aprova a declaração modelo 30 para cumprimento da obrigação declarativa a que se refere a alínea a) do n.º 7 do artigo 119.º do Código do IRS e o artigo 128.º do Código do IRC, e respetivas instruções de preenchimento, e revoga a Portaria n.º 438/2004, de 30 de abril</p>
<p><i>Declaração de regularização tributária</i> Portaria n.º 17-A/2012. D.R. n.º 14, Suplemento, Série I de 2012-01-19</p>	<p>Aprova o modelo de declaração de regularização tributária de elementos patrimoniais colocados no exterior e as respetivas instruções de preenchimento.</p>
<p><i>Regime dos gabinetes dos membros do Governo</i> Decreto-Lei n.º 11/2012. D.R. n.º 15, Série I de 2012-01-20</p>	<p>Estabelece a natureza, a composição, a orgânica e o regime jurídico a que estão sujeitos os gabinetes dos membros do Governo.</p>
<p><i>Privatização da Enondas, Energia das Ondas, S. A</i> Decreto-Lei n.º 15/2012. D.R. n.º 16, Série I de 2012-01-23</p>	<p>Procede a um aditamento ao Decreto-Lei n.º 5/2008, de 8 de janeiro, e à alteração ao Decreto-Lei n.º 238/2008, de 15 de dezembro, permitindo que o capital social da sociedade comercial Enondas, Energia das Ondas, S. A., possa vir a ser maioritariamente detido por uma entidade privada.</p>
<p><i>Criação de Cursos de Especialização Tecnológica - CET</i> Despacho n.º 801/2012. D.R. n.º 15, Série II de 2012-01-20 Despacho n.º 860/2012. D.R. n.º 16, Série II de 2012-01-23 Despacho n.º 861/2012. D.R. n.º 16, Série II de 2012-01-23 Despacho n.º 862/2012. D.R. n.º 16, Série II de 2012-01-23 Despacho n.º 863/2012. D.R. n.º 16, Série II de 2012-01-23 Despacho n.º 864/2012. D.R. n.º 16, Série II de 2012-01-23 Despacho n.º 865/2012. D.R. n.º 16, Série II de 2012-01-23 Despacho n.º 866/2012. D.R. n.º 16, Série II de 2012-01-23 Despacho n.º 867/2012. D.R. n.º 16, Série II de 2012-01-23 Despacho n.º 868/2012. D.R. n.º 16, Série II de 2012-01-23 Despacho n.º 869/2012. D.R. n.º 16, Série II de 2012-01-23 Despacho n.º 1030/2012. D.R. n.º 18, Série II de 2012-01-25</p>	<p>Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada Cursos de Especialização Tecnológica (CET) visam alargar a oferta de formação ao longo da vida.</p> <p>É criado o CET em Tecnologia Mecatrónica e autorizado o seu funcionamento na NOVOTECNA - Associação para o Desenvolvimento Tecnológico</p> <p>Cria o CET em Gestão e Produção de Cozinha e autorizado o seu funcionamento no Turismo de Portugal, I. P.</p> <p>Cria o CET em Gestão e Produção de Pastelaria e autoriza o seu funcionamento no Turismo de Portugal, I. P.</p> <p>Cria o CET em Gestão Hoteleira de Restauração e Bebidas e autoriza o seu funcionamento no Turismo de Portugal, I. P.</p> <p>Cria o CET em Tecnologia Mecatrónica e autoriza o seu funcionamento na AFTEBI - Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior.</p> <p>Cria o CET em Processos de Coloração e Acabamentos Têxteis e autoriza o seu funcionamento na AFTEBI - Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior.</p> <p>Cria o CET em Gestão Hoteleira de Alojamento e autoriza o seu funcionamento no Turismo de Portugal, I. P.</p> <p>Cria o CET em Comércio Moda e autoriza o seu funcionamento na AFTEBI - Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior.</p> <p>Cria o CET em Industrialização de Produto Moda e autoriza o seu funcionamento na AFTEBI - Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
	<p>Cria o CET em Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação e autoriza o seu funcionamento na AFTEBI - Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior.</p> <p>Cria o CET em Auditoria a Sistemas de Gestão e autoriza o seu funcionamento na AFTEBI - Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior.</p> <p>Cria o CET em Gestão de Turismo e autoriza o seu funcionamento no Turismo de Portugal, I. P.</p>
<p><i>Setor energético</i> Diretiva n.º 4/2012. D.R. n.º 16, Série II de 2012-01-23</p>	<p>Perfis de perdas, perfis de consumo e perfis de produção aplicáveis em 2012.</p> <p>Nos termos estabelecidos no Regulamento do Acesso às Redes e às Interligações (RARI), os perfis de perdas nas redes elétricas são utilizados para determinação das quantidades de energia elétrica imputáveis aos agentes de mercado no referencial de produção, ou seja na rede de transporte, com base nos valores de energia ativa dos consumos dos clientes finais.</p>
<p><i>Contratação e remuneração de gestores públicos</i> Declaração de Retificação n.º 2/2012. D.R. n.º 18, Série I de 2012-01-25</p>	<p>Retifica o Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, do Ministério das Finanças, que modifica as regras de recrutamento e seleção dos gestores públicos, bem como as matérias relativas aos contratos de gestão e à sua remuneração e benefícios, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 13, de 18 de janeiro de 2012.</p>
<p><i>Regras na emissão de faturas</i> Portaria n.º 22-A/2012. D.R. n.º 17, Suplemento, Série I de 2012-01-24</p>	<p>A presente portaria procede à primeira alteração à Portaria n.º 363/2010 de 23 de junho, e regulamenta a utilização obrigatória de programas informáticos de faturação certificados e a emissão de documentos por equipamentos ou programas não certificados.</p> <p>Concluída a fase de certificação da maioria dos programas de faturação, importa agora, tendo em consideração a realidade empresarial e os meios técnicos geralmente utilizados no processo de emissão de faturas, reforçar este instrumento de combate à fraude e evasão fiscal, alargando progressivamente o universo de contribuintes que, obrigatoriamente, devem utilizar programas certificados como meio de emissão de faturas ou documentos equivalentes e talões de venda. Com esta medida, os contribuintes abrangidos deixam de poder utilizar equipamentos que, não sendo certificáveis, oferecem menores garantias de inviolabilidade dos registos efetuados.</p> <p>Com idêntica finalidade de combate à fraude e evasão fiscal, definem-se as regras que os equipamentos ou programas informáticos não certificados devem observar na emissão de documentos entregues aos clientes, quando se trate de contribuintes não abrangidos pela obrigatoriedade de utilização de programas certificados de faturação.</p>
<p><i>Autorização para emissão de moeda metálica ano de 2012</i> Portaria n.º 24/2012. D.R. n.º 19, Série I de 26-01-2012</p>	<p>Autoriza a Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A., dentro do volume de emissão de moeda metálica aprovada pelo Banco Central Europeu, a cunhar, no ano de 2012, duas emissões comemorativas da moeda corrente de (euro) 2 alusivas aos temas "X Aniversário da Circulação do Euro" e "Capital Europeia da Cultura-Guimarães 2012" e a proceder à comercialização das correspondentes moedas com acabamento especial</p>
<p><i>Informação Empresarial Simplificada</i> Portaria n.º 26/2012. D.R. n.º 20, Série I de 2012-01-27</p>	<p>Aprova os novos modelos da folha de rosto da Informação Empresarial Simplificada (IES) e do anexo referente aos elementos contabilísticos e fiscais do imposto do selo.</p>
<p><i>Tarifários dos transportes públicos</i> Despacho normativo n.º 1/2012. D.R. n.º 20, Série II de 2012-01-27</p>	<p>Fixação dos tarifários dos transportes públicos coletivos de passageiros.</p>
<p><i>Aprova novos modelos da folha de rosto da Informação Empresarial Simplificada (IES)</i> Portaria n.º 26/2012. D.R. n.º 20, Série I de 27-01-2012</p>	<p>Aprova os novos modelos da folha de rosto da Informação Empresarial Simplificada (IES) e do anexo referente aos elementos contabilísticos e fiscais do imposto de selo.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Autorização Instituto Financiamento de Agricultura e Pesca, I.P. Portaria nº.13/2012. D.R. nº.21, Série II de 30-01-2012</i>	Autoriza o Instituto de Financiamento de Agricultura e Pesca, I.P., a proceder à realização de um procedimento de concurso público com vista à aquisição de serviços de desenvolvimento aplicável para os anos de 2012 e 2013.

Abreviaturas Utilizadas

